



INSTITUTO FEDERAL BAIANO *CAMPUS CATU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

ELISANGELA AMEICHOEIRO BARROS

INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA

Catu/BA

2025

ELISANGELA AMEICHOEIRO BARROS

INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA:

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Catu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Marcelo Souza Oliveira.

Coorientadora: Dra. Patrícia de Oliveira.

Catu/BA
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica: Anderson Silva da Rocha - Bibliotecário - CRB 5/1508

B277i Barros, Elisangela Ameichoeiro

Interações entre trabalho e emancipação humana: considerações acerca do currículo da educação profissional e tecnológica da rede pública estadual da Bahia/ Elisangela Ameichoeiro Barros.

-- Catu, BA, 2025.

104 p.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Catu, BA, 2025.

Orientador: Dr. Marcelo Souza Oliveira

Coorientadora: Dra. Patrícia de Oliveira

Bibliografia: p. 94-97

1. Educação profissional e tecnológica - Bahia.
2. Educação - currículo. 3. Trabalho. 4. Emancipação humana.
I. Oliveira, Marcelo Souza. II. Oliveira, Patrícia de.
III. Título.

CDU: 377

INSTITUTO FEDERAL BAIANO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ELISANGELA AMEICHOEIRO BARROS

INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Catu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 27 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Souza Oliveira
Instituto Federal Baiano
Orientador

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira
Instituto Federal Baiano
Coorientadora

Profa. Dra. Eliane Mahl
Instituto Federal Baiano
Membro(a) da Banca

Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno
Instituto Federal Sertão Pernambucano
Membro(a) da Banca

INSTITUTO FEDERAL BAIANO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ELISANGELA AMEICHOEIRO BARROS

INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Catu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validada em 27 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Souza Oliveira
Instituto Federal Baiano
Orientador

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira
Instituto Federal Baiano
Coorientadora

Profa. Dra. Eliane Mahl
Instituto Federal Baiano
Membro(a) da Banca

Prof. Dr. Handherson Leylton Costa Damasceno
Instituto Federal Sertão Pernambucano
Membro(a) da Banca

Este trabalho é dedicado aos meu amores, minhas avós Áurea e Ernestina (*in memoriam*), os meus maiores e melhores exemplo de amor e força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe e ao meu filho, pelo amor incondicional e pela paciência diante das minhas ausências durante o processo de escrita deste trabalho. Sem o apoio de vocês, nada disso teria sido possível.

Ao PROFEPT, meu reconhecimento e gratidão por proporcionar uma formação de excelência em Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e reflexões sobre essa modalidade de ensino.

Registro meus sinceros agradecimentos às professoras e aos professores do Programa de Mestrado do PROFEPT – Campus Catu. Desde o primeiro encontro, fui recebida com acolhimento e respeito por profissionais que desenvolvem um trabalho de grande qualidade, comprometido com a promoção de uma educação justa, igualitária, crítica, emancipatória, humanizada e verdadeiramente transformadora.

Aos meus orientadores, Marcelo e Patrícia, minha profunda gratidão pelas leituras atentas, pelas orientações precisas, pela serenidade em cada encontro e, sobretudo, pelo incentivo constante na construção deste trabalho e na realização de um sonho.

Sou também grata às colegas e aos colegas do PROFEPT pelas contribuições ao longo do percurso, especialmente pelas palavras de encorajamento nos momentos de maior dificuldade. Um agradecimento especial ao meu querido “Bonde” — Luiz, Niljane, Sara e Maurício — companheiros de jornada com quem compartilhei estudos, seminários, angústias, medos, caronas e muitos sorrisos.

Agradeço, de forma especial, ao meu amigo Dilvan, colega de mestrado e da Rede Estadual de Educação da Bahia, por ser presença constante de apoio, confiança, incentivo e amizade.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, compartilharam do meu ideal e me motivaram a seguir em frente, mesmo diante dos desafios, deixo meu sincero agradecimento.

Por fim, mas jamais em último lugar, agradeço a Deus — pela proteção constante, pela saúde e pela força que me permitiram enfrentar cada obstáculo e seguir em todos os projetos nos quais me empenho. Acredito que minha fé foi um combustível essencial nesta jornada.

“A Educação Emancipadora é um espaço social para a valorização cultural e, dessa forma, deve propiciar oportunidades educacionais para o encontro de diferentes saberes.”

(Paulo Freire, 1970)

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em analisar as interações entre trabalho e emancipação humana a partir do currículo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na rede pública estadual da Bahia, inserindo-se em um contexto de profundas transformações sociais e demandas por uma educação integral e crítica. Fundamentada em uma perspectiva teórico-metodológica pautada pelo materialismo histórico-dialético, a pesquisa dialoga com autores como Karl Marx (1988) e Paulo Freire (2006;2011). A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, envolvendo a análise crítica de documentos curriculares. A pesquisa analisou os documentos da EPT no estado da Bahia, com maior inclinação para a análise do DCRB de 2022 e da matriz curricular da EPT do curso de Administração. Para análise desses dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo fundamentada em Bardin (2016, p. 48), que permitiu a interpretação das informações de maneira criteriosa e objetiva. Os resultados demonstraram que, embora o currículo contenha elementos que apontam para uma formação integral, persistem desafios significativos na efetivação de práticas que promovam a emancipação dos educandos. Foi constatada a importância de uma formação continuada dos docentes e de uma reconfiguração das diretrizes curriculares para superar a rigidez dos métodos tradicionais, articulando teoria e prática de forma crítica e transformadora. Essa abordagem também permitiu compreender as limitações dos modelos tradicionais e a necessidade de estratégias inovadoras que dialoguem com a realidade dos estudantes e das comunidades atendidas. O produto educacional elaborado foi uma cartilha digital, direcionado à orientação docente, trazendo reflexões quanto as novas exigências formativas para os(as) estudantes em uma perspectiva emancipatória, ampliando o protagonismo e a criticidade. Em síntese, a pesquisa concluiu que a renovação dos processos pedagógicos é indispensável para que a Educação Profissional e Tecnológica se consolide como um instrumento de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Bahia. Currículo. Educação Profissional e Tecnológica. Emancipação.

ABSTRACT

The general objective of this research was to analyze the interactions between work and human emancipation based on the curriculum of Professional and Technological Education (EPT) in the public school system of the state of Bahia, within a context of profound social transformations and demands for comprehensive and critical education. Based on a theoretical-methodological perspective guided by historical-dialectical materialism, the research dialogues with authors such as Karl Marx (1988) and Paulo Freire (2006; 2011). The methodology adopted was qualitative in nature, involving the critical analysis of curricular documents. The research analyzed the EPT documents in the state of Bahia, with a greater focus on the 2022 DCRB and the EPT curriculum matrix for the Administration course. To analyze these data, Content Analysis based on Bardin (2016, p. 48) was used, which allowed the interpretation of the information in a careful and objective manner. The results showed that, although the curriculum contains elements that point to comprehensive education, significant challenges persist in implementing practices that promote the emancipation of students. The importance of ongoing teacher training and a reconfiguration of curricular guidelines was noted to overcome the rigidity of traditional methods, articulating theory and practice in a critical and transformative way. This approach also allowed us to understand the limitations of traditional models and the need for innovative strategies that dialogue with the reality of students and the communities served. The educational product developed was a digital booklet, aimed at teacher guidance, bringing reflections on the new educational requirements for students from an emancipatory perspective, expanding protagonism and critical thinking. In summary, the research concluded that the renewal of pedagogical processes is essential for Professional and Technological Education to consolidate itself as an instrument of social transformation, contributing to the construction of a more just and equitable society.

Keywords: Bahia. Curriculum. Professional and Technological Education. Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Análise triangular de conteúdo segundo Laurence Bardin.....	55
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Documentos legais analisados para fins dos resultados.	49
Quadro 2. Estado da arte – lista dos estudos selecionados.	62
Quadro 3. Princípios que devem reger as práticas pedagógicas na EPT.	70
Quadro 4. Princípios da EPT identificados no Plano Estadual de Educação da Bahia (2016-2026).	73
Quadro 5. Princípios do Ensino Médio segundo DCRB de 2022.	75
Quadro 6. Organização curricular PROEJA – Matriz vigente desde 2018.	79
Quadro 7. Organização curricular EPI – Matriz vigente de 2019 a 2024.	80
Quadro 8. Organização curricular PROSUB – Matriz vigente 2019 a 2024.	80
Quadro 9. Componentes curriculares do Curso Técnico em Administração.	81

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional

CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CP – Conselho Pleno

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMITec – Ensino Médio com Integração Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

SEC – Secretaria da Educação do Estado da Bahia

SUPROT – Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica

UEBAs – Universidades Estaduais da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO	17
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.3 JUSTIFICATIVAS	19
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL E NA BAHIA SOB A ÓPTICA DA REDE ESTADUAL ENQUANTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	21
2.2 CONEXÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: BASES CONCEITUAIS DA EPT	27
2.3 CURRÍCULO DA EPT: EMANCIPAÇÃO PARA A VIDA E O TRABALHO.....	32
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	44
3.1 OBJETO DE ESTUDO, AMOSTRA E PÚBLICO-ALVO	44
3.2 DELINEAMENTO E RECORTE ESPACIAL	45
3.3 MÉTODO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	46
3.4 ABORDAGEM QUALITATIVA	47
3.5 NATUREZA INVESTIGATIVA	47
3.6 OBJETIVO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO.....	48
3.7 PROCEDIMENTOS DE BUSCAS DE ESTUDOS E DOCUMENTOS.....	49
3.8 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS/RESULTADOS	53
3.9 RESULTADOS	55
3.10 ASPECTOS ÉTICOS	56
4 LEVANTAMENTO SOBRE O ESTADO DA ARTE.....	58
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
5.1 SOBRE OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: EXPECTATIVAS DA ARTICULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO TÉCNICA E CIDADÃ	65
5.2 DISCUSSÕES SOBRE AS MATRIZES CURRICULARES DA EPT DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA: IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, FORMAÇÃO TÉCNICA E CIDADÃ	70

5.3 IDENTIFICAÇÃO DE CONTRADIÇÕES E SIMILARIDADES NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA BAHIA.....	83
6 PRODUTO EDUCACIONAL	86
6.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	86
6.2 DESCRIÇÃO DA CARTILHA “EDUCAÇÃO E TRABALHO”	86
6.3 VALIDAÇÃO DO PRODUTO: RODA DE CONVERSA.....	88
6.3.1 Descrição dos resultados da validação a partir da Roda de conversa	89
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
APÊNDICE A – PRODUTO EDUC. (CARTILHA “EDUCAÇÃO E TRABALHO”)....	98
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	103
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO VALIDAÇÃO RODA DE CONVERSA.....	104

1 INTRODUÇÃO

O objeto central desta pesquisa são os princípios pedagógicos e os critérios legais que organizam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Estadual de Educação da Bahia, com enfoque na avaliação crítica dos aspectos formativos relacionados à orientação para o mundo do trabalho e à promoção de uma educação humanista e emancipatória. A EPT, como modalidade educativa, tem se tornado um espaço estratégico na formação de jovens e adultos, especialmente em contextos de desigualdade social, onde a promessa de inserção no mercado de trabalho é muitas vezes apresentada como o principal objetivo da educação. No entanto, essa visão limitada desconsidera a função social mais ampla da educação, que deve ir além da formação técnica e instrumental, promovendo a autonomia, a criticidade e a emancipação dos sujeitos.

Para conduzir esta análise, foi tomado como parâmetro o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), especialmente o Volume 2, em sua versão atualizada e publicada em 2022 no sítio digital oficial da Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC). Esse documento trata dos princípios e das diretrizes de organização dos diversos currículos utilizados nas unidades de EPT em funcionamento no estado (BAHIA, 2025).

O DCRB representa, portanto, uma ferramenta fundamental para compreender como a formação profissional está sendo concebida no contexto baiano, e se ela está alinhada a uma visão de educação que valorize não apenas a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento integral dos estudantes. O documento citado foi interpretado de forma crítica à luz de estudiosos que investigam a legislação brasileira e os dispositivos pedagógicos, especialmente os currículos voltados para a EPT, amparados nos estudos de Antunes (2009); Arroyo (1995, 2019); Brandão (2007); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Foi utilizado como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, com ênfase nos ensinamentos dos educadores brasileiros Paulo Freire (1921-1997), propositor da Pedagogia da Autonomia, e Dermeval Saviani (1943), criador da Pedagogia Histórico-Crítica. Ambos compartilham uma base comum nas considerações críticas sobre a função social e emancipadora da educação, formuladas pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1934), nos **Cadernos do cárcere** (2000). Para esses autores, a educação deve ir além da formação técnica, promovendo a consciência crítica e a autonomia dos sujeitos, enquanto a escola é vista como espaço de disputa ideológica, capaz de tanto reforçar a dominação quanto fomentar a transformação social.

Gramsci, em seus estudos sobre a hegemonia cultural, na obra **A alternativa pedagógica** (1993), argumenta que a escola é um espaço fundamental para a manutenção ou a contestação da ordem social vigente. Para ele, a educação não é neutra: pode tanto servir para reproduzir as desigualdades e o controle social, quanto para fomentar a consciência crítica e a transformação da sociedade.

A formação técnica, nesse sentido, deve ser integrada a uma formação crítica, que permita aos trabalhadores não apenas executar tarefas, mas compreender o contexto histórico, social e econômico em que estão inseridos. Gramsci defende a ideia de uma "escola unitária", que promova o desenvolvimento integral dos indivíduos, rompendo com a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, e superando a visão tecnicista que limita a educação ao atendimento das demandas do mercado. No contexto da EPT na Bahia, esse pensamento é crucial para avaliar se o currículo contribui para formar sujeitos críticos ou se está restrito a uma lógica adaptativa e funcionalista.

No campo da educação brasileira, Saviani aprofunda essas reflexões ao desenvolver a Pedagogia Histórico-Crítica, propondo uma articulação entre a prática educativa e a luta pela transformação social. O autor na obra **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação** (2015), argumenta que a educação deve ser compreendida como um processo intencional de formação humana, orientado pela compreensão crítica da realidade. Para ele, a escola pública deve ser um espaço de acesso universal ao conhecimento científico, artístico e cultural, fundamental para o desenvolvimento da consciência de classe e da capacidade dos sujeitos de intervir em sua realidade.

No contexto da EPT, essa perspectiva exige que a formação profissional vá além do treinamento técnico, promovendo o acesso a saberes que possibilitem aos estudantes entenderem as contradições do mundo do trabalho e atuar de forma transformadora. Saviani defende que o currículo deve ser construído com base na mediação entre o conhecimento científico e a prática social, rompendo com o reducionismo pragmático que caracteriza as políticas educacionais neoliberais.

Freire, por sua vez, nas obras **Pedagogia da Autonomia** (1996) e **Educação e mudança** (2020), argumenta que a educação deve ser um ato de liberdade, e não de dominação, entendendo o trabalho não apenas como meio de sobrevivência, mas como espaço de criação, transformação e afirmação da dignidade humana. Para ele, o processo educativo deve capacitar o sujeito a “ler o mundo” e não apenas a adaptar-se a ele, promovendo uma formação crítica que permita ao indivíduo compreender as estruturas sociais que moldam sua realidade. Ele defende que a educação deve ser dialógica e problematizadora, incentivando os

estudantes a questionarem sua realidade e a se tornarem protagonistas de sua própria história. Esse pensamento é fundamental para repensar a EPT, que muitas vezes é reduzida a um espaço de mera transmissão de habilidades técnicas, desconsiderando o potencial emancipador da educação.

A pretensão da pesquisa foi analisar as disposições legais, as diretrizes e os princípios pedagógicos preconizados pelo DCRB para a elaboração dos currículos educacionais utilizados nas unidades de ensino que ofertam a modalidade de EPT na Rede Estadual da Bahia. Esse exame é fundamental para compreender se o currículo adotado contribui para uma formação omnilateral, que abranja as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano – intelectual, ética, social e cultural –, ou se permanece restrito a uma lógica instrumental, voltada apenas para atender às demandas do mercado de trabalho.

Consideramos o DCRB como um guia de orientação para gestores, docentes e coordenadores pedagógicos que integram a rede estadual, sendo esses os principais responsáveis tanto pela elaboração dos currículos quanto por sua aplicação nas salas de aula. A análise crítica desse documento permite identificar quais são os valores ideológicos subjacentes à preparação para o mundo do trabalho e como eles impactam as trajetórias de vida dos discentes em formação.

Além disso, é importante refletir sobre como as diretrizes curriculares da EPT na Bahia dialogam com os desafios do século XXI, especialmente em um contexto de rápidas transformações tecnológicas, econômicas e sociais. A formação profissional deve estar alinhada com as exigências contemporâneas, mas sem perder de vista a dimensão ética e política da educação. A proposta de uma educação integral, que valorize o trabalho como prática social e formativa, deve ser orientada por princípios democráticos e emancipatórios, garantindo que os estudantes não apenas adquiram competências técnicas, mas também desenvolvam a capacidade de agir criticamente no mundo, conforme preconizado por Freire, Gramsci e Saviani.

Assim, esta pesquisa buscou contribuir para o debate sobre o papel da EPT na formação de sujeitos capazes de intervir de forma consciente e transformadora na sociedade, questionando se os currículos adotados na Rede Estadual da Bahia estão alinhados com uma concepção de educação que promova, de fato, a autonomia e a emancipação dos(as) estudantes.

1.1 PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

A formação para o trabalho, no contexto da EPT, tem sido historicamente moldada pelas demandas do mercado e pelos interesses das classes dominantes, refletindo a lógica de reprodução do capital. Essa configuração curricular está profundamente ancorada no ideário neoliberal, que valoriza a eficiência produtiva, a competitividade e a flexibilização do trabalho em detrimento de uma formação crítica e emancipatória.

A centralidade da noção de competências no currículo, frequentemente justificada como essencial para a inserção no mercado de trabalho, evidencia uma orientação voltada para a formação de sujeitos "adestrados", limitados a desempenhar funções específicas, sem o estímulo ao pensamento crítico ou à compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais que atravessam o mundo do trabalho.

Esse modelo educativo, centrado em uma visão bancária¹ da formação, ignora a complexidade da dimensão histórico-cultural do ser humano, reduzindo a educação a um mero processo de adaptação às exigências do mercado. Tal perspectiva compromete a autonomia e a diversidade dos estudantes, uma vez que desconsidera as múltiplas formas de saber e de ser que deveriam compor um currículo verdadeiramente inclusivo e integral.

Nesse cenário, a formação omnilateral – que visa o desenvolvimento pleno dos sujeitos em suas dimensões intelectual, social, cultural e ética – torna-se um desafio ainda mais premente. A lógica do capital tende a sufocar iniciativas pedagógicas que buscam a emancipação e o fortalecimento da cidadania, promovendo uma educação que, em vez de libertar, limita e controla.

Frigotto e Ciavatta (2012) ressaltam que a tarefa de promover o desenvolvimento humano omnilateral e processos educativos democráticos é, por natureza, antagônica ao ideário neoliberal. O desafio, portanto, consiste em construir práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades sociais e possibilitem o acesso ao conhecimento em sua forma mais universal, crítica e transformadora. Embora essa tarefa não se realize plenamente nas condições impostas pelas relações sociais capitalistas, ela é fundamental para todos que lutam por uma educação que transcenda a lógica mercadológica e promova a transformação social. Nesse sentido, a educação deve ser entendida como um espaço de resistência e emancipação,

¹ Educação bancária em Paulo Freire mencionada na obra **Pedagogia do Oprimido** (2011), refere-se ao modelo de educação tradicional, que foca apenas no repasse de aprendizados preformulados, sem estimular a autonomia e participação dos educandos.

capaz de formar sujeitos críticos que não apenas se adaptem ao mundo do trabalho, mas que também atuem na sua transformação.

Diante desse contexto, a presente pesquisa debruçou sua investigação sobre a seguinte problemática: As proposições do currículo da EPT da rede pública estadual da Bahia demonstram o caráter educativo do trabalho, centrado em uma política de educação integral para os(as) estudantes? O questionamento busca compreender se e como a EPT na Bahia consegue romper com o paradigma tecnicista e instrumental, promovendo uma formação que valorize a autonomia, a criticidade e a cidadania dos(as) estudantes, em consonância com uma perspectiva de educação verdadeiramente emancipadora.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar, à luz do materialismo histórico dialético, se as proposições e matrizes curriculares da EPT da rede pública estadual da Bahia refletem o caráter educativo do trabalho e as mudanças curriculares.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar os elementos históricos e teóricos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil para compreensão da proposta de Educação Profissional na Bahia;
- b) Investigar se as matrizes curriculares da Educação Profissional e Tecnológica da rede pública estadual da Bahia incorporam os princípios da educação integral, articulando formação técnica e cidadã no contexto das demandas sociais e do mundo do trabalho;
- c) Elaborar uma cartilha digital para docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica da rede pública estadual da Bahia, com vista a fomentar os princípios: democráticos, emancipatórios, autonomistas e humanistas, em prol do estímulo à cidadania e a criticidade entre docentes e discentes.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A pesquisa se insere no campo da EPT como uma contribuição significativa ao debate acadêmico sobre a função social da educação no Brasil, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais e sociais, como o estado da Bahia. Ao adotar o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico e dialogar com autores como Paulo Freire, Dermeval Saviani e Antonio Gramsci, o estudo propõe uma análise crítica das políticas curriculares vigentes.

A investigação sobre como o currículo da EPT está estruturado e de que forma ele promove (ou limita) uma formação integral e emancipatória amplia a compreensão acadêmica sobre os desafios da educação profissional no Brasil, contribuindo para a construção de novos paradigmas teóricos e práticos na área.

A motivação pessoal para a realização desta pesquisa emerge do compromisso com a transformação social através da educação. A vivência em contextos educacionais públicos, especialmente na área da EPT, despertou reflexões sobre as limitações e potencialidades dos currículos aplicados, bem como o impacto direto que eles têm na vida dos estudantes. Acredito que a educação deva ser um espaço de emancipação e não apenas de preparação técnica para o mercado.

Assim, a pesquisa reflete o desejo de aprofundar a compreensão sobre como as políticas educacionais podem ser aprimoradas para promover uma formação crítica, consciente e transformadora, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa.

Do ponto de vista profissional, a pesquisa é relevante para todos os atores envolvidos na gestão e implementação da EPT na rede pública estadual da Bahia. Analisar criticamente as matrizes curriculares e suas implicações no processo formativo dos estudantes permite identificar lacunas e oportunidades de melhoria na prática pedagógica.

Além disso, a elaboração de uma cartilha digital voltada para docentes representa uma ferramenta prática que visa qualificar a atuação profissional, incentivando metodologias que promovam a cidadania, a autonomia e a criticidade. Para educadores e gestores, a pesquisa oferece subsídios para repensar suas práticas pedagógicas e para alinhar o ensino técnico a uma perspectiva de educação integral.

Em um contexto de profundas desigualdades sociais, a pesquisa assume um papel fundamental ao buscar entender como a EPT pode contribuir para a emancipação dos sujeitos e a transformação da realidade social. A formação técnica, quando desvinculada de uma visão

crítica e humanista, tende a reproduzir as condições de exploração e desigualdade, limitando as possibilidades de mobilidade social e de participação cidadã. Ao investigar se o currículo da EPT na Bahia está alinhado com uma proposta de educação integral, o estudo visa não apenas a melhoria da qualidade do ensino, mas também a promoção de uma sociedade mais democrática e justa.

Assim, a pesquisa tem o potencial de impactar diretamente a vida dos estudantes, ampliando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, e contribuindo para a construção de uma educação que seja verdadeiramente transformadora e inclusiva.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado da seguinte forma:

- a) Capítulo da Introdução: sendo este capítulo, o qual se dedicou a apresentar uma síntese inicial sobre o todo da pesquisa;
- b) Capítulo do Referencial Teórico: onde são apresentadas as teorias bases que dão suporte para a sustentação científica dos resultados produzidos pela pesquisa, tendo por prioridade o uso das teorias construídas pelos autores chaves da pesquisa, sendo eles Antonio Gramsci, Demerval Saviani e Paulo Freire;
- c) Capítulo Metodológico: no qual a pesquisadora apresenta o caminho percorrido para a construção da pesquisa, indicando os métodos, técnicas e procedimentos adotados para tal;
- d) Capítulo dos Resultados e Discussão: onde são apresentados os resultados encontrados a partir da exploração dos documentos selecionados pela pesquisa, sendo eles discutidos com o aporte teórico analisados para fins de produção das conclusões;
- e) Capítulo das Considerações Finais: no qual a pesquisadora expõe o esclarecimento encontrado para a problemática investigada, demonstrando ainda a contemplação dos objetivos e finalizando com um fechamento crítico construído a partir das reflexões estabelecidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo foram trabalhados pontos centrais vinculados aos objetivos da pesquisa, abordando assim (2.1) as noções históricas sobre o desenvolvimento da EPT no Brasil e com recorte específico para a região Bahia, com ênfase na Rede Estadual de Ensino enquanto SEC, trabalhando a (2.2) conexão entre o trabalho, a educação e a formação humana, estabelecendo uma ligação com as bases conceituais da EPT, além de falar sobre (2.3) o currículo da EPT voltado para a emancipação dos educandos para a vida e o trabalho. O aporte teórico deste capítulo trabalhou com múltiplos autores, mas, deu prioridade para as noções teóricas emitidas por Antonio Gramsci, Demerval Saviani e Paulo Freire.

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL E NA BAHIA SOB A ÓPTICA DA REDE ESTADUAL ENQUANTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A EPT no Brasil tem suas origens profundamente ligadas à necessidade de capacitação da força de trabalho para a industrialização e o crescimento econômico do país. No início do século XX, o foco da educação estava centrado na formação técnica de operários para atender às demandas da modernização da economia (Saviani, 2015). Contudo, a EPT evoluiu ao longo do tempo, especialmente após a promulgação de diversas legislações que buscaram democratizar o acesso ao ensino técnico, alinhando-o com as necessidades sociais e do mercado de trabalho.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2012), o trabalho passa então a ser visto como um princípio educativo fundamental, que deve ser integrado à formação escolar para possibilitar uma educação emancipatória. Foi, portanto, inicialmente pensada para atender às demandas de uma economia em expansão, mas ao longo do tempo passou a incorporar uma visão mais crítica, voltada para a transformação social e a inclusão de diferentes grupos sociais.

A trajetória da EPT no Brasil teve início com a criação das primeiras "Escolas de Aprendizizes e Artífices" em 1909, através do Decreto nº 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha (Carneiro, 2018). Essas escolas surgiram com o objetivo de formar trabalhadores qualificados para atender às necessidades da industrialização do país, marcando o início da integração entre educação e formação profissional. Em 1927, o Decreto nº 5.241 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino profissional nas escolas primárias mantidas pela União, ampliando o acesso à educação técnica (Saviani, 2015).

Na década de 1930, a Constituição Federal de 1937, durante o governo Getúlio Vargas, trouxe o tema da educação profissional para o centro das políticas educacionais do país (Costa, 2020). De acordo com Amorim (2021), foi a Lei nº 378 de 1937 que transformou as Escolas de Aprendizes em liceus industriais, estabelecendo uma rede de ensino profissional para atender a uma demanda crescente da industrialização.

Em 1942, um conjunto de decretos, como o Decreto-Lei nº 4.073, estabeleceu os ciclos do ensino industrial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que se tornou um dos pilares da educação profissional no Brasil (Saviani, 2015).

Frigotto e Ciavatta (2012) informam que, na década de 1960, a criação de novas instituições, como as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), consolidou ainda mais a educação profissional e tecnológica no país. A Lei nº 4.024 de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), permitiu que os concluintes dos cursos técnicos continuassem seus estudos no ensino superior (Saviani, 2015).

Nos anos seguintes, Costa (2020) menciona que a EPT continuou a se expandir, com a criação de novas instituições e programas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e com a inclusão de novos ciclos de formação técnica, como o de Tecnólogos.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9.394 de 1996 e suas subsequentes reformas, a educação profissional se consolidou como parte integrante do sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996). O novo modelo curricular, segundo Costa (2020), passou a oferecer formação técnica de nível médio com uma abordagem mais prática e voltada para as necessidades do mercado de trabalho.

Ao longo dos anos, a legislação foi se ajustando às novas demandas da sociedade, com destaque para a Lei nº 13.005/2014, que previu a integração da educação profissional à educação de jovens e adultos e estabeleceu metas para a expansão da oferta de cursos técnicos (Saviani, 2015). Em 2017, a Lei nº 13.415 trouxe novas modificações, incluindo a formação técnica no itinerário formativo do ensino médio, garantindo que a educação profissional fosse parte fundamental da formação dos estudantes (Carneiro, 2019).

No contexto da Bahia, essa história começou em 1910 com a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices, que teve um papel fundamental na formação da mão-de-obra qualificada no estado, acompanhando as transformações econômicas e sociais do Brasil ao longo das décadas (Sampaio; Almeida, 2009).

De acordo com Amorim (2021), a instituição atuou sempre em sintonia com as mudanças do contexto socioeconômico e político, adaptando-se às necessidades da sociedade e aprimorando seus serviços educacionais. Esse dinamismo foi essencial para consolidá-la como um marco na educação profissional do estado, garantindo acesso a oportunidades de qualificação para diferentes camadas da população baiana. No estudo de Sampaio e Almeida (2009), lê-se que:

[...] desde o seu início as escolas de aprendizes e artífices tinham como função principal a inserção no mercado de trabalho, não havendo preocupação com a formação teórica que era passada aos alunos. A escola da Bahia não foge à regra; também foi criada para a formação profissional das “classes menos favorecidas”, o que se percebe pelo seu direcionamento, única e exclusivamente visando à qualificação técnica, em detrimento de uma educação integral (Sampaio; Almeida, 2009, p. 18).

Ao longo dos anos, a escola passou por várias transformações, e as alterações em sua nomenclatura refletem o dinamismo dessa trajetória. Inicialmente chamada de Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, a instituição se tornou, em 1942, a Escola Técnica de Salvador, com a criação da rede federal de ensino industrial, instituída pela Lei nº 4.127/42.

Em 1965, com a reforma do ensino industrial, passou a ser conhecida como Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA)², consolidando-se como uma referência no ensino público de qualidade, não apenas na formação profissional, mas também no campo da educação mais ampla (Sampaio; Almeida, 2009). Essas mudanças, impulsionadas por contextos legais e necessidades do mercado de trabalho, evidenciam a capacidade da instituição de se reinventar e se adaptar às demandas da sociedade.

A década de 1990 foi marcada por uma ampliação institucional significativa, refletida na integração da Escola Técnica Federal da Bahia com o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), criando o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-Ba) (Sampaio; Almeida, 2009). Essa união fortaleceu a proposta educacional da instituição, permitindo a oferta de cursos de nível médio e superior, especialmente na área de tecnólogo.

A partir da década de 2000, com a implementação de políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a EPT passou a ser vista também como uma estratégia para combater as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. De acordo com Santos (2021), o PRONATEC, por

² A ETFBA, durante o seu período de existência, significou um marco na educação profissional na Bahia, sendo respeitada como símbolo de boa educação e de entrada garantida no mercado de trabalho. Esse fato fez com que a escola, devido ao crescente número de alunos interessados em estudar na instituição, precisasse fazer concurso vestibular mais rigoroso para o ingresso na mesma (Sampaio; Almeida, 2009, p.20).

exemplo, contribuiu de maneira significativa para a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho, oferecendo cursos técnicos em diversas áreas.

A política de educação profissional e tecnológica, portanto, deixou de ser apenas um instrumento de qualificação e passou a ser também um elemento de transformação social (Carneiro, 2018). Essa mudança de perspectiva evidenciou a EPT como uma ferramenta crucial para a promoção da justiça social, permitindo que indivíduos de diferentes contextos sociais e econômicos tivessem a oportunidade de se qualificar e conquistar novos horizontes profissionais. De acordo com Sampaio e Almeida (2009):

Com a Lei nº 11.892 de 2008, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, em específico na Bahia, foram criados dois institutos federais: o Instituto Federal da Bahia, que se originou da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e o Instituto Federal Baiano, originado pela integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim (Sampaio; Almeida, 2009, p. 2021).

As novas transformações foram estimuladas justamente pela LDB de 1996 e o ano de 2009 não apenas comemorou o centenário da educação profissional no Brasil, mas também representou uma mudança de paradigmas para a instituição (Sampaio; Almeida, 2009). O CEFET-Ba se tornou, oficialmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008, que redefiniu o papel das instituições de educação profissional no Brasil.

Essas transformações fizeram parte de uma estratégia do Governo Federal, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica, tornando-a um processo educativo mais inclusivo e investigativo (Amorim, 2021). Sampaio e Almeida (2009) destacam que a criação dos Institutos Federais (IFs) deu uma nova dimensão ao ensino profissional, ao incluir a produção de conhecimento científico e a pesquisa aplicada.

Ao mesmo tempo, as novas abordagens educacionais contemplaram um público mais amplo, com foco na inclusão de pessoas que antes não tinham acesso a políticas de formação profissional. Além disso, a integração do ensino de ciências e matemática na educação profissional fortaleceu o papel dos Institutos Federais na formação de professores para as escolas públicas, contribuindo para o desenvolvimento educacional de toda a sociedade (Sampaio; Almeida, 2009).

No ano de 2007 foi criada pelo Governo do Estado a Superintendência de Educação Profissional – SUPROF pelo Decreto Lei 10.955/2007 (BAHIA, 2007). É importante destacar que em 2017 a SUPROF teve alterada a sua nomenclatura para SUPROT (Superintendência

de Educação Profissional e Tecnológica). Contudo, foi a partir de 2008, com a instituição do Plano de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, a expansão dos cursos em todo o Estado e dois aspectos merecem atenção no que tange a esta expansão: a criação dos Centros Estaduais de Educação Profissional - CEEP e dos Centros Territoriais de Educação Profissional – CETEP, por meio do Decreto nº 11.355/2008 (BAHIA, 2008), interiorizando a oferta de cursos na rede num processo de gestão democrática e as formas de articulação dos cursos de acordo com a necessidades e formação profissional dos Territórios de Identidade (Educação Profissional Integrada – EPI; Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio – PROSUB e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC).

Assim, essa abordagem tem contribuído para fortalecer a identidade cultural dos alunos, ao mesmo tempo em que os prepara para a realidade do mercado de trabalho, promovendo uma educação que é, ao mesmo tempo, crítica, contextualizada e transformadora.

Ao longo dos anos, a SEC da Bahia tem se empenhado em articular a EPT com os princípios da inclusão social e da valorização do trabalho. Costa (2020) destaca que a Secretaria tem adotado diretrizes que buscam garantir a formação de um trabalhador consciente de sua realidade social, promovendo a cidadania e a emancipação por meio de uma educação que combine conhecimentos teóricos e práticos.

Nesse contexto, a EPT tem se consolidado como um espaço de formação crítica, capaz de preparar os alunos para as demandas do mercado de trabalho sem perder de vista a necessidade de reflexão sobre as condições de trabalho e as relações sociais. Essa abordagem visa não apenas capacitar para o mercado, mas, conforme dito por Amorim (2021), também formar cidadãos críticos e atuantes, capazes de questionar as estruturas sociais e lutar por condições de trabalho mais justas e dignas.

No entanto, como aponta Pimentel (2016), a implementação de um currículo efetivamente transformador na EPT esbarra em desafios significativos, como a falta de capacitação dos professores e a defasagem na infraestrutura das escolas. Apesar das iniciativas positivas, a autora destaca que as contradições entre o que está prescrito nos currículos e a realidade da sala de aula ainda são evidentes.

A EPT, portanto, ainda enfrenta o desafio de alinhar as políticas educacionais às necessidades reais dos estudantes e às condições de trabalho dos professores (Pimentel, 2016). Esses desafios exigem uma abordagem mais holística, que envolva não apenas a revisão dos currículos, mas também a melhoria das condições materiais e pedagógicas das escolas, além

da formação continuada dos docentes para que possam cumprir de maneira eficaz a proposta educativa da EPT.

A Rede Estadual de Educação da Bahia, enquanto responsável pela coordenação das políticas educacionais no estado, tem buscado superar essas dificuldades por meio da formação continuada dos professores e da implementação de programas de apoio à gestão escolar. Pimentel (2016) observa que, apesar das dificuldades, o estado tem investido em uma gestão que se preocupa com a qualidade da formação oferecida aos alunos, buscando integrar as práticas pedagógicas com as demandas do mercado de trabalho e com os direitos sociais.

Esse esforço reflete a tentativa da Rede Estadual de Educação da Bahia em harmonizar os objetivos educacionais com as necessidades sociais e econômicas do estado, garantindo que os estudantes não só adquiram competências técnicas, mas também desenvolvam uma consciência crítica sobre sua atuação no mundo do trabalho e sua inserção na sociedade.

Carneiro (2018) ressalta a importância da recontextualização do currículo da EPT, particularmente no âmbito do PROEJA, para que os alunos possam reconhecer as questões sociais e políticas que impactam suas vidas. A autora defende que é necessário adaptar os currículos às realidades locais, considerando as especificidades dos grupos atendidos e as condições do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a educação profissional deve ser vista como um espaço para a construção de uma nova consciência crítica, capaz de transformar a realidade social dos estudantes. A recontextualização do currículo, conforme destacado por Carneiro (2018), não se limita à adaptação de conteúdos, mas envolve também uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade cultural, as experiências dos alunos e os desafios impostos pelo contexto socioeconômico.

Ao integrar essas dimensões, a EPT se transforma em uma ferramenta poderosa para a promoção da justiça social e da emancipação dos estudantes, criando oportunidades para que eles possam não apenas ingressar no mercado de trabalho, mas também atuar de forma transformadora na sociedade. Ao mesmo tempo, segundo Pereira (2020), o currículo da EPT deve ser pensado de forma a promover uma formação integral, que vá além das habilidades técnicas e seja capaz de incorporar valores éticos e sociais.

A educação profissional deve, portanto, ser um instrumento de transformação que ajude os alunos a entenderem o mundo do trabalho como um espaço de potencial emancipatório, e não apenas de subordinação. A inclusão de temas como a educação integral e a ética no trabalho são essenciais para a construção de um currículo que promova a dignidade humana e a justiça social (Carneiro, 2018).

Em consonância com as reflexões de Saviani (2015), a EPT na Bahia deve ser pensada como um dispositivo capaz de integrar teoria e prática, preparando os estudantes para os desafios do mundo do trabalho e da vida social. O currículo da EPT, ao ser estruturado de maneira crítica e emancipatória, deve também proporcionar aos educandos a compreensão das relações de poder e dominação presentes no mundo do trabalho, de forma a capacitá-los para a luta por melhores condições de vida e trabalho.

Assim, a educação profissional torna-se um verdadeiro instrumento de transformação social, capaz de romper com as desigualdades estruturais que marcam a sociedade baiana e brasileira (Freire, 2020). Portanto, é fundamental que o currículo da EPT, além de fornecer competências técnicas, ofereça uma formação que permita aos alunos questionarem e transformar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades, promovendo não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao final, o processo de construção de um currículo inovador na EPT, como o que vem sendo proposto pela Rede Estadual de Educação da Bahia, exige um esforço conjunto de gestores, professores e alunos, todos comprometidos com a transformação social (Amorim, 2021). O desafio é construir uma educação que, sem abrir mão da qualidade técnica, seja também um meio de promover a cidadania e a autonomia dos sujeitos.

Portanto, a EPT deve ser vista não apenas como uma formação técnica, mas como um potente dispositivo de mudança, capaz de modificar a vida dos estudantes e, por conseguinte, a sociedade como um todo, dada a relação intrínseca da educação com o trabalho e, especialmente, com a formação humana (Costa, 2020). No próximo subcapítulo, será abordada a relação intrínseca entre trabalho, educação e emancipação, destacando como esses elementos se interconectam na construção de uma educação profissional que vá além da mera qualificação técnica, visando a transformação social e a formação integral dos sujeitos.

2.2 CONEXÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: BASES CONCEITUAIS DA EPT

Segundo Karl Marx (1818-1883), precursor do método do materialismo histórico-dialético, um dos grandes dilemas impostos pela sociedade capitalista ao campo da educação formal, especialmente, à fornecida pelo Estado, é que dentre seus valores ideológicos, o “trabalho”, enquanto um aspecto da vida humana, encontra-se pautado a partir dos interesses das classes dominantes, cujas finalidades seriam a racionalização do tempo e da força física,

em prol do aumento contínuo da produção material e do lucro daqueles que detém os meios de produção (Marx, 1988).

Portanto, a educação, ofertada pelas estruturas que compõem o Estado, serviria enquanto um dispositivo de alienação da classe trabalhadora, pois os valores referentes ao trabalho que são preconizados pelas classes dominantes são contraditórios aos reais interesses dos sujeitos que não possuem os meios de produção.³

Logo, a educação não se constituiria enquanto um dispositivo de promoção da emancipação humana, caso orientada pelos agentes políticos oriundos e defensores do liberalismo político e econômico (Marx, 1988). Contudo, sua análise foi feita a partir da observação dos aspectos constituintes das sociedades capitalistas europeias, durante o estágio inicial de expansão do capitalismo pelo mundo Ocidental.

Assim sendo, é preciso problematizar suas considerações, à luz das diversas transformações que ocorram ao longo dos últimos anos e ter em vista as especificidades do contexto brasileiro contemporâneo. É fundamental considerar as especificidades do contexto brasileiro contemporâneo, onde a desigualdade social, a exclusão educacional e a precarização das condições de trabalho permanecem como desafios centrais para a educação (Saviani, 2015).

Dessa forma, a reflexão sobre a educação deve ser atualizada, levando em conta os novos desafios sociais e econômicos, buscando um modelo educativo que, de fato, promova a autonomia e a transformação social dos sujeitos, especialmente no contexto da EPT. Desde as considerações de Marx, diversos outros intelectuais, a exemplo de Gramsci (1993), observaram o potencial revolucionário da educação, a redefinindo enquanto um dispositivo de luta política, cujas atribuições incluiriam a promoção da consciência crítica dos sujeitos, a emancipação humana, a transformação dos valores referentes ao trabalho e a revolução social, com vista a garantir a reforma das estruturas do Estado, destituindo as classes dominantes do seu poder de controle e hegemonia política. Assim, a educação se configura como um campo essencial de resistência e transformação, capaz de questionar as estruturas de poder e promover mudanças sociais profundas.

³ De acordo com Maria Alice Nogueira (1990), não encontramos no conjunto da obra publicada por Marx uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos da educação e sua relevância para a revolução social do proletariado – principal objetivo político de seu trabalho científico – contudo, argumentou a pesquisadora, mesmo que forma marginal, é possível encontrarmos de maneira dispensa em seus estudos algumas considerações sobre o uso da educação formal enquanto um dispositivo de alienação dos trabalhadores, sustentado pelas elites dominantes que compunham os quadros políticos do Estado. Entretanto, como bem observou Nogueira (1990), Marx não desconsiderava o papel revolucionário que a educação poderia ter, desde que orientada a partir de valores contestatórios da lógica trazida pelo liberalismo.

No entanto, o próprio Gramsci (1993) reconhece o problema de ruptura com o modelo pedagógico tradicional, indicando que esse problema:

[...] não é exclusivamente de natureza didático-pedagógica, mas cultural e política no sentido mais amplo, pois se trata de superar uma crise que surgiu quando a velha escola se distanciou da vida, e que foi definida pela espontaneidade casual das respostas dadas até agora. Em outras palavras, tem havido uma falta de consciência clara das razões da crise e, acima de tudo, da força social interessada e capaz de resolvê-la (Gramsci, 1993, p. 30, traduzido pela pesquisadora).

Mesmo reconhecendo a educação escolar de seu tempo enquanto controlada pelas elites dominantes, sendo, portanto, um dispositivo de controle e alienação da classe trabalhadora, percebeu nela a capacidade de enfretamento dos valores ideológicos trazidos pelo liberalismo econômico, a partir do engajamento dos educadores na subversão dos objetivos, a fim de torná-la a arma mais letal no enfretamento da exploração e da perpetuação do modelo de produção capitalista e das desigualdades sociais (Gramsci, 1993; Nogueira, 1990).

Neste sentido, a educação formal, desde que orientada a partir de princípios revolucionários, teria o potencial de estimular entre os educandos a promoção da cidadania e da criticidade e de valores democráticos, emancipatórios, autonomistas e humanistas (Freire, 1996). Dessa forma, a educação se torna não apenas um espaço de formação técnica, mas também um instrumento de conscientização e transformação social.

Orientados por essas premissas, intelectuais brasileiros, como Arroyo (2019) e Freire (1996), propuseram métodos pedagógicos, tendo por base as especificidades dos educandos, sobretudo, dos trabalhadores, a fim de reconhecer os seus saberes e estimular a consciência crítica, a participação cidadã e democrática e a autonomia.

No seu projeto pedagógico, Freire (1996; 2006) aplica a ênfase na associação do conhecimento formal, produzido ao longo do tempo pelas diversas sociedades e civilizações, com os saberes ligados ao trabalho laboral e ao conjunto de valores culturais que integram as identidades do povo brasileiro. Essa abordagem pedagógica visa não apenas a transmissão de conteúdos, mas também o reconhecimento da experiência vivida pelos educandos, valorizando sua história e suas lutas, e, assim, promovendo um processo de aprendizagem que seja genuinamente transformador e libertador.

Ademais, no contexto educacional mais recente, encontramos a Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Saviani (2015), que mesmo partilhando das considerações tecidas por Paulo Freire, compreende a educação como um dispositivo de formação do sujeito, partindo-se da premissa de que é papel dos docentes moldarem a consciência crítica dos estudantes,

especialmente, a partir do ensino da história crítica da dominação das classes mais abastadas e de sua hegemonia na definição dos saberes que são privilegiados nos programas de ensino, a exemplo dos currículos escolares e dos itinerários formativos dos educadores.

A pedagogia freiriana complementa a Pedagogia Histórico-Crítica, pois ambas compartilham a visão de que a educação deve ser orientada para a transformação social e para a emancipação dos sujeitos, com ênfase na construção de uma educação que forme cidadãos críticos, conscientes de sua condição histórica e capazes de atuar na mudança das estruturas sociais injustas.

Há, segundo Arroyo (2019), uma necessidade emergente por avanços na estrutura curricular, os quais sejam capazes de, concretamente, construir um modelo pedagógico autônomo e emancipatório, livre dos limites e controle impostos pela rigidez política que, demasiadamente, estruturou todo o sistema educacional ao longo dos anos. O mesmo autor destaca ainda que:

[...] a necessidade de avançar em duas direções que se complementam: de um lado abrir novos tempos-espços e práticas coletivas de autonomia e criatividade profissional; de outro, aprofundar no entendimento das estruturas, das concepções, dos mecanismos que limitam essa autonomia e criatividade; entendê-los para se contrapor e poder avançar (Arroyo, 2019, p. 35).

Segundo Saviani (2015), pensar a educação e a escola ao longo desse século é exercitar o pensamento futurista. O futuro desejável tem como papel da escola, no Ensino Médio, recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho (Freire, 2006). Neste caso, o trabalho é considerado como princípio educativo diante das novas tecnologias. Em pleno século XXI, vivendo a revolução da informática, da microeletrônica, da automação, está ocorrendo a transferência das operações intelectuais para as máquinas.

O papel da escola, portanto, é formar indivíduos que compreendam e articulem as transformações tecnológicas com suas realidades sociais e culturais, promovendo uma educação que, além de fornecer habilidades técnicas, estimule a reflexão crítica sobre os impactos do trabalho e das tecnologias na vida humana e na sociedade.

A ênfase no papel revolucionário da educação é então entendida enquanto um dispositivo de emancipação da socialização dos saberes produzidos pela humanidade ao longo do tempo e o reconhecimento de seu papel enquanto um dispositivo de estímulo à participação cidadã e democrática (Freire, 2006). Todavia, encontra-se também pontos em que a pedagogia atual se afasta da realidade esperada, em especial, no reconhecimento dos saberes prévios dos educandos como um dos atributos de maior importância no processo de ensino e aprendizagem, pois, enquanto Freire (1996; 2006) privilegiava o educando enquanto

sujeito ativo – mesmo reconhecendo o protagonismo do educador –, para Saviani (2015) a ênfase encontra-se no engajamento dos educadores e no alinhamento desses profissionais ao projeto transformador da sociedade por meio da conscientização crítica dos educandos.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (Freire, 1996, p. 13).

Cabe ressaltar, contudo, que para Saviani (2015) o educando é sim um sujeito ativo e seus saberes são relevantes, porém, não é dada a mesma ênfase que no projeto freiriano. Logo, ambas as metodologias não são contraditórias e sim complementares. Nesse sentido, o currículo da EPT pode ser um importante instrumento para a emancipação dos sujeitos, pois, ao integrar os saberes dos educandos com os conhecimentos sistematizados, promove uma formação crítica e voltada para a transformação social. No entanto, como destaca Saviani (2015), o currículo da EPT precisa ir além da simples adaptação aos interesses do mercado de trabalho e trabalhar as contradições estruturais da sociedade, permitindo que o educando compreenda o trabalho enquanto um elemento não apenas de reprodução das relações de produção, mas também de transformação e superação das desigualdades.

O currículo deve ser pensado como um dispositivo capaz de fomentar a consciência crítica dos sujeitos, estimulando sua autonomia e capacidade de atuar ativamente na sociedade, refletindo sobre seu papel no mundo do trabalho e nas estruturas sociais que o sustentam (Arroyo, 2019). Pensar esse que deve reconhecer a relação entre trabalho, educação e formação humana, para assim dispor de uma pedagogia emancipadora, que seja capaz de agregar ao currículo as bases conceituais da EPT e, mais do que isso, as realidades esperadas para a formação dos educandos. Nesse contexto, a EPT se configura como uma modalidade de ensino que visa a integração entre educação e mundo do trabalho, buscando uma formação que possibilite ao educando não apenas a aprendizagem de conteúdos técnicos, mas também o

desenvolvimento de uma consciência crítica em relação às relações de produção e às condições sociais em que está inserido.

Os estudos críticos sobre o currículo coincidentes com o fortalecimento da autonomia docente, com a criatividade e a profissionalização levaram redes, escolas e coletivos a conformarem projetos político-pedagógicos mais autônomos, reorientações curriculares mais adaptadas à diversidade de infâncias e adolescências, de jovens e adultos. Mais criativos para repensar os currículos e a docência para inventar formas diversificadas de garantir o direito dos educandos e dos próprios educadores ao conhecimento (Arroyo, 2019, p. 36).

A EPT, ao ser pensada de maneira emancipatória, deve ir além da formação para o mercado de trabalho, incorporando a reflexão sobre o papel do trabalho na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada aos princípios de transformação social (Saviani, 2015; Carneiro, 2018). Para que isso seja possível, é necessário que o currículo da EPT se baseie em uma pedagogia que integre saberes acadêmicos e populares, reconhecendo as especificidades do público atendido e suas vivências, respeitando as diversidades e promovendo a autonomia dos educandos (Costa, 2020).

É fundamental que, ao se pensar na estrutura e nos componentes curriculares da EPT, possamos compreender a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora. Este será o foco do próximo subcapítulo, que abordará como as diretrizes e práticas pedagógicas da EPT podem ser alinhadas a um currículo voltado para a emancipação dos sujeitos, com ênfase nas relações entre trabalho, educação e formação humana.

2.3 CURRÍCULO DA EPT: EMANCIPAÇÃO PARA A VIDA E O TRABALHO

Segundo suas observações, o programa curricular do PROEJA, especificamente, o utilizado nas unidades escolares mantidas pelo Estado da Bahia no município de Cícero Dantas/BA, não se apresenta enquanto uma barreira para a realização de um ensino profissional emancipatório, pois ele não representa um conjunto de dogmas que deve ser seguido à risca. Pelo contrário, argumentou Sá (2019), que o currículo deve ser encarado enquanto um dispositivo que orienta as práticas pedagógicas e reúne os conteúdos que devem ser privilegiados, cabendo aos docentes a escolha das metodologias que julgam mais adequadas, havendo também a possibilidade de trabalharem de forma transversal os aspectos relacionados ao social, à cultura e à política. Para Arroyo (2019):

Ao longo da história do nosso sistema de instrução-educação-ensino se manteve uma marca: o controle dos seus profissionais. É um dos sistemas mais regulados e normatizados. No regime autoritário aumentaram os controles, e na experiência democrática das últimas décadas eles não foram superados (Arroyo, 2019, p. 36).

Seguindo uma linha argumentativa contrária, Carneiro (2018) pontuou que a EJA representa um dos aspectos mais tristes do cenário educacional brasileiro, que é a exclusão de uma grande parcela da população do sistema educacional, cuja formação via esta modalidade ocorre de forma tardia. Contudo, a pesquisadora defendeu a necessidade da ampliação da modalidade, com vista a permitir o retorno à educação formal, a fim de estimular os sujeitos que outrora foram excluídos, a prosseguirem na busca pela formação e qualificação profissional. Partindo desta inquietação, Carneiro (2018) buscou analisar quais são os impactos do currículo na formação profissional e nas experiências de vidas dos educandos, problematizando de qual modo o programa curricular estimula a emancipação dos sujeitos e a sua humanização.

Em seu estudo, Carneiro (2018), dedicado a analisar a experiência formativa ofertada pelo Centro Estadual de Educação Profissional, da cidade de Feira de Santana/BA, discutiu acerca da Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e PROEJA na perspectiva das políticas públicas da educação, refletiu sobre o currículo da EJA e o currículo integrado e a relação ali existentes entre trabalho e educação; e analisou o currículo integrado do PROEJA da escola pesquisada, relacionando-o com as trajetórias sócio profissionais dos estudantes. Em suas considerações afirmou que:

[...] compreender o currículo que é praticado e a relação que todos os sujeitos têm em respeito a este currículo deve ser um processo de avaliação que resulta em analisar todo o processo educativo, a partir das necessidades dos estudantes. O currículo é um artefato social, próprio do sistema educacional, compreender as suas estruturas e como isto se dará na prática é um dos passos iniciais para entender como se materializa no cotidiano do centro de educação profissional, e, por conseguinte identificar o que este conjunto de conhecimentos e saberes pode refletir na formação do sujeito integral. Para a educação profissional o entendimento por parte do professorado e gestores sobre o currículo escolar na relação trabalho e educação é uma estratégia de enfrentamento das desigualdades dentro do centro de educação, visto que a dimensão da formação desses sujeitos subsidiará nos processos neste espaço escolar (Carneiro, 2018, p. 185).

Conforme podemos observar a partir das constatações da investigadora acima citada, o currículo, na modalidade da EPT, além de um dispositivo orientador, tanto das práticas pedagógicas quanto da seleção dos conteúdos que devem ser trabalhados, representa um instrumento de luta política, com potencial de promover a justiça social, a diminuição das desigualdades sociais e a formação crítica dos sujeitos atendidos, cabendo, por parte dos docentes e gestores assumirem o compromisso de utilizá-lo enquanto uma ferramenta de subversão da lógica imposta pelo capitalismo acerca do que representa o trabalho para a vida humana (Carneiro, 2018). Como Freire (2006) afirma, a educação deve ser vista como um

processo que visa transformar os indivíduos, capacitando-os a questionar e transformar a realidade ao seu redor, em vez de apenas adaptar-se a ela.

Logo, o currículo não deve ser visto enquanto um conjunto de dispositivos que aprisionam os profissionais da educação, cujo maior risco seria promover a alienação progressiva do alunado, sendo, portanto, um dispositivo ordenador, que mesmo composto por valores que são avessos aos reais interesses da classe trabalhadora, pode ser ressignificado em prol de uma formação crítica, emancipatória e humanizadora (Arroyo, 2019). Freire (1996) destaca que a educação deve ser um ato de liberdade e não de dominação, sendo o currículo um espaço de diálogo e de conscientização, onde o professor e o aluno se reconhecem como sujeitos de um processo de transformação.

É fundamental que o currículo seja um meio de romper com as relações de opressão, permitindo aos educandos se apropriarem criticamente dos conteúdos e do mundo que os cerca, a fim de agir sobre ele de forma transformadora (Arroyo, 2019; Freire, 1996). Assim, o currículo se torna uma ferramenta para a construção da autonomia e para a luta contra as estruturas que perpetuam a desigualdade.

Conforme afiançou Borges (2015), a partir de sua investigação sobre as práticas pedagógicas de articulação da EPT com o mundo do trabalho na educação de jovens e adultos, cujo *lócus* foi o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Newton Sucupira, localizado na cidade de Salvador/BA, focalizando nos cursos de Eletromecânica e Eletrotécnica, dentre os problemas identificados – problemas esses que segundo qualificou representam um entrave para a consecução de uma educação crítica, transformadora e emancipatória – estavam o cansado dos agentes educacionais, a sobrecarga de trabalho, o baixo nivelamento escolar dos estudantes, o excesso de burocracia na gestão dos recursos, o tempo restrito das aulas, o currículo ultrapassado e a formação continuada insuficiente dos docentes. Arroyo (2019) que o currículo quando ultrapassado tende a destoar a realidade esperada da materializada, trazendo prejuízos para a formação humana.

Borges (2015, p. 45) afirma que “não se pode analisar nem questionar a prática do currículo senão enquadrada na perspectiva de contribuir para emancipar ou para submeter os agentes que o recebem e o desenvolvem, isto é, alunos e professores”. Assim sendo, o pesquisador argumentou que a escola deve pautar suas práticas pedagógicas a partir de processos mediadores da produção de saberes, tendo como referência os interesses das classes populares, especialmente, da classe trabalhadora – dos trabalhadores que retornam à escola em busca de qualificação profissional para atenderem as constantes demandas de especialização que são exigidas na cadeia produtiva ou mesmo para o enfrentamento dos

dilemas impostos pelos novos padrões de produção, onde a tecnologização traz consigo a diminuição da oferta dos postos de trabalho – e dos interesses dos filhos(as) e/ou dependentes dos trabalhadores, pois são esses os principais sujeitos que ocupam as vagas disponíveis nas unidades escolares que ofertam a modalidade EPT.

Em suas arguições finais Borges (2015, p. 149) considerou que:

As sugestões feitas aqui, chama a atenção para ideia de que não tem sentido renovação de conteúdos sem mudanças de procedimentos e tampouco uma fixação em processos educativos temas de cultura, tradicional e contemporânea, hegemônica e popular. Isso porque a prática escolar que podemos observar num momento histórico tem muito a ver com os usos e costumes, as tradições, as técnicas e as perspectivas dominantes em torno da realidade do currículo num sistema educativo determinado. Tomada de consciência e disponibilidade para o diálogo são dois pontos cruciais que permeiam a prática discente desenvolvida com realização de práticas emancipatórias. Neste campo, destaca-se tanto a interação e a integração que advém do diálogo entre os participantes, como também a percepção de que são ensaios para a geração da autonomia.

Portanto, para Borges (2015, p. 50) o currículo, assim como as práticas pedagógicas e as metodologias selecionadas pelos docentes, precisam estarem articuladas às trajetórias de vida e às especificidades dos educandos, integrando “[...] à suas formas de sentir pensar e agir, suas tradições culturais e suas concepções de mundo”, pois segundo ele somente desse modo será possível garantir uma educação emancipatória aos jovens e adultos que optam pela EPT, “[...] a fim de que ela consiga cumprir seu papel nos períodos futuros, no que diz respeito à promoção da justiça, equidade e garantia de direitos”. Em Freire (1996) a autonomia requer o chamamento dos educandos para o centro da aprendizagem, valorizando seus conhecimentos e estimulando-os a contribuírem na aquisição dos conhecimentos, construindo assim uma educação mais duradoura e autônoma.

E significativo que nas escolas e salas de aula onde chegam os(as) filhos(as) dos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias e dos campos tenham lugar especial as inovações criativas dos docentes-educadores traduzidas em práticas e projetos; das formas indignas de viver que os educandos carregam venham indagações ao campo do conhecimento que obriguem seus profissionais a serem criativos para descartar conhecimento morto e incorporar indagações e conhecimento e significados vivos, instigantes para a docência (Arroyo, 2019, p. 39).

No estudo de Santos (2021), cuja análise focalizou nas trajetórias formativas de jovens atendidos pelo PROEJA no CEEP Pio XII, do município de Jaguaquara/BA, o qual o investigador percebeu que dentre as principais motivações apresentadas pelos discentes encontrava-se a suposta melhoria do currículo profissional e inserção no mercado de trabalho. A partir das entrevistas que realizou, o pesquisador notou que a grande parcela dos discentes compartilhavam da crença de que o aumento do desemprego no país se justificava pela “formação insuficiente dos trabalhadores”, logo, a responsabilidade seria inteiramente da

classe trabalhadora, ideia essa questionada e negada pelo seu estudo (Santos, 2021). Atrela-se o currículo a mera preparação para o mercado de trabalho, enquanto ele deve ir além, se pautando por uma formação que seja capaz de emancipar os sujeitos, tornando-os capacitados para interagirem com diferentes realidades de mundo.

Cabe ressaltar que a investigação feita por Santos (2021) não se centrou no currículo, contudo, ao longo de sua análise o pesquisador buscou compreender, mesmo que de forma marginal, como era tratado no programa curricular os princípios relacionados ao trabalho. Desse modo, concluiu que “[...] as propostas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos apontam para uma educação que discute o trabalho, mas ainda de forma tímida” (Santos, 2021, p. 23).

Isso revela a necessidade de uma abordagem mais profunda e crítica do trabalho no currículo, que ultrapasse a visão restrita e instrumental, aproximando-se da perspectiva emancipatória proposta por Freire (1996) e demais autores. Essa constatação reforça a necessidade de um currículo mais ousado, capaz de problematizar o trabalho de forma crítica e transformadora,

Além da defasagem do currículo no que diz respeito ao tema do trabalho, pensado de forma crítica, o pesquisador percebeu que mesmo havendo um número progressivo no ingresso de alunos, a partir da implantação da EPT na referida unidade, “[...] não houve formação específica para os educadores que passaram a trabalhar com esse público” (SANTOS, 2021, p. 23). Logo, o ensino ali ofertado não garantia possibilidade da expansão da criticidade entre os discentes, muito menos uma formação emancipatória. Entre suas considerações, Santos (2021, p. 73) defendeu que:

Para esses jovens a escola precisa fazer com que percebam a condição de explorado, e propor uma nova possibilidade de vida. Dessa forma, é preciso se pensar em um currículo em que o trabalho seja um princípio educativo na perspectiva dos trabalhadores, que não limite os saberes apenas para alcançarem um certificado de conclusão de curso, mas que, os capacitem para que esses sujeitos lutem por melhores condições de vida e de trabalho e para se emanciparem da instabilidade e da exploração a que a sociedade os condena.

Desse modo, Santos (2021) advogou em defesa de uma escola para a juventude, que esteja afinada aos reais interesses desse público, com atenção especial às necessidades e especificidades da classe trabalhadora, sendo, portanto, necessário transpor as barreiras, possibilitar a formação continuada dos profissionais em exercício, reformar os currículos, criar programas que contemplem as questões da atualidade e problematizar o trabalho enquanto um elemento constituinte da vida humana. Essa abordagem converge com a visão que defende uma educação que promova a autonomia crítica e a transformação social,

capacitando os sujeitos a compreenderem e modificarem a realidade em que vivem (Carneiro, 2019; Freire, 1996). Isso porque, a educação deve ser um meio de libertação, não apenas de adaptação, permitindo aos estudantes a capacidade de transformar sua realidade e participar ativamente da construção de um mundo mais justo.

Entre os estudos encontrados, destacamos também a pesquisa de Santos (2017), dedicada a investigar o currículo da EJA da Escola George Fragoso Modesto, localizada no Complexo Prisional Lemos de Brito, na cidade de Salvador/BA. O objetivo principal deste estudo foi problematizar o prescrito no currículo e o praticado no cotidiano escolar, a fim de compreender os aspectos presentes no programa curricular que estavam ausentes nas práticas pedagógicas. Baseando-se na pedagogia da autonomia de Paulo Freire, a pesquisadora defendeu que, mesmo em contexto de privação da liberdade, em decorrência do cometimento de delitos e crimes de baixa ou alta gravidade, cabe ao sistema educacional proporcionar uma educação transformadora, crítica, emancipatória e humanizada, capaz de reabilitar e proporcionar a ressocialização do público atendido. Com base nesses argumentos Santos (2017, p. 36-37), considerou que:

Sob esta vertente [freiriana] a educação possui um caráter permanente, contínuo, em que o homem deve estar em constante formação pelo fato de ser, um Ser inacabado. Estes são saberes necessários para a formação de todos os sujeitos, inclusive dos privados de liberdade, e de como se pensar o ser humano enquanto um sujeito possível de ser recuperado. Consequentemente devem ter o apoio de suas famílias com o objetivo à sua reintegração à sociedade. É nesse sentido que a educação é a base de sustentação para que as pessoas em privação de liberdade alcancem a mudança necessária para o seu processo de emancipação e libertação.

Assim sendo, o currículo não pode ser pensado apenas como um dispositivo pedagógico e normatizador, mas enquanto um projeto de sociedade, cuja principal atribuição é promover a formação integral do ser social, dos cidadãos e da classe trabalhadora. De modo semelhante ao que foi argumentado por Carneiro (2018), para Santos (2017) a EJA representa uma triste realidade do cenário educacional brasileiro, pois foi pensada para atender aos sujeitos, cujas trajetórias de vida, as condições materiais de subsistência e o ingresso cedo no mundo do trabalho os privaram dos estudos. Logo:

Ao estabelecer um currículo em EJA Prisional implica em propor e conceder direitos que foram subtraídos de uma parcela da sociedade, transformados em excluídos e posteriormente em marginais. Nessa perspectiva, o currículo trata de criar espaços de diálogos e debates contínuos que promovam a interação dos excluídos/marginais. Descortinando as janelas para aqueles sujeitos que estão fora do contexto e do processo de construção do conhecimento. Este é um aspecto relevante a ser considerado ao currículo das escolas em presídios, devendo se constituir enquanto instrumento que possibilite novas visões de mundo ao processo de emancipação dos sujeitos (Santos, 2017, p. 57).

Tendo por base os estudos aqui analisados e nossas inclinações políticas e educacionais, é essencial que na composição dos currículos da EPT, em especial aqueles propostos e utilizados pela Rede Estadual de Educação da Bahia – objeto de nosso estudo – estejam presentes elementos que permitam uma discussão acerca dos valores ideológicos do trabalho, com vista a promover uma formação crítica, emancipatória e humanizada. Além disso é essencial que as composições sejam direcionadas à classe trabalhadora, principal beneficiária desta modalidade, assim como os diversos grupos sociais, cujas especificidades devem ser observadas e respeitadas (Carneiro, 2019). Nesse sentido, como bem pontuou Freire (2006), a educação deve ser vista como uma prática de liberdade, capaz de permitir aos estudantes o reconhecimento de sua capacidade de transformar o mundo em que vivem.

Sobre a necessidade de um currículo da EPT direcionado a grupos sociais específicos, encontramos os trabalhos de Pimentel (2016) e Amorim (2021), o primeiro investigou a composição curricular do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – Caetité/BA, com enfoque no curso técnico de Secretariado, a fim de perceber o cumprimento das orientações trazidas pela Lei n. 10.639, de 2003, acerca das questões étnico-raciais. O segundo trabalho investigou a EPT ofertada pela rede estadual baiana às comunidades quilombolas de diversas localidades da Bahia, de modo a problematizar a formação intercultural (Amorim, 2021). Acerca do cumprimento legal do dispositivo de lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, Pimentel (2016, p. 44) argumentou que:

[...] a Lei nº 10.639/03 tornou-se mais um desafio para os movimentos sociais na tarefa de efetivar as políticas públicas e as lutas de classes nos espaços escolares para a população negra. Assim, a partir disso, redimensionar as propostas contidas nos documentos públicos e, finalmente, no CETEP, a fim de facilitar aos estudantes do Proeja a construção da aprendizagem de forma interdisciplinar e buscar a constituição de uma unidade social em uma sociedade, cuja marca mais significativa tem sido olhar as desigualdades sociais no sentido da emancipação dos sujeitos.

De acordo com a pesquisadora, dentre as principais dificuldades para a implantação de um currículo adequado, encontrava-se a pequena disponibilidade de profissionais familiarizados com os conteúdos, o que representava um descompasso entre o compromisso legal e o engajamento das instituições educacionais em promover a formação continuada dos docentes em exercício (Pimentel, 2016). Esse descompasso não apenas compromete a efetividade da implementação de currículos, mas também reflete uma realidade mais ampla da educação profissional e tecnológica no Brasil, em que a falta de investimento em formação continuada e capacitação dos professores leva à manutenção de práticas pedagógicas arcaicas e desatualizadas. Por isso, Gramsci (1993) passou a defender a busca por uma alternativa

pedagógica que passasse a valorizar mais as particularidades do corpo discente, visto que a educação se destina a formação deles.

As diversas resoluções que fixam diretrizes curriculares têm avançado muito na incorporação de princípios, valores e concepções avançadas de educação, dos percursos formativos e de aprendizagem, mas têm dificuldade de inovar nas formas de organização dos conhecimentos e da organização dos tempos e do trabalho. É o núcleo duro, resistente (Arroyo, 2019, p. 38).

De modo similar, Amorim (2021) argumentou que, mesmo tendo se tornado uma obrigação legal, a partir da reformulação da lei de 2003, ordenada agora pela Lei n. 11.645, de 2008, o ensino da interculturalidade, com ênfase na educação indígena ainda se encontra a meio caminho entre o prescrito e o praticado, em especial, pela baixa disponibilidade de profissionais habilitados no ensino das disciplinas e familiarizados com os temas preconizados pelos programas curriculares.

Logo, Pimentel (2016) e Amorim (2021), mesmo estudando grupos sociais específicos, argumentaram sobre a necessidade de maior engajamento do Estado, em especial, de seus órgãos educacionais, em promover a criação de políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, reformulação de seus programas curriculares e o aumento da fiscalização dos órgãos educacionais sobre o cumprimento dos ditames legais, a fim de que sejam respeitados os direitos constitucionais dos grupos sociais que historicamente foram marginalizados.

O currículo é, mas não só, o principal instrumento de promoção dos valores igualitários, responsável por promover uma formação que seja diretamente orientadora para atender aos interesses e às necessidades, desde que construído a partir das especificidades do seu público-alvo (Amorim, 2021; Pimentel, 2016). Para que esse instrumento tenha efetividade, é essencial que seja elaborado de maneira inclusiva, respeitando as diversas realidades sociais, culturais e econômicas dos estudantes, e proporcionando uma educação que não apenas prepare para o mercado de trabalho, mas também para o exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, um currículo que se construa sobre os princípios da equidade, da crítica e da emancipação, e que envolva ativamente os docentes no processo de sua construção e implementação, pode se tornar um espaço de resistência à homogeneização e de promoção de uma educação que forme sujeitos autônomos e conscientes de seu papel na transformação social (Freire, 1996).

Sobre os aspectos relacionados ao gênero, temos o estudo de Santos (2018), dedicado a investigar a inserção das mulheres egressas do PRONATEC no mercado de trabalho, a partir

da EJA, no município de Lauro de Freitas/BA. De acordo com a pesquisadora “[...] pensar nessas mulheres da EJA no ensino técnico é entender a oferta de uma proposta curricular e metodológica para um perfil demográfico de indivíduos para além de 18 (dezoito) anos, com uma realidade socioeconômica e cultural bem diversificada”, logo, é necessário conhecer e considerar suas especificidades, origens, demandas e características para a elaboração de programas curriculares que estejam devidamente adequado aos seus anseios formativos, exigindo, assim, refletir sobre diversos aspectos que perpassam a esfera dos conteúdos e das metodologias aplicadas.

Conforme observou a pesquisadora, o grande desafio imposto nesse processo é contar com o engajamento dos profissionais da educação em promover às devidas adequações, pois, no caso das mulheres, por exemplo, as diretrizes nacionais contemplam bem pouco os seus interesses e suas especificidades (Santos, 2018). Todavia, concluiu que:

A formação profissional oferecida pelo programa PRONATEC oportunizou que mulheres jovens e adultas, até então sem perspectivas de futuro, em algum momento, mesmo com todas as dificuldades já citadas, se sentissem capazes de mudar uma realidade cruel de desigualdade social, ampliando seus conhecimentos sobre o universo do trabalho e as práticas profissionais na área ambiental, que não se concentrou somente no universo industrial. Mesmo tendo uma preparação teórica voltada para a indústria, com as atividades práticas realizadas em departamentos específicos dessa área, o currículo do curso oferecido sugeriu uma formação mais geral (Santos, 2018, p. 67).

Em suas considerações a pesquisadora observou que, mesmo inexistindo nos programas curriculares analisados uma discussão mais aprofundada sobre os valores ideológicos acerca do trabalho, ações como o PRONATEC viabilizam um aprendizado direcionado ao mundo profissional, promovendo, desse modo, a garantia da dignidade humana às mulheres que historicamente foram marginalizadas no mundo do trabalho formal, refletindo em ganhos desiguais, em cargos de menor *status* social e sub-representação nos empregos formais (Santos, 2018).

Tais iniciativas têm o potencial de gerar um impacto positivo na inserção dessas mulheres em setores produtivos, contribuindo para a sua autonomia econômica e social. Contudo, é fundamental que essas políticas públicas, embora essenciais, sejam complementadas por uma abordagem crítica e reflexiva dentro dos currículos, que não apenas preparem as mulheres para o mercado de trabalho, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde seus direitos sejam efetivamente reconhecidos e respeitados (Freire, 2020).

Ainda sobre a inserção dos egressos da EPT no mercado de trabalho, tem o estudo de Costa (2020), cujo enfoque se deu na avaliação da importância do estágio enquanto um requisito constituinte da formação profissional e humana. De acordo com a investigadora:

[...] o projeto de reformulação da educação profissional técnica de nível médio na rede estadual de ensino da Bahia, enfatizado a partir de 2007, adotando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa e a intervenção social como princípios pedagógicos, apresenta possibilidades de se contrapor a essa perspectiva reprodutora e alienante das políticas educativas dualistas. Trata-se de uma *práxis* educativa contra-hegemônica que incorpora em seu currículo a emancipação e a politecnicidade¹⁰ como pressupostos epistemológicos de uma formação humana integral, na qual o estágio é instituído como componente essencial obrigatório (Costa, 2020, p. 47).

Para Costa (2020, p. 51) a EPT ofertada pelo Estado da Bahia, tem em seu bojo, sobretudo, em suas diretrizes, na organização da gestão e nos programas curriculares, a preocupação com a inclusão social e a emancipação humana, todavia, “[...] no âmbito geral da sociedade, contradições sistêmicas se instalam nas bases estruturantes educacionais”, pois como observados nos estudos anteriormente analisados, em especial, naqueles dedicados à análise do currículo, entre o que está prescrito e o que é de fato praticado no cotidiano escolar, existem diferenças que ultrapassam a capacidade de observação.

Essas contradições refletem a tensão entre as intenções pedagógicas e a realidade das condições sociais e econômicas que moldam a educação, como as desigualdades estruturais e o peso do mercado de trabalho. Nesse sentido, a implementação de uma educação emancipatória, segundo Freire (2006), exige que o currículo transcenda a adaptação às demandas do mercado, tornando-se uma ferramenta de transformação social, inclusiva, crítica e emancipadora.

Costa (2020) argumentou que, em se tratando de investigações com ênfase no currículo, é recomendado a contraposição entre os dispositivos curriculares com as experiências dos sujeitos que fazem parte do universo escolar, sejam eles educandos, educadores e/ou gestores. Fica então reconhecida essa importância, contudo, nesta pesquisa optou-se em não trilhar esse mesmo caminho, pois, considerou ser mais plausível a compreensão de quais são os elementos que se constituem enquanto aparência e essência sobre o trabalho e a emancipação humana e suas contradições, presentes nos marcos legais e nos dispositivos pedagógicos, do que a concretização desses princípios no cotidiano escolar da EPT na rede estadual baiana.

No que se refere à relação entre trabalho e emancipação humana, Costa (2020, p. 51) afirmou que “um currículo que integre e articule a educação e o trabalho à vida dos educandos, à dinâmica da interação e dos processos históricos, sociais, econômicos e

culturais” precisa estar, necessariamente, substanciado a partir da realidade do público-alvo a que se direciona e contar com a participação conjunta em sua elaboração, pois somente a partir do atendimento desses critérios é que se alcançará uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Ainda segundo ela:

Na pesquisa, a educação integral na rede estadual de ensino da Bahia, sob a coordenação da Suprof, pauta-se pela politécnica marxista para a formação emancipatória, de inspiração freiriana, a fim de superar o ensino médio tradicional e o tecnicismo utilitarista e instrucional. Porém, entre avanços e retrocessos, a partir de 2014, mudanças de gestão na própria Secretaria Estadual de Educação deram causa a uma série de problemas, principalmente no concernente a professores (formação e provimento), matrizes, aportes materiais específicos e estágio. A partir dos anos 2017, já sob a gestão da Suprot, o projeto educativo da educação profissional submete-se à lógica de acumulação flexível e aos retrocessos do cenário nacional, nas dimensões física, organizacional e de gestão (Costa, 2020, p. 145).

À luz do contexto baiano, em especial, a EPT ofertada pela rede estadual, Costa (2020) concluiu que o ensino que é preconizado a partir das diretrizes curriculares se inscreve nas contradições em que se estruturam o mundo do trabalho, onde a lógica hegemônica privilegia uma formação profissional que desvirtua a educação emancipatória e crítica. Essa contradição reflete-se na prática escolar, onde, apesar das intenções de promover uma formação integral, os currículos ainda tendem a reproduzir as desigualdades sociais e a limitar a autonomia dos sujeitos, ao focarem excessivamente na preparação técnica, sem considerar o desenvolvimento crítico e transformador dos estudantes.

Freire (2011) enfatiza que a educação, para ser verdadeiramente emancipadora, deve romper com a função adaptativa que a sociedade capitalista impõe, ou seja, ela não pode ser apenas uma preparação para o trabalho, mas um processo que possibilite aos indivíduos compreenderem as contradições sociais e atuar criticamente para transformá-las.

É ético que os profissionais e educandos lutem por devolver-lhes o que vem sendo subtraído, o direito a pensar, criar, escolher o que ensinar e como, o que aprender, que conhecimentos garantem o direito a entender suas vivências, a entender-se. Nessa luta ética pela liberdade e a autoria, pelo direito a um conhecimento que liberte, o currículo aparece como o território de disputa. É ético questionar por que o currículo passou a ser o território onde o conhecimento acumulado se afirma como único, legítimo, onde a racionalidade científica se legitima como a única racionalidade. É ético garantir o direito à diversidade de conhecimentos e de formas de pensar o real (Arroyo, 2019, p. 40).

Com base nos trabalhos dissertativos e teses aqui analisadas, foi observado haver um consenso por parte dos investigadores acerca da importância do currículo enquanto um dispositivo, tanto pedagógico quanto político, pois é a partir dele que se define qual o projeto educacional, quais os conteúdos e procedimentos devem ser privilegiados no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, foi possível perceber também que o currículo, mesmo

sendo um elemento ordenador e diretivo, não deve ser visto enquanto um conjunto dogmático, capaz de engessar a ação docente e retirar dos educadores sua autonomia na seleção dos temas e na definição dos métodos. Portanto, mesmo que o currículo tenha um papel relevante no processo pedagógico, ele se constitui enquanto um elemento, dentre os diversos outros que compõe a ação pedagógica, a exemplo da gestão, da relação discente/docente, dos materiais didático, das metodologias de ensino etc. (Arroyo, 2019).

A partir dessas considerações sobre o currículo, é notório que sua construção e aplicação devem ser flexíveis, permitindo a adaptação às realidades locais, às demandas dos estudantes e aos contextos sociais. Diante disso, a metodologia desta pesquisa buscou analisar o currículo da EPT da Rede Estadual de Educação da Bahia, com o objetivo de compreender como ele reflete as tensões entre as diretrizes oficiais e as práticas pedagógicas adotadas nas escolas, focando especialmente DCRB e nas matrizes curriculares utilizadas nas unidades de ensino.

Dessa forma, a pesquisa buscou não apenas analisar o conteúdo formal do currículo, mas também as práticas pedagógicas que o concretizam e os desafios enfrentados pelos educadores na implementação de uma educação que promova a emancipação e a formação crítica dos estudantes. No próximo capítulo é apresentado o caminho metodológico percorrido pela pesquisa para o alcance dos seus objetivos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo foi dedicado a apresentar todo o percurso metodológico percorrido pela pesquisadora para o provimento dos resultados que serão apresentados a seguir. Por isso, os próximos subcapítulos estruturam as informações pertinentes aos métodos, técnicas, procedimentos e outros aspectos vinculados à metodologia adotada para construir as reflexões dispostas neste relatório em formato de dissertação final de mestrado.

3.1 OBJETO DE ESTUDO, AMOSTRA E PÚBLICO-ALVO

O objeto da pesquisa se concentrou na análise dos princípios pedagógicos e dos critérios legais que estruturam a EPT na Rede Estadual de Educação da Bahia. Para Gil (2019) o objeto da pesquisa é o tema central ou fenômeno específico que o estudo se propõe a investigar e compreender. Dito isso, o estudo buscou avaliar criticamente os aspectos formativos relacionados à orientação para o mundo do trabalho, considerando a promoção de uma educação humanista e emancipatória. O foco recaiu sobre o DCRB, Volume 2, que aborda as diretrizes e princípios organizacionais dos currículos das unidades da EPT. O objetivo foi o de compreender se a formação profissional promovida por esses currículos está alinhada com uma visão de educação integral e crítica.

A amostra da pesquisa é um subconjunto representativo de uma população maior, selecionado para participar do estudo e fornecer dados que permitam analisar e compreender o objeto da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2021). Nesta pesquisa, a amostra foi composta por documentos curriculares, diretrizes educacionais e matrizes curriculares utilizadas nas unidades de ensino da Rede Estadual da Bahia, de 2012 até o atual documento. A escolha dessa amostra foi orientada pelos princípios de representatividade e relevância para o contexto da EPT, considerando a diversidade de práticas e realidades educacionais existentes no estado.

O público-alvo da pesquisa incluiu gestores, docentes e coordenadores pedagógicos da Rede Estadual de Educação da Bahia, que são os principais responsáveis pela elaboração e aplicação dos currículos da EPT. A pesquisa também se destinou secundariamente aos estudantes dessas instituições, que são diretamente impactados pelas políticas curriculares analisadas. Sujeitos esses aos quais a cartilha a ser produzida espera gerar efeitos benéficos. A escolha desse público foi fundamentada nas orientações de Lakatos e Marconi (2021), que

destacam a importância de considerar os sujeitos envolvidos no processo educacional para uma análise completa e abrangente das práticas pedagógicas e dos resultados educacionais.

3.2 DELINEAMENTO E RECORTE ESPACIAL

O delineamento da pesquisa concentrou-se na análise das diretrizes, princípios pedagógicos e matrizes curriculares da EPT da Rede Estadual de Educação da Bahia. O foco principal foi investigar de que maneira essas proposições curriculares refletem o caráter educativo do trabalho e contribuem para a formação integral dos estudantes. O estudo buscou compreender se o currículo da EPT promove uma educação que vai além da qualificação técnica, incorporando valores críticos, emancipatórios e humanistas, fundamentais para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos discentes.

Além de identificar como as orientações legais e pedagógicas são aplicadas no cotidiano escolar, avaliando se há consonância entre o que é prescrito nas diretrizes e o que é praticado nas instituições de ensino, a pesquisa procurou entender como as diretrizes curriculares da EPT dialogam com o mundo do trabalho e as necessidades sociais da população, analisando suas implicações na formação dos estudantes da Bahia.

O recorte geográfico da pesquisa está concentrado no estado da Bahia, com foco nas instituições de ensino que compõem a Rede Estadual da EPT. A Bahia, sendo o maior estado da região Nordeste, apresenta uma diversidade cultural, social e econômica significativa, o que torna o estudo da EPT especialmente relevante. Esse recorte permitiu analisar como as políticas educacionais são adaptadas e implementadas em diferentes contextos regionais, considerando as especificidades locais e as demandas do mercado de trabalho. Além disso, a escolha da Bahia como área de estudo possibilitou investigar o impacto das diretrizes curriculares na formação dos estudantes e na promoção da inclusão social e da cidadania.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos 2022-2023, a Bahia é um estado com área territorial de 564.760,429 km² e uma população estimada em 14.141.626 de pessoas (IBGE, 2022; 2023). Já os dados fornecidos pelo Governo do Estado da Bahia, indicam que a EPT no ano de 2024 contou com cerca de 228 municípios atendidos e 109 mil alunos matriculados (Bahia, 2024), sendo essa a dimensão do recorte de estudo desta pesquisa, o que poderá se beneficiar com as indicações sugestivas de melhorias a serem apresentadas pela cartilha.

3.3 MÉTODO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

A pretensão com a escolha do método do materialismo histórico-dialético enquanto referencial teórico foi a possibilidade de cruzamento das informações observadas nos documentos curriculares da Rede Estadual de Educação da Bahia e no conjunto legal com as discussões críticas que têm sido elaboradas no contexto investigativo da EPT brasileira, a fim de captarmos as contradições e similaridades existentes entre a aparência e a essência do fenômeno. Logo, entre o que está dito (previsto, prescrito e definido) encontra-se uma distância muito grande até o que de fato é esperado (implícito e não dito). Defende-se que, somente a partir da análise crítica sobre essas contradições, capaz de problematizarmos o que é dito e o não dito por meio do currículo da EPT, é que se torna possível compreender melhor quais são os projetos de sociedade, cidadania e trabalhadores que são esperados a partir da referida modalidade que é ofertada pela rede baiana de educação.

Esse método parte do princípio de que os fenômenos sociais devem ser compreendidos em sua totalidade, considerando os aspectos históricos e as contradições/similaridades que os constituem. Não se limita à descrição dos fatos, mas busca explicar suas determinações e mediações, permitindo uma análise crítica da realidade. Assim, a proposta do materialismo histórico-dialético faz a apreensão desta realidade, buscando superar o senso comum e o pensamento dominante, articulando teoria e prática. Segundo Trivinõs (1987, p. 21), o método do materialismo histórico-dialético:

[...] apoia-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida. Isto significa que, não obstante, os materialistas considerem a matéria o princípio primeiro e o espírito, a ideia, o aspecto secundário, suas concepções mudam de acordo com a evolução do pensamento científico.

Dessa forma, buscou-se refletir sobre as intencionalidades, os saberes e práticas advindos da relação educação-trabalho presentes no DCRB e sistematizadas nas matrizes curriculares e ementas elaboradas pela Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT) da SEC da Bahia, a partir do enfoque metodológico materialista histórico-dialético que deve, essencialmente, “apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere” (Netto, 2011, p. 25). A análise possibilitou compreender como essas diretrizes curriculares refletem e reproduzem as contradições/similaridades presentes no contexto socioeconômico, evidenciando os desafios para a efetivação de uma educação emancipatória.

3.4 ABORDAGEM QUALITATIVA

Frigotto e Ciavatta (2012) destacaram no estudo por eles produzido quão desafiadora é uma pesquisa no campo da relação trabalho-educação, no sentido de avançarmos no plano de construção teórica e desvendar as mediações históricas, das quais emergem os problemas existentes nas relações sociais e no modo de produção capitalista. Sendo assim, é coerente acreditar que a investigação acadêmica, com ênfase nos aspectos econômicos, políticos e culturais sobre o currículo, requer a análise sobre a ontologia do trabalho, entendido aqui como uma especificidade humana.

Nesse sentido, compreender o trabalho como princípio educativo torna-se fundamental para revelar as contradições presentes na organização curricular e suas implicações na formação dos sujeitos. Seguindo esse pensamento, foi aplicada a abordagem qualitativa de cunho documental ao estudo, utilizando a análise do materialismo histórico-dialético, posto que a pesquisa contempla aspectos da realidade que não podem ser quantificados, respeitando a compreensão e dinâmica das relações existentes entre trabalho e formação humana (Oliveira, 2019).

Para Gil (2019) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Dessa forma, a opção por essa abordagem permitiu uma leitura crítica da realidade, considerando as contradições e os determinantes históricos que permeiam a relação entre trabalho e educação.

3.5 NATUREZA INVESTIGATIVA

A análise realizada por esta pesquisa de mestrado utilizou-se da natureza investigativa, a qual se debruçou sobre a investigação dos conteúdos das matrizes da EPT e repousou na busca pela compreensão crítica dos marcos normativos e das políticas educacionais que regem essa modalidade de ensino. Ao investigar as matrizes curriculares e ementas, a pesquisa se propôs a desvendar as diretrizes, intenções e estruturas que sustentam a EPT, considerando os aspectos históricos, sociais e políticos que influenciam a formação dos alunos. Este estudo teve como premissa a reflexão sobre como essas orientações se traduzem na prática

educacional, além de suas implicações no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento profissional dos discentes.

A análise documental, no contexto da pesquisa de mestrado, foi orientada pela metodologia do materialismo histórico-dialético, que permitiu uma leitura crítica das fontes à luz das contradições e dinâmicas sociais que as constituem (Lakatos; Marconi, 2021). A partir desse referencial teórico, o estudo não se limitou à mera descrição dos documentos, mas buscou identificar as forças ideológicas e políticas que permeiam as escolhas curriculares e as orientações pedagógicas da EPT. A interpretação dos textos foi conduzida com o objetivo de revelar as influências das políticas públicas e as mediações históricas, sociais e culturais que impactam a construção do currículo e, conseqüentemente, a formação dos sujeitos envolvidos.

Além disso, a pesquisa se caracterizou pelo compromisso de compreender as inter-relações entre os dispositivos legais e a prática educativa, buscando uma análise profunda dos textos à luz das experiências e realidades concretas dos alunos e profissionais da EPT. Essa abordagem investigativa não se restringiu aos aspectos formais dos documentos, mas procurou também explorar as lacunas, limitações e potencialidades presentes nas políticas educacionais, visando contribuir para a melhoria da qualidade e da eficácia da EPT na Bahia. Em suma, a natureza investigativa da pesquisa de mestrado foi pautada na crítica, na reflexão teórica e na busca por soluções que favoreçam a formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

3.6 OBJETIVO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO

O objetivo exploratório-descritivo de uma pesquisa científica se caracteriza pela busca de uma compreensão inicial e abrangente sobre determinado fenômeno ou temática, sem a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito de maneira conclusiva (Gil, 2019). Para Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de objetivo é comum em estudos que buscam mapear, categorizar e sistematizar informações sobre um assunto pouco explorado ou que necessite de uma base sólida para investigações posteriores. No caso da pesquisa sobre a EPT, o caráter exploratório-descritivo se reflete no processo de levantamento e análise das matrizes curriculares e documentos legais, com o intuito de entender como as políticas educacionais são estruturadas e implementadas, sem, inicialmente, buscar um julgamento definitivo sobre seus impactos ou resultados.

Nesta pesquisa, o objetivo exploratório se configurou na tentativa de conhecer e compreender a evolução e os desafios das matrizes curriculares da EPT ao longo do tempo,

especialmente no contexto baiano. A análise descritiva das ementas e diretrizes curriculares, portanto, ofereceu um retrato detalhado das orientações educacionais presentes nos documentos, permitindo uma identificação das estruturas, normas e princípios que moldam o ensino profissionalizante. O estudo não buscou, a princípio, modificar as práticas educacionais ou propor soluções definitivas, mas sim contribuir com uma visão aprofundada sobre a realidade da EPT, fornecendo subsídios para discussões futuras e para possíveis intervenções no campo educacional.

A correlação entre o objetivo exploratório-descritivo e a pesquisa realizada reside justamente na necessidade de mapear as características e os elementos centrais presentes nos documentos curriculares da EPT, permitindo uma leitura crítica e contextualizada. O estudo se dedicou a descrever os componentes normativos e suas implicações para a formação dos alunos, ao mesmo tempo em que explora as condições históricas, sociais e políticas que influenciam essas diretrizes. Esse enfoque inicial foi fundamental para que, em estudos subsequentes, se possa aprofundar as análises, propor melhorias e estabelecer relações mais complexas entre a teoria e a prática educacional.

3.7 PROCEDIMENTOS DE BUSCAS DE ESTUDOS E DOCUMENTOS

A coleta de dados ocorreu em sítios eletrônicos, portais e repositórios digitais, mantidos tanto pelo Estado da Bahia quanto pelos órgãos federados do Governo Federal, a exemplo do site do Governo da Bahia e outros. Dada a natureza da pesquisa – qualitativa – cujo conjunto de fontes foram predominantemente dispositivos pedagógicos e documentos legais –, não houve dificuldades para reunirmos um vasto conjunto documental. No Quadro 1 foram listados todos os documentos legais analisados para a produção dos resultados desta pesquisa:

Quadro 1. Documentos legais analisados para fins dos resultados

Documentos Primários	Ano	Breve Descrição
Plano Estadual de Educação	2016	Estabelece um conjunto de metas e diretrizes para a educação pública no estado da Bahia, com foco na melhoria da qualidade do ensino, na inclusão social e no acesso universal à educação. Ele orienta a implementação de políticas públicas em diversos níveis, desde a educação básica até a educação profissional, contemplando as necessidades regionais e buscando a transformação social por meio da

		educação.
Orientações sobre o Ensino Técnico de Nível Médio	2021	Fornecem diretrizes e parâmetros para a organização e a oferta de cursos técnicos de nível médio no Brasil. Elas abordam aspectos pedagógicos, administrativos e curriculares, além de estabelecer princípios que garantem a qualidade do ensino técnico, buscando integrá-lo com as necessidades do mercado e a formação cidadã dos estudantes.
DCRB	2022	Referem-se às Diretrizes Curriculares para os cursos de EPT de Nível Médio, que orientam o desenvolvimento dos currículos nos diversos contextos educacionais. Elas buscam assegurar a qualidade e a relevância do ensino técnico, propondo um alinhamento entre a formação teórica e prática, com foco nas competências exigidas pelo mercado de trabalho e nas necessidades dos alunos.
Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Administração	2024	Descreve a estrutura curricular, os conteúdos programáticos e as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes desse curso. Ele visa formar profissionais capazes de atuar no campo administrativo, gerencial e organizacional, capacitando-os para o ingresso no mundo de trabalho com habilidades práticas e teóricas essenciais para a área.
Documentos Secundários	Ano	Breve Descrição
Lei N ^o 13.005	2014	Institui o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro até 2024. A lei tem como objetivo promover a universalização do acesso à educação de qualidade, inclusive na educação profissional, e melhorar a formação dos estudantes em todas as etapas da educação básica e superior.
Lei N ^o 13.559	2016	Alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tratando da educação profissional técnica de nível médio. A lei busca aprimorar a formação dos alunos, com ênfase na articulação entre o ensino técnico e as necessidades do mercado de trabalho, além de promover a integração entre as diversas modalidades educacionais.
Lei N ^o 13.415	2017	Reformou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo novas normas para a educação profissional e técnica de nível médio. A lei introduz a obrigatoriedade da oferta de educação profissional integrada ao ensino médio, fortalecendo a formação dos jovens para o

		trabalho e o exercício da cidadania. Ela visa melhorar a qualidade do ensino e ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
Parecer CNE/CP N ^o 15	2017	É um documento do Conselho Nacional de Educação que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio, estabelecendo as bases para a organização e a implementação dos cursos técnicos em todo o Brasil. Ele reflete as políticas educacionais do país e busca orientar a qualidade e a acessibilidade do ensino técnico, com foco na formação profissional e cidadã dos estudantes.
Portaria MEC N ^o 1.570	2017	Estabelece diretrizes para a realização de cursos de educação profissional e tecnológica, com foco na qualificação de trabalhadores e na inserção desses no mercado de trabalho. A portaria orienta as instituições de ensino sobre os processos de oferta e avaliação desses cursos, buscando garantir sua relevância e qualidade para os alunos e a sociedade.
Resoluções CNE/CP N ^o 01, 02, 03 e 04	2017/18/21	São normas que regulamentam o ensino técnico e a educação profissional no Brasil, detalhando os critérios para a implementação e organização dos cursos de educação profissional. Elas abordam questões como a carga horária, a carga prática, a articulação com o mercado de trabalho e a qualidade do ensino, visando garantir que a formação profissional seja adequada às necessidades dos alunos e do setor produtivo.
Portaria MEC N ^o 649	2018	Estabelece normas para a gestão da educação profissional e tecnológica, com foco na qualificação da oferta de cursos de formação técnica e tecnológica. Ela define os parâmetros de organização, execução e avaliação dos cursos, visando à melhoria da formação dos alunos e à adequação das competências adquiridas às exigências do mercado de trabalho.
Portaria MEC N ^o 1.432	2018	Trata da regulamentação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), promovendo a oferta de cursos técnicos e a inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho. Ela define as normas para a implementação de cursos técnicos em várias áreas, buscando ampliar o acesso à educação profissional em todo o país.
Resolução CEE N ^o 137	2019	Trata das diretrizes para a organização dos cursos de educação profissional e tecnológica no estado da Bahia. Ela estabelece normas e

		parâmetros para o funcionamento dos cursos técnicos em nível médio e superior, com ênfase na integração da formação profissional à educação básica e nas exigências do mercado de trabalho local.
--	--	---

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Para dialogar com os documentos acima listados, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o estado da arte, referente à temática aqui abordada, onde foram localizados diversos estudos sobre o contexto educacional baiano e sobre a modalidade da ETP ofertada pela rede estadual da Bahia, tendo como base o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES e a Plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SiELO.br). Contudo, essas investigações, discutidas adiante, não abordaram diretamente a relação entre trabalho e emancipação humana nos dispositivos legais e curriculares da EPT na Rede Estadual da Bahia. Embora haja um volume considerável de pesquisas sobre currículo, valores ideológicos do trabalho e o papel da EPT no contexto baiano, o tema aqui proposto ainda não se configurou como foco central, aparecendo de forma esporádica e secundária, o que justifica sua relevância acadêmica.

Foram utilizados como descritores de buscas nos repositórios supracitados os seguintes termos e expressões: “Educação Profissional e Tecnológica na Bahia”, “EPT na Bahia”, “Educação profissionalizante na Bahia”, “Ensino profissionalizante na Bahia”, “Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual da Bahia”, “EPT na rede estadual da Bahia”, “Educação profissionalizante na rede estadual da Bahia”, “Ensino profissionalizante na rede estadual da Bahia”, “Currículo da Educação Profissional e Tecnológica na Bahia”, “Currículo da EPT na Bahia”, “Currículo da Educação profissionalizante na Bahia”, “Currículo do Ensino profissionalizante na Bahia”, “Currículo da Educação Profissional e Tecnológica na rede estadual da Bahia”, “Currículo da EPT na rede estadual da Bahia”, “Currículo da Educação profissionalizante na rede estadual da Bahia” e “Currículo do Ensino profissionalizante na rede estadual da Bahia”, selecionados com base no tema e objetivos.

Através das buscas, foram localizados 36 trabalhos, desses, foram selecionados 13 estudos (uma tese, 11 dissertações e um artigo científico) a partir do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES – posteriormente obtidos em suas versões completas nos repositórios digitais dos programas de origem – e um artigo encontrado na Plataforma SiELO.br, realizando os *downloads* a partir dos referidos sítios. Dentre as áreas promotoras das investigações, destacaram-se o campo da Educação, cujas origens das dissertações, por exemplo, são provenientes dos programas de pós-graduação das universidades estaduais da

Bahia (UEBAs). No capítulo 4 que apresenta o Levantamento sobre o Estado da Arte, no Quadro 2, foram listados todos os estudos para a produção dos resultados referente à temática.

Após esse arrolamento, foi realizada a seleção dos estudos mais pertinentes à investigação, a fim de priorizar as discussões acerca dos marcos legais e dos princípios pedagógicos presentes nas matrizes curriculares, desse modo, procedeu-se da seguinte forma: (1) leitura dos resumos, (2) avaliação dos sumários, (3) identificação das palavras-chave e (4) busca por termos e expressões, a exemplo de “currículo”, “trabalho” e “emancipação”.

3.8 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS/RESULTADOS

No que se refere à delimitação dos métodos e procedimentos de análise, esses foram definidos após a correção do projeto piloto e as discussões de orientação. Optou-se por um caminho metodológico que viabilizasse o cruzamento das informações encontradas nos referidos documentos legais e nos dispositivos pedagógicos, em especial, aqueles referentes ao trabalho pedagógico na EPT, para que, a partir deles, foi possível a montagem de diversos quadros indicando contradições e/ou similaridades. Esses dados foram cruzados de forma crítica com outros documentos, tanto aqueles de mesma natureza quanto com os de natureza diversas e, atrelado a isso, as referências sobre o trabalho foram problematizadas a partir da literatura acadêmica sobre as temáticas “políticas públicas educacionais, EPT, trabalho e educação, currículo, ensino público, etc.”.

Com o intuito de garantir uma abordagem rigorosa e sistemática, optou-se por utilizar a metodologia de análise de conteúdo, que permitiu a interpretação das informações de maneira criteriosa e objetiva. Para isso, empreendeu-se uma interpretação dos dispositivos e do conjunto normativo à luz das diretrizes propostas por Bardin (2016, p. 48), que em sua definição alegou se constituir de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo a pesquisadora, que além da proposição de uma série de critérios metodológicos se afirmou enquanto uma das mais expressivas referências no campo das ciências humanas e sociais, a análise de conteúdo é adequada às investigações, cujo conjunto de fontes se constituem a partir de elementos linguísticos, sejam eles orais, simbólicos, textuais ou visuais. A autora destaca ainda que essa metodologia possibilita a compreensão

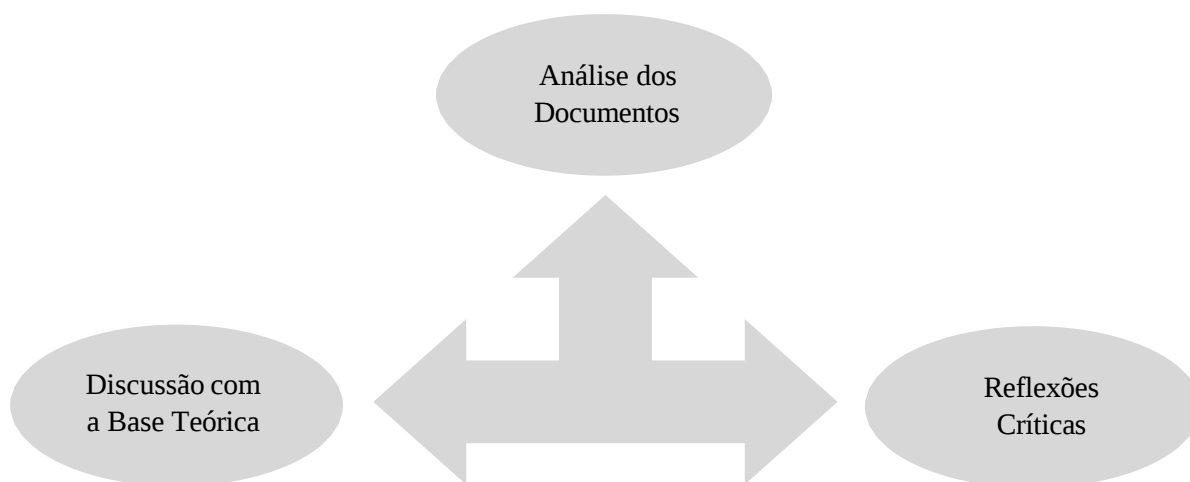
das mensagens comunicativas por meio de um processo rigoroso de categorização e codificação, permitindo que se extraíam significados subjacentes e que se revelem as relações entre os elementos presentes nos textos analisados. Assim, a análise de conteúdo se configura como uma ferramenta essencial para a investigação de documentos normativos, pois possibilita a identificação de padrões, temas e discursos que sustentam as práticas educacionais e suas implicações sociais.

A análise se concentrou nas seguintes categorias: trabalho, formação integral e currículo, de modo, a refletir sobre as significativas mudanças nas matrizes curriculares e seus impactos nas trajetórias dos discentes. É importante ressaltar que a análise das matrizes e ementas serão as do Curso Técnico em Administração (modalidade Educação Profissional Integrada), e tal recorte se deve ao fato do curso ser um dos precursores da atuação da EPT no Território Médio Rio das Contas – o curso passou a ser ofertado em 2012 e tem a sua oferta contínua em 2024, facilitando assim, a análise neste espaço de tempo de mais de uma década. Essa escolha permitiu examinar as transformações ocorridas, proporcionando uma visão clara sobre como as diretrizes curriculares evoluíram e de que forma impactaram a formação e o preparo dos alunos para os desafios do mercado de trabalho e da cidadania.

A pesquisa seguiu o padrão de análise apriorística das categorias de conteúdo, que segundo Bardin (2016) consiste em definir previamente os critérios de classificação com base em teorias ou modelos estabelecidos, garantindo maior objetividade e alinhamento conceitual desde o início da pesquisa. Por outro lado, a análise não apriorística permite que as categorias padronizem organicamente dos dados, sendo construídas de forma indutiva durante o processo de investigação, o que pode revelar nuances e perspectivas inesperadas. Enquanto a abordagem apriorística é útil para estudos com fundamentação teórica sólida, a não apriorística favorece a flexibilidade e a descoberta de novos padrões, sendo essencial escolher a estratégia conforme os objetivos e a natureza da pesquisa.

Logo, a metodologia procedimental privilegiou a análise do conteúdo dos dispositivos legais e curriculares, cuja natureza se constituiu de elementos textuais, interpretados de modo crítico a partir das categoriais provenientes do materialismo histórico-dialético, tanto dos autores clássicos da crítica política, a exemplo de Karl Marx, quanto de referências nacionais, ligadas ao estudo do contexto educacional brasileiro, especialmente, dedicados às investigações sobre às políticas públicas educacionais, ao currículo, à EPT e ao contexto baiano. Tendo por base tais direcionamentos, cabe aqui demonstrar de forma ilustrada como ocorreu a análise dos dados e resultados desta pesquisa, sob a ótica da análise triangular proposta por Bardin (2016):

Figura 1. Análise triangular de conteúdo segundo Laurence Bardin



Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

Esse tipo de análise possibilitou identificar as contradições e desafios nas práticas pedagógicas da EPT, destacando suas implicações na formação dos sujeitos, discutindo-as com as bases teóricas e refletindo criticamente sobre seus reflexos na formação educacional deste nível pedagógico.

3.9 RESULTADOS

Foi trabalhada inicialmente a hipótese de que, em se tratando da EPT ofertada pela Rede Estadual de Educação da Bahia, especialmente, as interações entre trabalho e emancipação humana a partir das diretrizes curriculares, existe uma distância muito grande entre o que é prescrito e o que é de fato possível ser realizado a partir de sua composição. Além disso, foi argumentado de que o DCRB não traz em seu conjunto de diretrizes uma problematização mais aprofundada e crítica acerca da função social do trabalho enquanto uma atividade constituinte da natureza humana e responsável por promover a emancipação do sujeito, capaz de romper com as lógicas de dominação impostas pelo modelo capitalista de produção.

Só é possível compreender as contribuições que a EPT traz para a conscientização crítica sobre os valores ideológicos do trabalho e seu impacto na formação política, emancipatória e democrática dos educandos atendidos por essa modalidade a partir do

cruzamento da análise de seus dispositivos ordenadores e dos marcos legais com os resultados de pesquisas já desenvolvidas, cujos caminhos metodológicos privilegiaram a análise das experiências dos agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem – caminho este que optamos em não trilhar neste momento, mas que pode vir a ser uma metodologia de trabalho em estudos futuros. Por isso, a presente investigação se concentrou na compreensão estrutural e normativa da EPT, sem, contudo, descartar a relevância das percepções e vivências dos sujeitos como elementos essenciais para aprofundamentos posteriores.

A partir disso, esperou-se que a pesquisa venha contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre a relação entre educação e trabalho no contexto da EPT, evidenciando as intencionalidades e implicações das diretrizes curriculares na formação dos educandos. Além disso, buscou-se identificar como os princípios do materialismo histórico-dialético podem auxiliar na análise crítica das políticas educacionais voltadas para a EPT, apontando desafios e possibilidades para uma formação que promova a emancipação social e política dos sujeitos. Por fim, pretendeu-se que os resultados obtidos sirvam como subsídio para futuras investigações e debates acerca da construção de currículos que integrem efetivamente a dimensão do trabalho como princípio educativo.

3.10 ASPECTOS ÉTICOS

Com relação aos aspectos éticos, argumentamos que teremos a preocupação em respeitar todos os critérios legais e éticos que são necessários para a realização de uma pesquisa acadêmica comprometida com o desenvolvimento social, cujo maior interesse é contribuir com a melhoria da EPT que é ofertada pela rede pública, em especial, pela Rede Estadual de educação da Bahia. Para tanto, foram respeitadas as diretrizes legais contidas na Lei n. 9.610 de 1998 – Lei de Direitos Autorais –, citando todas as autorias e fontes que forneceram subsídios para a produção dos resultados, além da Lei n. 3.709 de 2018 – Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a partir da qual os dados sensíveis relativos aos autores ou participantes desta pesquisa foram devidamente preservados.

O maior compromisso foi o de realizar uma investigação com o máximo de isonomia, de modo a não privilegiar plataforma política, gestão administrativa ou política, agentes públicos ou personalidades políticas etc. Deste modo, mesmo não defendendo a existência de “neutralidade”, pois toda pesquisa, assim como todo pesquisador, sempre parte de um lugar social específico e composto por valores ideológicos que se encontrarão presentes nas

discussões, nas seleções, nas referências teórico-metodológicas e nos resultados desenvolvidos, buscou-se ao máximo o afastamento de convicções preliminares, a fim de que a pesquisa abrisse novos horizontes sobre a EPT na Rede Estadual de Educação da Bahia.

4 LEVANTAMENTO SOBRE O ESTADO DA ARTE

Dentre os estudos analisados, foi localizada a dissertação de Idelvania de Jesus Pereira (2020), cujo objetivo central foi compreender os valores ideológicos referentes ao “trabalho” que se encontram presentes nas matrizes curriculares da EPT da Rede Estadual de Educação da Bahia. Em suas interpretações sobre a temática a autora enfatizou a historicidade do ensino profissional, a partir do contexto nacional, baiano e municipal, elegendo como objeto específico de sua análise o CETEP da Bacia do Jacuípe III.

Arelado a isso, a autora problematizou a formação profissional dos docentes que atuaram nessa região, com ênfase na qualificação pedagógica para atuação na ETP. Por fim, mas não menos importante, a pesquisadora comparou de forma crítica os princípios referentes ao trabalho que se encontravam presentes tanto na legislação quanto no conjunto normativo da referida modalidade de ensino, com base no cenário nacional, estadual e local.

Curiosas e ao mesmo tempo valiosas foram as considerações finais tecidas Por Pereira (2020), apontando para a necessidade de repensarmos de forma crítica, seja a partir do exame científico ou a partir de nossas experiências docentes, quais são os imperativos que se encontram presentes nos currículos escolares da EPT, de modo que, os princípios ideológicos sobre o que se entende por trabalho e sua função social estejam presentes no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Pereira (2020, p. 98-99):

Ao longo do trabalho fomos percebendo as alterações que a proposta de EPT na Rede Estadual da Bahia foi assumindo. Ela tem início com uma perspectiva de formação integral, tendo o trabalho como princípio educativo, como pôde ser visto nas propostas de matrizes e ementas, na oferta de curso de formação docente sob essa perspectiva, através da oferta de Especialização em EPT e demonstrando cada vez mais ampliação do debate com a comunidade. A política implementada a partir de 2009 e consolidada em 2011/2012 demonstrava um compromisso com a formação integral, a emancipação dos sujeitos, tendo como pilares o trabalho como princípio educativo e a formação integral, mas a partir de 2017 passou a ter uma proposta mais preocupada com questões relacionadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de habilidades e competências.

A partir dessa constatação, Pereira (2020, p. 99) alertou ser preciso, por parte dos profissionais da educação, das lideranças políticas comprometidas com a melhoria da educação e dos estudiosos e pesquisadores envolvidos com essa temática, problematizarmos quais “[...] os rumos que Educação Profissional na rede estadual tomaram a partir do período 2017/2018 [...]”, pois esta modalidade tem como público-alvo os/as filhos(as) da classe trabalhadora, portanto, não deve atender aos interesses das classes dominantes.

Ainda segundo a pesquisadora, a EPT deve fortalecer a compreensão crítica e a consciência dos discentes sobre o valor social e revolucionário do trabalho, criar condições

para a promoção da cidadania e da justiça social, a fim de possibilitar transformações positivas nas condições de vida da classe trabalhadora, diminuindo, assim, as desigualdades sociais entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas as forças necessárias para produzirem o capital.

Logo, há de se concordar com Pereira (2020) sobre a importância de problematizarmos o trabalho enquanto um elemento norteador da EPT nos currículos escolares da Rede Estadual de Educação da Bahia. Em suma, seu estudo, em muitos aspectos, se aproxima do enfoque que pretendemos dar ao presente estudo; contudo, sua investigação, mesmo cruzando a análise macro e micro sociológica da EPT, com destaque a uma unidade escolar localizada no TI da Bacia do Jacuípe, não intentou compreender a relação entre trabalho e emancipação humana, algo que pretendemos destacar aqui. Essa análise será essencial para discutir o caráter emancipatório da EPT e será fundamentada nas interpretações e discussões de Pereira (2020), além de outras abordagens críticas pertinentes à temática.

No que se refere à análise do contexto macrosociológico acerca dos valores referentes ao trabalho nos currículos de EPT na Bahia, foi localizada a tese de Naiaranize da Silva (2016), cuja investigação se baseou na experiência do IFBA *campus* Salvador. De antemão, afirma-se aqui ter ciência sobre as diferenças, semelhanças e especificidades existentes entre as redes federais e estaduais.

Todavia, foi relevante encontrar no estudo de Silva (2016) uma análise crítica e bem fundamentada sobre os princípios ideológicos presentes nos dispositivos curriculares na modalidade EPT, sendo, portanto, um estudo de fundamental importância para a nossa compreensão sobre os elementos que se encontram presentes nos currículos da rede estadual baiana, pois traz considerações relevantes acerca da realidade do Estado.

Em sua análise, Silva (2016) afirmou que é notório o aumento no número das matrículas nas últimas três décadas, o que aparentemente apontaria para uma “democratização do acesso”. Porém, mesmo concordando que as mais recentes políticas públicas educacionais tenham permitido o acesso de sujeitos mais heterogêneos, oriundos das camadas médias e baixas, cujos pais são trabalhadores que em muitos casos não foram escolarizados ou possuem uma baixa escolarização, alertou para a necessidade de problematizarmos as matrizes curriculares, os conteúdos ensinados e as metodologias tradicionais – pois, segundo afirmou, esses pontos ainda se constituem enquanto elementos de desestímulo, evasão e exclusão.

É preciso aqui compartilhar das considerações de Silva (2016) ao demonstrar, mesmo que partindo da análise do contexto da EPT na Bahia com base na rede federal, que a educação profissional e tecnológica, especialmente a partir de suas matrizes curriculares, não

deve se isentar de trazer em seu conjunto de disciplinas e conteúdos, problematizações sobre sua própria finalidade enquanto uma modalidade de educação, cuja ocorrência devem estar presente de forma transversal em toda sua grade curricular, de modo a incentivar uma visão crítica entre seu público-alvo e os profissionais envolvidos, sobre o que representa o trabalho em nossa sociedade e o que ele pode vir a representar.

Sobre a reforma do Ensino Médio e sua relação com a formação profissional e humana, identificamos e analisamos o estudo de Eudite Carneiro (2019, p. 132) que investigou a modalidade de Ensino Médio com Integração Tecnológica (EMITec), concluindo que “[...] o conjunto de escolhas curriculares (corporificadas nos indícios de recontextualização presentes no EMITec) realizadas nos campos recontextualizadores, a nível meso e micro, são frutos de um conjunto de fatores que sofrem influências e influenciam as ações pedagógicas”. Logo, segundo afirmou, na relação entre currículo e prática docente no contexto da EPT, os profissionais detém certa autonomia em escolher suas metodologias de trabalho e em ressignificar os conteúdos propostos, permitindo, assim, práticas mais plurais de ensino e aprendizagem. A partir dessas constatações Carneiro (2019, p. 130) afirmou que:

[...] Em alguns pontos, o currículo do EMITec apresenta-se mais flexível, demonstrando espaços para a articulação entre os conteúdos, existência de comunicação entre as disciplinas e abertura para o debate de ideias. Ao discutirem, em conjunto, determinadas temáticas, procurando, inclusive, trabalhar com temas transversais, os docentes promovem a recontextualização do discurso oficial.

Dentre as considerações tecidas por Carneiro (2019), foi encontrado o arrolamento de uma série de aspectos que apontam para os princípios norteadores que estruturam a EPT na rede estadual baiana. Concorde-se aqui com diversas dessas considerações, especialmente, aquelas que tratam dos valores ideológicos que se encontram implícitos nos programas curriculares acerca do trabalho, pensado e representado enquanto uma atividade essencial para garantia da cidadania, para as inserções dos sujeitos na cadeia produtiva e para o reconhecimento social. Assim sendo, a pesquisadora observou certa abertura a partir do currículo, com vista a proporcionar uma educação crítica e subversiva, à luz dos interesses formativos dos discentes, dependendo, necessariamente, do engajamento dos docentes ao projeto de ensino emancipatório.

Ademais, foram encontrados outros trabalhos que investigaram a inserção social dos sujeitos atendidos pela EPT da rede estadual baiana no mundo do trabalho, cujas análises partiram das observações críticas das ações implantadas por unidades escolares específicas. Dentre eles destacamos os estudos de Borges (2015), Carneiro (2018), Sá (2019), Santos (2017) e Santos (2021). Os referidos autores demonstraram, especialmente, a partir da análise

crítica das experiências relatadas pelos discentes, quais foram as contribuições que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) trouxeram, tanto na esfera profissional quanto pessoal.

É preciso aqui pontuar que o PROEJA foi instituído em 2005, entrando em vigor no ano de 2006, sendo que seu principal objetivo era promover a capacitação profissional de jovens e adultos que não tinham completado os ciclos da educação básica, estando, portanto, fora do que era considerado “a idade certa”. De acordo com Sá (2019, p. 58):

[...] a formação para o mundo do trabalho, sobretudo no PROEJA, deve acontecer em comunhão com pressupostos emancipatórios para que a classe trabalhadora compreenda o trabalho como princípio educativo. Dessa maneira, devemos fortalecer relação entre trabalho e educação no sentido formativo do educando e da ação humanizadora que deve se estabelecer através do desenvolvimento de todas as potencialidades do sujeito.

Em sua investigação sobre a inserção profissional dos egressos do PROEJA do município de Cícero Dantas/BA, a partir do programa estadual da Bahia de Primeiro Emprego, Sá (2019) observou que a formação ofertada pela referida modalidade traz consigo uma concepção do trabalho enquanto princípio educativo, capaz de proporcionar a construção de um conhecimento amplo sobre os processos sociais e produtivos, tanto da sociedade brasileira quanto das diversas sociedades que se estruturam a partir do modelo capitalista de produção. Desse modo, o pesquisador concluiu que a formação ofertada permitia ao público-alvo atendido um aprendizado crítico, com vista à “[...] superação dos desafios enfrentados no mundo do trabalho e em todos os espaços de convivência”. Ainda segundo Sá (2019, p. 52):

Conforme a proposta presente no documento base do PROEJA, a concepção de trabalho compreendida pelo educador deve perpassar pela compreensão de trabalho como processo social pelo qual ocorre a transformação humana através do desenvolvimento de novas ideias, isto é, a transformação do homem pelo trabalho. A partir de então o educando, por meio do pensamento crítico, inicia a construção de um processo de conhecimento com a intenção de romper com o conceito de fragmentação e técnica do trabalho, para entendimento do mundo do trabalho e das relações sociais a ele inerentes.

Portanto, a análise de Sá (2019) evidencia a importância da concepção do trabalho como princípio educativo na formação dos egressos do PROEJA, destacando a relevância de um olhar crítico sobre as relações sociais e produtivas no contexto capitalista. Esse entendimento alinha-se com a proposta da EPT, que busca não apenas a qualificação técnica, mas também a formação humana integral, promovendo a reflexão sobre o mundo do trabalho de maneira crítica e transformadora.

Assim, ao considerar o trabalho como um processo social que permite a transformação do ser humano, a EPT se insere como uma ferramenta poderosa para a emancipação dos educandos, alinhando-se ao conceito de superação dos desafios do mundo do trabalho, conforme apontado por Sá. No Quadro 2 são listados os estudos encontrados e selecionados para compor o estado da arte, os quais foram utilizados para dialogar com as discussões dos resultados desta pesquisa:

Quadro 2. Estado da arte – lista dos estudos selecionados

Autoria/Título	Ano	Local	Síntese Conteúdo
SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva. Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional. <i>In: Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009).</i>	2009	Salvador/UFBA	Traçou um panorama histórico da Educação Profissional no Brasil, com foco na trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices até o Instituto Federal da Bahia (IFBA). Os autores analisaram as transformações no ensino técnico e profissional ao longo dos anos, destacando as mudanças nas políticas educacionais e os impactos dessas mudanças na formação dos estudantes.
BORGES, Ricardo Henrique de Jesus. As práticas pedagógicas de articulação com o mundo do trabalho na Educação de Jovens e Adultos: experiências do PROEJA no Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP Newton Sucupira / Salvador/BA.	2015	Salvador/UNEB	Investigou as práticas pedagógicas do PROEJA no CEEP Newton Sucupira, em Salvador, enfatizando como a articulação entre a educação e o mundo do trabalho ocorre na prática. O autor analisou metodologias utilizadas para integrar o ensino técnico à realidade dos estudantes, destacando desafios e potencialidades do programa na formação de jovens e adultos.
PIMENTEL, Celeste Aparecida. A Lei n. 10.639/03 e as questões étnico-raciais no currículo do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – Caetitê/BA: um estudo no curso técnico de Secretariado – PROEJA. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA).	2016	Salvador/UNEB	Examinou a implementação da Lei 10.639/03 no currículo do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, com foco no curso técnico de Secretariado do PROEJA. A autora investigou como as questões étnico-raciais são trabalhadas no currículo e nas práticas pedagógicas, analisando desafios e avanços na promoção de uma educação antirracista.
SILVA, Naiaranize Pinheiro da. Juventude	2016	Salvador/UFBA	Discutiu a constituição da juventude como sujeitos de direito no contexto das políticas de

e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas.			ações afirmativas, com foco nas experiências escolares e sociais. A autora investigou como a escola e as políticas educacionais contribuem para a formação da identidade juvenil e para a construção de uma consciência cidadã, analisando experiências de jovens beneficiados por ações afirmativas no ambiente escolar.
SANTOS, Maria Candeias Conceição. Entre o prescrito e o praticado: um estudo de caso sobre o currículo da EJA na Escola Professor George Frago Modesto, Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador – Bahia.	2017	Salvador/UNEB	Realizou um estudo de caso sobre o currículo da EJA no Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador, comparando as diretrizes prescritas com as práticas pedagógicas aplicadas. A autora comparou o currículo prescrito com as práticas pedagógicas aplicadas, investigando como a educação dentro do sistema prisional contribui para a ressocialização e a formação dos detentos.
CARNEIRO, Ana Carolina Santos. Proposta de inovação no currículo do PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional de Feira de Santana-BA: uma estratégia para o reconhecimento social dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.	2018	Salvador/UNEB	Propôs inovações curriculares no PROEJA do CEEP de Feira de Santana-BA, buscando estratégias que promovam o reconhecimento social dos estudantes da EJA. A autora discutiu a necessidade de um currículo mais dinâmico e alinhado às demandas dos estudantes trabalhadores, sugerindo modificações que possam ampliar a inclusão e a efetividade da formação técnica para essa população.
SANTOS, Jársia de Melo. A presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das políticas de qualificação profissional (PRONATEC): descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro de Freitas-BA.	2018	Salvador/UNEB	Analisou a participação de mulheres beneficiárias do PRONATEC na EJA em Lauro de Freitas-BA, destacando suas experiências e desafios no mundo do trabalho. A autora explorou a relação entre qualificação profissional e inserção laboral, identificando fatores que influenciam o acesso e a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho.
CARNEIRO, Eudite Fernandes. A recontextualização do currículo no Ensino Médio: estudo de caso do Ensino Médio com Integração Tecnológica. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Básica) – Programa de Educação em Ensino.	2019	Vitória da Conquista/UESB	Realizou um estudo de caso sobre a recontextualização do currículo no Ensino Médio com Integração Tecnológica, com foco no impacto da integração tecnológica. Por meio de um estudo de caso, a autora investiga as mudanças no ensino médio e como as novas abordagens curriculares influenciam a aprendizagem e a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.
SÁ, Genivaldo Ferreira. A inserção dos alunos do PROEJA, egressos de um Centro de Educação Profissional,	2019	Salvador/UNEB	Investigou a inserção de egressos do PROEJA no mercado de trabalho, por meio do Programa Primeiro Emprego, em um Centro de Educação Profissional de Cícero Dantas-BA. O autor investigou as oportunidades oferecidas pelo

no mundo do trabalho por meio do Programa Primeiro Emprego do Governo Estadual em Cícero Dantas-BA.			programa e os desafios enfrentados pelos ex-alunos para se estabelecerem profissionalmente, considerando aspectos como qualificação, empregabilidade e permanência no mercado de trabalho.
COSTA, Rosemeyre Alvaia Pinho. Estágio na educação profissional técnica de nível médio: a formação no mundo do trabalho.	2020	Salvador/IFBA	Abordou o estágio na Educação Profissional Técnica de nível médio, discutindo seu papel na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. A autora analisa como a experiência prática contribui para o desenvolvimento das competências profissionais e quais são os desafios enfrentados pelos alunos na transição entre a formação técnica e o exercício profissional.
PEREIRA, Ildevânia de Jesus. Trabalho como princípio educativo e educação integral nas matrizes curriculares da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual da Bahia.	2020	Salvador/IFBA	Analisou as matrizes curriculares da EPT na Rede Estadual da Bahia, com ênfase no trabalho como princípio educativo. A autora analisa como a concepção do trabalho como eixo estruturante da formação se materializa nos currículos, destacando suas implicações para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o mundo do trabalho.
AMORIM, Carina Cruz do Nascimento de. Educação profissional e tecnológica quilombola: uma proposta para formação integral e intercultural.	2021	Salvador/IFBA	Analisou a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) quilombola como uma proposta de formação integral e intercultural, analisando como a educação técnica pode incorporar conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades quilombolas. A pesquisa destacou a importância de currículos adaptados à realidade sociocultural dessas comunidades, promovendo uma formação que respeite e valorize suas identidades.
SANTOS, Valdir dos. Trajetórias formativas de jovens estudantes do PROEJA no CEEP PIO XII – Jaguaquara/BA.	2021	Salvador/UNEB	Examinou as trajetórias formativas de jovens estudantes do PROEJA no CEEP PIO XII, em Jaguaquara-BA, evidenciando desafios e conquistas educacionais. O autor examinou os percursos educacionais e profissionais desses estudantes, identificando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo de sua formação, com ênfase na relação entre escola e mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Após esse breve levantamento sobre o estudo da arte, o próximo capítulo trará a exposição dos resultados produzidos pela pesquisa. Os resultados dos estudos acima listados serviram de base para a construção dos diálogos discursivos dos resultados produzidos por esta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo foi dedicado à exposição dos resultados produzidos a partir da análise dos documentos referentes às matrizes curriculares da Educação Profissional e Tecnológica da rede pública estadual da Bahia, com o enfoque de identificar a incorporação dos princípios da educação integral e a articulação da formação técnica e cidadão no contexto das demandas sociais e do mundo do trabalho na EPT. Para tanto, é preciso iniciar os diálogos pela exposição de quais são esses princípios e como se espera que eles componham a grade curricular da EPT, o que foi alocado no subcapítulo abaixo, o qual abre esse capítulo trazendo um conhecimento necessário para a compreensão dos demais resultados.

5.1 SOBRE OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: EXPECTATIVAS DA ARTICULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO TÉCNICA E CIDADÃ

De acordo com os documentos que orienta a DCRB da educação estadual na Bahia, as matrizes curriculares da EPT devem ser guiadas de acordo com alguns princípios essenciais. Princípios esses que devem conduzir as práticas pedagógicas nesta modalidade de ensino, contribuindo para a modelação da formação técnica e cidadã. Destes documentos, é possível extrair, ao todo, cerca de 20 princípios disciplinadores das normas curriculares da EPT no estado da Bahia. Esses princípios, disciplinados pela Resolução CNE/CP n. 1/2021, de regimento da EPT nacional e, ainda que cada estado federado possua autonomia na elaboração das suas matrizes curriculares, tais princípios devem ser integrados às suas matrizes para garantir a qualidade e a eficácia da formação, estando interconectados e refletindo a complexidade e a relevância do contexto educacional atual.

A EPT enfatiza a importância de alinhar os itinerários formativos às exigências do mercado de trabalho (princípio da articulação com o setor produtivo), com o objetivo de capacitar os estudantes para exercerem profissões operacionais, técnicas e tecnológicas. Este princípio é essencial para a inserção dos estudantes no mundo laboral, permitindo que adquiram competências diretamente relacionadas às necessidades do setor produtivo. Amorim (2021) destaca a relevância dessa articulação ao apontar que a EPT deve ser capaz de formar profissionais que atendam tanto às demandas imediatas do mercado quanto às transformações tecnológicas e sociais que impactam as profissões.

Outro princípio fundamental é o respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, que visa garantir um ambiente educacional inclusivo e diversificado. A EPT

deve valorizar a diversidade de pensamentos e metodologias de ensino, permitindo que diferentes concepções pedagógicas coexistam dentro do processo formativo. Isso não só enriquece a experiência de aprendizagem dos estudantes, mas também os prepara para lidar com a pluralidade de perspectivas no mercado de trabalho e na sociedade. Em consonância com Freire (1996), essa abordagem reforça a importância de um ensino democrático, que respeite as identidades e as necessidades dos estudantes.

Os documentos que orientam a EPT na Rede Estadual de Educação da Bahia, destacam a necessidade de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, capacitando-os não apenas para o exercício da profissão, mas também para a cidadania. A formação técnica deve estar associada à construção de valores estéticos, políticos e éticos, fundamentais para a convivência em sociedade. Ao integrar esses valores ao currículo, a EPT contribui para a formação de profissionais críticos e responsáveis, alinhados com os princípios de justiça social e respeito aos direitos humanos, como argumenta Frigotto e Ciavatta (2012).

O trabalho ocupa um lugar central na organização curricular da EPT, sendo considerado a base para o desenvolvimento de competências profissionais. Segundo Pereira (2020), o trabalho não apenas estrutura o currículo, mas também integra os campos da ciência, da cultura e da tecnologia, promovendo uma formação que seja simultaneamente técnica e humanista. Esse princípio (centralidade do trabalho como princípio educativo) busca responder às exigências de um mundo laboral em constante transformação, capacitando os estudantes para uma atuação profissional que considere as mudanças tecnológicas e sociais.

A pesquisa é outra dimensão crucial na EPT (princípio da incorporação da pesquisa como princípio pedagógico), com o objetivo de integrar saberes cognitivos e socioemocionais. Ao estimular a pesquisa no processo formativo, a EPT prepara os estudantes para o desenvolvimento de competências críticas e criativas, essenciais para lidar com um mundo em constante evolução. Como enfatiza Amorim (2021), a incorporação da pesquisa no currículo de EPT permite que os estudantes se envolvam de forma ativa na construção do conhecimento, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A tecnologia desempenha um papel crucial na formação dos estudantes (princípio da tecnologia como fio condutor do saber), sendo vista como essencial para o desempenho das funções no setor produtivo. A integração da tecnologia ao currículo permite que os estudantes adquiram habilidades técnicas e científicas necessárias para atuar nas profissões contemporâneas. A valorização da tecnologia como fio condutor dos saberes, conforme apontado por Carneiro (2018), também possibilita que a EPT se mantenha atualizada frente às

constantes inovações no mercado de trabalho, preparando os estudantes para a utilização das mais recentes ferramentas e tecnologias.

A EPT defende uma forte conexão entre teoria e prática (princípio da indissociabilidade da educação e da prática social), reconhecendo que a formação dos estudantes deve ser contextualizada e vinculada às realidades sociais. Como destaca Arroyo (2019), o processo educacional deve ser capaz de refletir as dinâmicas sociais e culturais da comunidade em que está inserido, promovendo metodologias ativas que coloquem o estudante no centro do processo de aprendizagem. Isso garante que os conhecimentos adquiridos na escola sejam aplicáveis no contexto social e profissional dos estudantes, preparando-os para atuar de maneira crítica e transformadora.

A EPT deve priorizar a inclusão de diversos grupos sociais (princípio da inclusão e valorização das diversidades), como as pessoas com deficiência, as comunidades quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais. Ao valorizar as diferentes identidades de gênero, étnico-raciais e culturais, a EPT assegura um espaço educacional mais justo e representativo. A proposta é garantir que todos os estudantes, independentemente de sua condição social ou cultural, tenham acesso igualitário à educação profissional e ao mercado de trabalho. Isso está alinhado à legislação e às diretrizes educacionais nacionais, como a Lei 10.639/03, que promove a inclusão das questões étnico-raciais no currículo (Pimentel, 2016).

A integração de diferentes áreas do conhecimento (princípio da interdisciplinaridade no planejamento curricular) é essencial para proporcionar uma visão mais ampla e contextualizada dos conteúdos. Ao integrar saberes, a interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam as interconexões entre as disciplinas, o que os prepara tanto para o mercado de trabalho quanto para enfrentar desafios complexos. Segundo Costa (2020), essa abordagem favorece uma educação que respeita e dialoga com as complexidades do mundo contemporâneo, permitindo aos alunos uma visão mais crítica e abrangente da realidade.

A adaptação do ensino às realidades locais e às necessidades dos estudantes (princípio da contextualização e flexibilização educacional) é um dos pilares da EPT. Para que o ensino seja eficaz, ele deve ser moldado de acordo com as características culturais, econômicas e sociais dos alunos e das comunidades (Pereira, 2020). Essa flexibilização curricular torna o aprendizado mais significativo e fortalece a relação entre a escola e a comunidade, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do seu contexto imediato, com uma educação que reflita suas realidades.

A articulação com o desenvolvimento socioeconômico local (princípio da articulação com o desenvolvimento socioeconômico local) é fundamental para garantir que a EPT

contribua diretamente para o desenvolvimento regional. A educação profissional precisa estar alinhada às necessidades do mercado local, promovendo a geração de emprego, renda e inclusão. De acordo com Santos (2018), essa conexão estreita com o contexto econômico local favorece a adaptação da formação profissional às particularidades regionais, o que fortalece a economia local e promove a integração social.

Garantir o acesso pleno à educação profissional para todos os estudantes, independentemente de suas condições (princípio da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas), é uma prioridade da EPT. Isso envolve a implementação de adaptações no currículo, nas metodologias de ensino e nas infraestruturas, a fim de proporcionar uma formação acessível e de qualidade. Pimentel (2016) salienta a importância de um sistema educacional que promova a inclusão, permitindo que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades especiais, tenham a oportunidade de se desenvolver profissionalmente.

O acesso à educação profissional também é essencial para a reintegração social e profissional de indivíduos em regime de acolhimento ou privação de liberdade (princípio da atenção às pessoas em regime de acolhimento ou privação de liberdade). Este princípio está em conformidade com os direitos humanos, considerando a educação como uma ferramenta crucial para a transformação social e a reintegração de pessoas que estiveram privadas de liberdade. Para Sá (2019) por meio da educação esses indivíduos podem recomeçar suas trajetórias, desenvolvendo habilidades para a vida social e profissional.

A valorização e o respeito às diferentes identidades culturais, raciais e de gênero (princípio do reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais) são fundamentais na EPT. Pimentel (2016) reforça que a educação deve ser inclusiva e promover o reconhecimento da diversidade, garantindo que todos os estudantes se sintam representados e respeitados, independentemente de sua origem cultural, raça ou identidade de gênero. Esse princípio assegura um ambiente educacional mais justo e igualitário.

O reconhecimento da diversidade nos processos de trabalho e nas culturas (princípio da valorização das diferentes formas de produção e culturas associadas) é igualmente crucial na EPT. Isso significa que a educação profissional deve ser sensível às especificidades culturais e locais, adaptando-se aos conhecimentos e tradições das comunidades. A valorização dessas formas de saberes e práticas contribui para uma educação mais rica e respeitosa, promovendo a aprendizagem de forma contextualizada e alinhada com as realidades locais (Amorim, 2021).

As instituições educacionais devem ter a liberdade para desenvolver currículos que atendam aos interesses dos estudantes e às demandas locais (princípio da autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos), assegurando que a formação esteja sempre em sintonia com as transformações da sociedade e do mercado de trabalho. Carneiro (2018) propõe que a flexibilidade curricular permita adaptar os conteúdos às necessidades regionais e às novas exigências profissionais, garantindo que os estudantes se mantenham atualizados e preparados para os desafios do futuro.

O perfil profissional dos estudantes (princípio da definição clara dos perfis profissionais de conclusão) deve ser definido com clareza, para que se alinhe tanto às exigências do mercado de trabalho quanto às necessidades sociais, econômicas e ambientais. Ao se definir as competências e habilidades essenciais para o exercício da profissão, a formação dos estudantes se torna mais eficaz, atendendo com precisão as demandas dos diferentes setores da sociedade, e contribuindo para a construção de uma força de trabalho mais capacitada e adaptada às mudanças e desafios contemporâneos (Carneiro, 2018).

As instituições de ensino possuem autonomia para conceber, executar e avaliar seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) (princípio da autonomia institucional na elaboração do PPP), com base nas necessidades da comunidade escolar e dentro dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes nacionais e locais. Segundo o que dizem Sampaio e Almeida (2009), essa autonomia é fundamental para a criação de projetos pedagógicos mais adaptados às realidades e especificidades de cada instituição e região, promovendo uma educação mais eficaz e relevante para os estudantes e suas comunidades.

A cooperação entre diferentes instituições de educação profissional (princípio do fortalecimento da colaboração entre ofertantes de EPT) é crucial para o fortalecimento da qualidade do ensino e a ampliação das oportunidades para os estudantes. Para Borges (2015) e Frigotto e Ciavatta (2012) o fortalecimento das parcerias entre instituições pode gerar um ensino mais completo e diversificado, atendendo a diferentes demandas locais e ampliando as perspectivas dos alunos, além de contribuir para a integração de diferentes saberes e práticas educacionais, promovendo uma formação mais ampla e contextualizada.

A inovação tecnológica, social e de processos (princípio da promoção da inovação em todas as vertentes) deve ser estimulada em todos os aspectos da EPT, de forma que a formação esteja alinhada com as transformações contemporâneas. É fundamental uma educação inovadora que prepare os estudantes para os desafios futuros, não apenas no mercado de trabalho, mas também para contribuir com as mudanças necessárias para o

desenvolvimento social e ambiental, promovendo soluções criativas e sustentáveis para questões globais e locais (Frigotto; Ciavatta, 2012).

5.2 DISCUSSÕES SOBRE AS MATRIZES CURRICULARES DA EPT DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA: IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, FORMAÇÃO TÉCNICA E CIDADÃ

Para construir os resultados aqui apresentados foram analisados os documentos “(1) DCRB Ensino Médio de 2022, (2) Cartilha de Orientação Sobre o Ensino Técnico de Nível Médio de 2021, (3) Plano Estadual de Educação de 2016-2026 e (4) Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Administração de 2024. Nesse primeiro momento, a análise se concentrou na identificação da integração dos princípios diretores da EPT nacional, disciplinados pela Resolução CNE/CP n. 1/2021, junto a esses documentos da EPT na rede estadual da Bahia. Isso porque, a integração desses princípios nos documentos que orientam pedagogias na EPT tende a direcionar uma melhor formação, técnica e social, desde que sejam aplicados de modo coerente com as práticas.

Para relembrar, os princípios listados pela Resolução CNE/CP n. 1/2021, são os apresentados pelo Quadro 3:

Quadro 3. Princípios que devem reger as práticas pedagógicas na EPT

Nº	Princípios
1	Articulação com o setor produtivo
2	Respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas
3	Construção de valores estéticos, políticos e éticos
4	Centralidade do trabalho como princípio educativo
5	Incorporação da pesquisa como princípio pedagógico
6	Tecnologia como fio condutor do saber
7	Indissociabilidade da educação e da prática social
8	Inclusão e valorização das diversidades
9	Interdisciplinaridade no planejamento curricular
10	Contextualização e flexibilização educacional
11	Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local
12	Inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas

13	Atenção às pessoas em regime de acolhimento ou privação de liberdade
14	Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais
15	Valorização das diferentes formas de produção e culturas associadas
16	Autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos
17	Definição clara dos perfis profissionais de conclusão
18	Autonomia institucional na elaboração do PPP
19	Fortalecimento da colaboração entre ofertantes de EPT
20	Promoção da inovação em todas as vertentes

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Revisitados os princípios da EPT nacional, é importante mencionar que a EPT da rede pública da Bahia vem ao longo dos anos buscando pela articulação da teoria, prática, ciência, tecnologia e mundo do trabalho para garantir a sistematização de tais categorias por meio das matrizes curriculares, e, de acordo com o estudo de Pereira (2020), entre os anos de 2009 e 2010 ocorreram algumas mudanças significativas nas matrizes curriculares. Em 2010, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia publicou a Portaria nº 1.128/2010, que tratou da reorganização curricular das escolas de educação básica da rede pública estadual (Pereira, 2020). Embora o foco principal fosse a educação básica, essa portaria também influenciou a estrutura dos cursos técnicos, promovendo uma integração mais efetiva entre a formação geral e a formação profissional.

No período de 2011 a 2018, a Bahia alinhou-se às diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para a EPT (Pereira, 2020; Santos, 2017). A Portaria MEC nº 649/2018 instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM), que incentivou a reformulação dos currículos do ensino médio, incluindo a oferta de itinerários formativos voltados à educação profissional (Pereira, 2020). Nesse contexto, as matrizes curriculares dos cursos técnicos foram adaptadas para atender às novas diretrizes, enfatizando a formação por competências e a articulação com o mundo do trabalho (Santos, 2017; Pereira, 2020).

Em 2019, iniciou-se a elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para o ensino médio, incluindo orientações específicas para a EPT (Bahia, 2022). Esse documento, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabeleceu as diretrizes para a construção de matrizes curriculares que integrassem a formação geral com a

educação profissional, permitindo aos estudantes uma formação mais ampla e conectada às realidades locais (Pereira, 2020).

É importante ressaltar que no ano de 2021, excepcionalmente, em decorrência do contexto pandêmico, trazido pela COVID-19, foi construída pela SEC/Bahia uma matriz curricular específica para o ano letivo Continuum 2020/2021⁴, com integração dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Formação Profissional em atividades presenciais e não presenciais.

A partir de 2022, com a implementação do Novo Ensino Médio, as matrizes curriculares da EPT na Bahia foram novamente revisadas para incorporar os itinerários formativos previstos na legislação. Em 2025, a Bahia alcançou um marco significativo ao ofertar cursos técnicos em todos os municípios do estado, ampliando o acesso à educação profissional e tecnológica. As matrizes curriculares passaram a refletir essa expansão, contemplando uma variedade maior de cursos e eixos tecnológicos, adaptados às especificidades regionais e às demandas socioeconômicas locais.

Para iniciar, a análise da pesquisadora se debruçou sobre a Cartilha de Orientação Sobre o Ensino Técnico de Nível Médio de 2021, de abrangência estadual. De acordo com o documento em questão, o EPT na Bahia deverá ser regido em consonância com a seguinte orientação:

A constituição dos GTs para a construção coletiva do documento tem como principais compromissos as discussões acerca das concepções da educação profissional e da formação dos estudantes alcançados pela política de educação profissional no estado da Bahia, a proposta formativa orienta-se pelo currículo integrado, ao realizar aproximação imbricada entre a política estadual territorial no que diz respeito a questões relacionadas com a territorialidade, com os princípios da equidade, a inclusão, a contemporaneidade e a sustentabilidade, a concepção do trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a intervenção social na relação com as características, peculiaridades da educação plural na Bahia (Bahia, 2021, p. 3).

A nova versão da cartilha orientadora da EPT na Bahia traz em sua síntese textual a indicação de alguns dos princípios estabelecidos pela Resolução de 2021, os quais são “a interdisciplinaridade do planejamento curricular, a Indissociabilidade da educação e da prática social, a Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local, a Inclusão e valorização das diversidades e a Inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, a

⁴ O ano letivo Continuum 2020/2021 traz como base legal a Lei 14.040 de 18/08/2020 que estabeleceu normas educacionais excepcionais em razão do estado de calamidade pública ocasionado pela COVID 19 e a Resolução nº 50 do Conselho Estadual de Educação, de 09/11/2020, normatizando o cômputo da carga horária mínima das escolas da rede estadual de ensino da Bahia, em um currículo de 1.500 horas (700 horas de 2020 mais 800 horas de 2021), resguardadas em suas três fases: 1ª fase - ensino remoto; 2º fase - ensino híbrido; e 3º fase - ensino presencial.

Centralidade do trabalho como princípio educativo, a Incorporação da pesquisa como princípio pedagógico, etc.”. Desse modo, há de se esperar que os demais documentos dos cursos técnicos da EPT na Bahia tenham sido conduzidos dessa forma, guiados em sua elaboração pela presença dos princípios que regem a EPT nacional, os quais possuem base na própria Constituição Federal vigente.

De acordo com Amorim (2021), os planos estaduais educativos são documentos que dispõem de diretrizes relevantes para a composição das matrizes educacionais da EPT em cada estado, o qual deve ainda observar as diretrizes da própria Resolução n. 1/2021 e demais resoluções do CNE/CP que regulam os liames pedagógicos da EPT nacional. Na Bahia, o Plano Estadual de Educação com vigência de 2016 a 2026 foi elaborado a partir da Lei n. 13.559 de 2016, observando os demais diplomas nacionais aqui mencionados. Em seu corpo normativo há algumas menções acerca da agregação dos princípios nos currículos da EPT, os trechos que mencionam tal questão foram extraídos do documento referido em sua íntegra e listados no Quadro 4:

Quadro 4. Princípios da EPT identificados no Plano Estadual de Educação da Bahia (2016-2026)

Nº	Trechos na íntegra do Plano Estadual (2016-2026)	Princípios da EPT
1	“VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação no Estado (p. 3)”.	Articulação com o setor produtivo, Interdisciplinaridade no planejamento curricular, Contextualização e flexibilização educacional, Autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos, Definição clara dos perfis profissionais de conclusão, Fortalecimento da colaboração entre ofertantes de EPT, etc.
2	“IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (p. 3).”	Inclusão e valorização das diversidades, Inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, Atenção às pessoas em regime de acolhimento ou privação de liberdade, Indissociabilidade da educação e da prática social, Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local.
3	“Educação Integral – (6.2) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada com o efetivo trabalho escolar combinado com atividades de aplicação de conhecimento científico, recreativas, esportivas e culturais, sempre conciliadas com o princípio da contextualização e com a abordagem interdisciplinar (p. 20).”	Respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, Construção de valores estéticos, políticos e éticos, Interdisciplinaridade no planejamento curricular, Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, Valorização das diferentes formas de produção e culturas associadas, Autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos, Autonomia institucional na elaboração do PPP.
4	“(7.12) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontrem em regime de privação de liberdade e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal nº	Inclusão e valorização das diversidades, Inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, Atenção às pessoas em regime de acolhimento ou privação de liberdade.

	8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (p. 23).”	
5	“(9.4) realizar processos contínuos de formação de alfabetizadores, em diálogos com as práticas cotidianas de sala de aula e com uma relação de interdependência entre a teoria e a prática, garantindo a observância de princípios fundamentais que orientam a formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos - EJA na perspectiva da Educação Popular (p. 26).”	Respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, Indissociabilidade da educação e da prática social.
6	“(13.5) incentivar a requalificação dos currículos dos cursos de graduação no âmbito do Estado, assegurando mobilidade estudantil e observância dos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade, da transversalidade, da contextualização e da curricularização da pesquisa e da extensão (p. 33).”	Respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, Incorporação da pesquisa como princípio pedagógico, Contextualização e flexibilização educacional.
7	“(15.2) estimular a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio de discussões permanentes com as IES, de modo a consolidar a aquisição das qualificações necessárias para conduzir os diversos processos pedagógicos que combinem formação geral e específicas, em reciprocidade com o princípio pedagógico da contextualidade, da interdisciplinaridade, da simetria invertida, da residência docente e da articulação entre formação acadêmica e base nacional comum do currículo da Educação Básica (p. 35).”	Respeito ao pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas, Incorporação da pesquisa como princípio pedagógico, Contextualização e flexibilização educacional.
8	“(20.8) colaborar para que seja implantado nos sistemas públicos o Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi, no contexto da formulação nacional deste parâmetro e salvaguardado o princípio dos reajustes indispensáveis à proteção financeira para o sucesso do processo de ensino e de aprendizagem, à luz da implantação plena do Custo Aluno-Qualidade - CAQ (p. 41).”	Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local.

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Apesar de não trazer menções claras sobre os princípios da EPT nacional, o Plano Estadual de Educação da Bahia menciona alguns deles e faz alusão a outros quando cita princípios generalistas, a exemplo da gestão democrática e da proteção dos direitos humanos, que abrange um rol extenso dos próprios princípios da EPT. Como dito por Pereira (2020), é preciso que as matrizes específicas dos cursos técnicos na Bahia incluam e, não apenas isso, mas também promovam a aplicação prática desses princípios no dia a dia da sala de aula, em prol de uma formação técnica e cidadã, essencial para a convivência socioeconômica contemporânea.

Outro documento de relevância para a EPT na Bahia é o DCRB, vigente desde 2022, volume 2, destinado ao Ensino Médio. O DCRB de 2022 traz dois tipos de princípios regedores do Ensino Médio na Bahia, sendo eles os princípios gerais e específicos, que foram listados no Quadro 5:

Quadro 5. Princípios do Ensino Médio segundo DCRB de 2022

Nº	Princípios Gerais
1	Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
2	Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber
3	Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
4	Universalização do atendimento escolar
5	Superação das desigualdades educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação
6	Melhoria da qualidade da educação
7	Formação para o desenvolvimento integral do sujeito, nas suas múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, artística, cultural, literária, numa perspectiva omnilateral, para a cidadania e o trabalho, visando à formação de sujeitos éticos, críticos e reflexivos, para a consolidação de uma sociedade democrática e participativa
8	Promoção do princípio da gestão democrática da educação no Estado
9	Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado
10	Valorização dos profissionais da educação
11	Valorização dos princípios do respeito aos direitos humanos, à inclusão, à diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosa e à sustentabilidade socioambiental e respeito à participação das juventudes.
Nº	Princípios Específicos
1	Projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional dos/as estudantes
2	Trabalho como princípio educativo
3	Pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos
4	Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de

	trabalho e das culturas;
5	Diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos/as estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural, local e do mundo do trabalho;
6	Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo
7	Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e de aprendizagem
8	Trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
9	Educação em direitos humanos como princípio nacional embasador
10	Integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização
11	Reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
12	Integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular, enfatizando a inovação e o empreendedorismo social (BRASIL, 2012; BRASIL, 2018; ênfase adicionada)

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Seguindo a linha dos demais documentos da educação estadual na Bahia, o DCRB de 2022 abrangem todos os princípios da EPT nacional disciplinados pelas Resoluções CNE/CP Nº 01, 02, 03 e 04/2017/18/21, Resolução CEE Nº 137/2019, Parecer CNE/CP Nº 15/2017, Portarias do MEC e Leis mencionadas no Quadro 1 apresentado anteriormente pela metodologia desta pesquisa. A incorporação destes princípios aos documentos gerais da educação estadual na Bahia não assegura, de acordo com os estudos de Borges (2015), Carneiro (2018; 2019) e Pereira (2020), que as matrizes dos cursos de EPT integralizem-nos e, mais do que isso, aplique-os em suas práticas pedagógicas, podendo assim haver contradições ou similaridades entre tais documentos.

Para práticas pedagógicas que forneçam uma formação que, além de técnica, seja cidadã, Pereira (2020) destaca ser preciso que as matrizes dos cursos de EPT integrem os princípios que devem reger tais práticas, de modo que a realidade em sala de aula conduza rumo a esse tipo de formação esperada para os cursos nesta modalidade formativa. De acordo

com Freire (2006), a formação educacional é a porta para a mudança social esperada, de modo que a prática de se formar cidadãos capazes de lidar com suas realidades sociais de modo proativo é uma condição que pode alterar e melhorar condições socioeconômicas emergentes, sendo esse o papel da escola na EPT.

No ano de 2012, é publicada a Portaria nº 10.300/2011, no Diário Oficial da Bahia de 31/12/2011 e 01/01/2012, dispondo sobre a criação do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Tecnologia da Informação Régis Pacheco – CEEP Régis Pacheco localizado na cidade de Jequié/BA que passa a oferecer cursos técnicos na modalidade de EPI, PROSUB e PROEJA, sinalizadas pela SUPROT em virtude do potencial empresarial e industrial da microrregião de Jequié em relação à necessidade de formação de profissionais na área, fortalecendo o território de Identidade do Médio rio das Contas.

Desta forma, para fins de alcance dos resultados pretendidos pelos objetivos desta pesquisa, foi analisada o plano/matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, em suas três modalidades, fornecido pelo CEEP Régis Pacheco. De acordo com o documento supramencionado, o objetivo geral do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, é o de:

[...] formar o cidadão e profissional, competente, capaz de **articular teoria à prática**, demonstrando conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar **junto ao setor de administração de empresas, como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de avaliar e auxiliar na tomada de decisões, de acordo com os princípios éticos, humanos e sociais** (Jequié, 2024, p. 5, grifado pela autora).

Os grifos acima revelam que o objetivo integraliza alguns dos princípios da EPT nacional, a exemplo dos princípios do trabalho como princípio educativo, da indissociabilidade entre a teoria e a prática, etc. Além disso, o objetivo menciona ainda alguns outros princípios gerais da EPT nacional, como o empreendedorismo. Segundo Costa (2020) e Santos (2017), estimular a prática do empreendedorismo na educação profissional é relevante para capacitar cidadãos não apenas para o mercado subordinado de trabalho, como sempre ocorreu em períodos remotos, mas também para empreender em seus próprios negócios, propiciando oportunidades singulares e positivas de mudança de vida. Já no rol dos princípios específicos do plano do curso, se tem:

(1) Propiciar a **aquisição de conhecimentos de base científica e humana articulados com os conhecimentos técnicos** direcionados para a área da administração; (2) Criar condições favoráveis para a **articulação entre teoria e prática**, diminuindo a distância entre os saberes técnicos de base científica e os saberes práticos; (3) Criar **canais de interação e diálogo entre o curso e a comunidade do Território Médio Rio das Contas**, com a finalidade de conhecer as potencialidades e problemas relacionados à área da administração; (4) Possibilitar o **desenvolvimento de uma formação crítica que possibilite a compreensão das**

reais necessidades do mercado de trabalho, bem como os mecanismos adequados para sua transformação (Jequié, 2024, p. 5, grifado pela autora).

De acordo com os grifos acima aplicados, os objetivos específicos do plano/matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Administração do CEEP Régis Pacheco, trazem citação de alguns princípios da EPT nacional, a exemplo dos princípios da “Articulação com o setor produtivo, Construção de valores estéticos, políticos e éticos, Centralidade do trabalho como princípio educativo, Incorporação da pesquisa como princípio pedagógico, Indissociabilidade da educação e da prática social, Contextualização e flexibilização educacional, Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local, Valorização das diferentes formas de produção e culturas associadas e outros”. Segundo as concepções de Sá (2019) e Santos (2018), ao integrar tais princípios à sua base formativa as práticas da EPT estadual devem ser materializadas para que a formação, de fato, atinja a essa finalidade de capacitação técnica e cidadã.

Um dos princípios da EPT nacional preocupa-se diretamente com o “perfil profissional de conclusão” e, sobre isso, o plano/matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Administração do CEEP Régis Pacheco dedica um tópico específico para tratar de questões relativas. Na página 6 do plano, é destacado que o perfil deve ser “adequado principalmente à realidade socioeconômica do território de identidade”, abrangendo aqui os próprios “princípios da Indissociabilidade da educação e da prática social, da Articulação com o desenvolvimento socioeconômico local e da Inclusão e valorização das diversidades” (Jequié, 2024, p. 6). Para Pereira (2020) e Santos (2021) a formação de profissionais que sejam capazes de adequar suas práticas às realidades socioeconômicas locais é essencial para a promoção de um exercício laborativo mais cidadã e apto a mudanças.

Não diferente, o plano traz ainda a finalidade da formação destes profissionais, mencionando que eles, após formação na EPT pelo Curso de Administração, devem ser capazes de:

[...] **assimilar conhecimentos, que organizados impulsionem o processo de mudança, articulando a teoria à prática**, e desenvolvendo habilidades e atitudes para atuar junto ao setor de administração das empresas ou ainda como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de avaliar e auxiliar na tomada de decisões na área comercial, de produção e logística, pessoal, financeira, econômica, patrimonial e outras afins, de acordo com os **princípios éticos, humanos, sociais e ambientais** (Jequié, 2024, p. 6, grifado pela autora).

A finalidade do curso reforça a importância de formar profissionais capacitados para a articulação dos seus conhecimentos com os processos de mudanças, correlacionando teorias e

práticas, além de estarem aptos a respeitar os princípios éticos, humanos, sociais e ambientais. Indicativos esses que se alinham perfeitamente aos princípios nacionais da EPT e que, para Silva (2016), são essenciais na formação da nova geração de profissionais que irão lidar com inúmeras questões emergentes em distintas searas da sociedade econômica. Profissionais e seres humanos esses que, segundo Freire (2006; 2020), devem ser capazes de alterar realidades necessárias por meio das suas práticas, incluindo não apenas suas técnicas, como também suas capacidades cidadãs e humanas.

O Curso Técnico em Administração é ofertado em três modalidades, sendo elas: (1) EPI (para alunos que cursam o ensino médio junto com a formação técnica, com duração de 3 anos); (2) PROSUB (para quem já concluiu o ensino médio e deseja obter a formação técnica, com duração média de 1 ano e meio) e (3) PROEJA (para alunos maiores de 18 anos que cursam o ensino médio junto com a formação técnica, com duração de 2 anos e meio). Em cada modalidade dessa existe uma organização curricular própria, sendo elas apresentadas no ano de 2024 nos Quadros 6, 7 e 8 abaixo:

Quadro 6. Organização curricular PROEJA – Matriz vigente desde 2018

MÓDULO I		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
MÓDULO II		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
MÓDULO III		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
MÓDULO IV		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
Base comum – BC		Formação Profissional – FP</

Fonte: Plano do Curso Técnico de Administração do CEEP Régis Pacheco (2024, p. 8)

O plano menciona que, na modalidade do PROEJA, o curso é estruturado em cinco módulos curso é estruturado por cinco módulos autônomos e interdependentes, permitindo

que os alunos desenvolvam competências técnicas e habilidades gerenciais, distribuídos ao longo de dois anos e meio e totalizam 4.340 horas. Cada módulo abrange competências, habilidades e valores alinhados ao perfil profissional, permitindo que os estudantes desenvolvam competências técnicas e habilidades gerenciais desde o início da formação. Ao concluir todos os módulos, o estudante obtém a habilitação profissional técnica de nível médio (Jequié, 2024).

Quadro 7. Organização curricular EPI – Matriz vigente de 2019 a 2024

1ª SÉRIE		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
2ª SÉRIE		
Base comum – BC		Formação Profissional – FP
3ª SÉRIE		
Base comum – BC	Formação Profissional	Estágio Supervisionado/TCC

Fonte: Plano do Curso Técnico de Administração do CEEP Régis Pacheco (2024, p. 7)

No EPI, o curso tem carga horária de 3.540 horas, distribuídas em três anos letivos. Abrange os conhecimentos do Ensino Médio em três áreas do núcleo comum, organizadas em unidades anuais. Cada unidade desenvolve competências, habilidades e valores alinhados ao perfil profissional, promovendo uma formação ampla e eficiente. (Jequié, 2024).

Quadro 8. Organização curricular PROSUB – Matriz vigente 2019 a 2024

MÓDULO I		
Formação Técnica Geral – FG	Formação Profissional – FP	
MÓDULO II		
Formação Técnica Geral – FG	Formação Profissional – FP	
MÓDULO III		
Formação Técnica Geral – FG	Formação Profissional – FP	Estágio/TCC

Fonte: Plano do Curso Técnico de Administração do CEEP Régis Pacheco (2024, p. 7)

Na modalidade PROSUB, a média da carga horária é de 1.120 horas, e os componentes curriculares abrangem disciplinas de formação técnica, qualificando para ocupações específicas e, ao final do percurso, conferindo a habilitação profissional técnica de nível médio (Jequié, 2024).

O Curso de Administração tem suas práticas orientadas pelas diretrizes específicas e estruturantes da matriz curricular. A matriz curricular do Curso Técnico em Administração do CEEP Régis Pacheco segue um modelo estruturado para oferecer uma formação ampla e aplicada na área de Gestão e Negócios. Essa matriz é baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNs) e nas orientações da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Os componentes curriculares abrangem disciplinas de formação geral e específicas, dedicadas a um processo formativo mais amplo e eficiente para a atuação profissional e cidadã. No Quadro 9 são listados todos os componentes curriculares do curso (Jequié, 2024):

Quadro 9. Componentes curriculares do Curso Técnico em Administração

Formação Geral (Base Comum) – Administração
Língua Portuguesa e Literatura
Língua Estrangeira Moderna - Inglês
Artes
Educação Física
Metodologia do Trabalho Científico
Matemática
Física
Química
Biologia
Higiene Saúde e Segurança do Trabalho
História
Geografia
Filosofia
Sociologia
Projeto de vida
Projeto Experimental

Formação Profissional – Administração (comum às modalidades)
Administração Mercadológica
Empreendedorismo e Intervenção Social
Fundamentos da Administração
Gestão de Produtividade
Métodos e Técnicas Administrativas
Administração do Terceiro Setor
Administração Financeira
Contabilidade Geral
Contabilidade Gerencial e de Custos
Economia e Mercado
Gestão de Impactos socioambientais
Gestão de Pessoas
Gestão de Qualidade
Direito Aplicado
Gestão de Operações Logísticas
Sistema de Informação Gerencial
Estudos Orientados e Complementares
Estágio Supervisionado/TCC– Administração (comum às modalidades)
Carga horária de 140 horas Realização em empresas, órgãos públicos ou organizações privadas. Objetivo: proporcionar vivência prática em ambiente profissional.
Desenvolvido ao longo do curso para fomento da pesquisa. Inclui desde um Plano de Negócios ou um estudo de caso real de uma empresa.

Fonte: Elaboração da autora (2025)

Embora exista uma base comum, cada escola pode apresentar pequenas variações no currículo, ajustando-se a demandas específicas da região ou da instituição, residindo aqui o que Pereira (2020) chama de “princípio da autonomia na composição do PPP e das matrizes curriculares para cada instituição de ensino”. O curso é estruturado para preparar os alunos tanto para a inserção imediata no mercado de trabalho, em áreas como Administração, Gestão Financeira, Recursos Humanos e Logística, quanto para a continuidade dos estudos em cursos superiores dessas áreas. Os componentes curriculares da matriz do Curso Técnico de Nível

Médio em Administração do CEEP Régis Pacheco englobam disciplinas que tratam dos conteúdos específicos mais direcionados à formação técnica, como as disciplinas de “Fundamentos da Administração, Gestão de Produtividade e outras”.

A grade curricular envolve ainda disciplinas destinadas à formação cidadã dos profissionais, assim como orienta os documentos que regem a EPT nacional e estadual, a saber das disciplinas “Gestão de Impactos Socioambientais” e “Mundo do Trabalho Empreendedorismo e Intervenção Social”. No entanto, observando o rol dos 20 princípios apresentados pelo Quadro 3 desta pesquisa, fica percebida uma carência de disciplinas que possam, na prática, trabalhar de forma mais adequada outros princípios da formação na EPT, tais como os princípios da “Inclusão e valorização das diversidades, Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais e outras”. No entanto, há de se considerar, como mencionado pelo estudo de Sampaio (2009), que estes princípios podem ser trabalhados dentro de outras disciplinas que já integram os componentes curriculares do curso, a exemplo de “Projeto de vida” e “Estudos Orientados e Complementares”. De modo geral, a matriz curricular do Curso Técnico em Administração no CEEP Régis Pacheco adota os princípios da EPT de forma eficiente, em prol de uma formação técnica e cidadã.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DE CONTRADIÇÕES E SIMILARIDADES NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA BAHIA

Após análise dos documentos, observou-se que os textos apresentam um parâmetro detalhado das orientações curriculares da EPT na rede pública estadual da Bahia, com foco nos princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CP n. 1/2021. Ao longo da discussão, foi possível identificar tanto similaridades quanto contradições entre os documentos analisados e os princípios da EPT nacional. Essas similaridades e contradições refletem os desafios e avanços na implementação de uma formação técnica e cidadã alinhada às demandas contemporâneas, as quais serão indicadas pelos próximos parágrafos.

Uma das principais similaridades observadas é a integração dos princípios da EPT nacional nos documentos curriculares da Bahia, como o Plano Estadual de Educação (2016-2026) e o DCRB de 2022. Ambos os documentos mencionam princípios como a interdisciplinaridade, a contextualização, a indissociabilidade entre teoria e prática, e a centralidade do trabalho como princípio educativo, o que está alinhado com as reflexões de Frigotto e Ciavatta (2012), que defendem o trabalho como eixo estruturante da formação

humana. Esses princípios são essenciais para garantir uma formação que vá além da técnica, promovendo a cidadania e a inserção social dos estudantes, em consonância com Freire (1996), que destaca a educação como um ato político e emancipador. No entanto, apesar dessas menções, há uma contradição na aplicação prática desses princípios, já que nem todas as matrizes curriculares dos cursos técnicos, como o de Administração do CEEP Régis Pacheco, demonstram uma incorporação plena e efetiva desses elementos. Vale ressaltar que as matrizes passavam por reestruturação e mudanças.

Outra similaridade relevante é a preocupação com a articulação entre a formação técnica e o desenvolvimento socioeconômico local. Tanto o Plano Estadual de Educação da Bahia quanto o DCRB de 2022 enfatizam a importância de adaptar os currículos às realidades regionais, promovendo a inclusão e a valorização das diversidades, o que reflete a ideia de Arroyo (2019) sobre o currículo como um território em disputa, onde se confrontam interesses sociais e culturais. Essa abordagem é fundamental para garantir que os egressos dos cursos técnicos estejam preparados para atuar em seus territórios, contribuindo para o desenvolvimento local, um aspecto também defendido por Gramsci (1993) ao discutir a formação de intelectuais orgânicos, preparando-os para interagirem de forma adequada com seus respectivos territórios, evitando assim atuações desconexas que possam trazer prejuízos socioeconômicos.

Contudo, há uma contradição nessa perspectiva, pois, embora os documentos mencionem a inclusão e a valorização das diversidades, as matrizes curriculares analisadas do Curso Técnico em Administração, não apresentam disciplinas específicas que abordem de forma direta temas como identidades de gênero, étnico-raciais ou inclusão de pessoas com deficiência, o que sugere uma lacuna entre o discurso e a prática, conforme analisado por Pereira (2020). Essa lacuna pode comprometer a efetividade dos princípios EPT na formação de profissionais que sejam verdadeiramente preparados para lidar com as complexidades e diversidades do mundo contemporâneo. A ausência de conteúdos específicos sobre essas temáticas nas matrizes curriculares indica que, embora haja uma intenção declarada de promover a inclusão e a valorização das diferenças, a operacionalização desses princípios ainda é insuficiente.

A incorporação da pesquisa como princípio pedagógico é outro ponto de similaridade entre os documentos analisados e os princípios da EPT nacional. Tanto o DCRB quanto o Plano do Curso Técnico em Administração destacam a importância da pesquisa para a inovação e a construção de novos conhecimentos, alinhando-se à concepção freireana de educação problematizadora e crítica (Freire, 2011). Essa abordagem é crucial para uma

formação que incentive a criatividade e a resolução de problemas. No entanto, há uma contradição na forma como essa prática é implementada. Enquanto o DCRB propõe a pesquisa como um eixo central, o plano do curso técnico limita-se a mencionar a pesquisa de forma genérica, sem detalhar como ela será integrada ao cotidiano dos estudantes, o que pode comprometer a efetividade desse princípio na prática pedagógica, segundo Bardin (2016).

A flexibilização e a autonomia na construção dos itinerários formativos são princípios que aparecem tanto na Resolução CNE/CP n. 1/2021 quanto nos documentos da Bahia. O DCRB, por exemplo, menciona a importância de oferecer múltiplas trajetórias aos estudantes, adaptando-se às suas necessidades e interesses, o que está em consonância com a defesa de Saviani (2015) de uma educação que respeite os sujeitos e suas trajetórias. Essa abordagem é essencial para garantir uma formação mais personalizada e inclusiva. Contudo, há uma contradição na forma como essa flexibilização é aplicada. A análise do Curso Técnico em Administração revela que, embora haja uma estrutura modular, as opções de escolha dos estudantes ainda são limitadas, o que pode restringir a autonomia e a personalização da formação, como alertam Lakatos e Marconi (2021).

A valorização do trabalho como princípio educativo é outro ponto de convergência entre os documentos analisados e os princípios da EPT nacional. Tanto o Plano Estadual de Educação quanto o DCRB destacam a importância de integrar a formação técnica ao mundo do trabalho, preparando os estudantes para atuarem de forma crítica e ética, o que dialoga com Marx (1988) ao afirmar o trabalho como elemento fundante da consciência humana. No entanto, há uma contradição na forma como esse princípio é aplicado. A análise do Curso Técnico em Administração revela que, embora haja uma preocupação com a formação técnica, há pouca ênfase em questões como a ética profissional e a responsabilidade social, que são essenciais para uma formação cidadã, conforme discute Freire (2006).

Em síntese, embora os documentos analisados demonstrem uma preocupação em alinhar as matrizes curriculares da EPT na Bahia aos princípios nacionais, há várias contradições na aplicação prática desses princípios. Essas contradições refletem os desafios de implementar uma formação técnica e cidadã que seja, de fato, inclusiva, contextualizada e alinhada às demandas contemporâneas, o que, segundo Amorim (2021), requer uma proposta de formação integral e intercultural. Para superar esses desafios, é essencial que as instituições de ensino promovam uma maior integração entre os princípios da EPT e as práticas pedagógicas, garantindo que a formação dos estudantes seja, de fato, técnica e cidadã, como defendem Freire (2020) e Gramsci (1993).

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo o produto educacional (cartilha) desenvolvido após realização desta pesquisa será apresentado. O próximo subcapítulo trará algumas considerações acerca do plano de desenvolvimento deste produto. Enquanto os demais subcapítulos trarão, respectivamente, a descrição do produto desenvolvido e a validação deste que foi feita a partir da realização de uma “roda de conversa” com sujeitos que interagem diretamente com o campo educacional aqui analisado.

6.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A Área de Ensino da CAPES é caracterizada por ser essencialmente de pesquisa translacional, o que significa, nesse caso específico, que há uma intenção de que os conhecimentos produzidos sejam aplicados, com possibilidades de replicação, em contextos reais por meio de produtos e processos educativos (BRASIL, 2019).

O desenvolvimento de um produto educacional é um dos objetivos do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Diante disto, o presente projeto pretende desenvolver uma Cartilha Digital como recurso pedagógico e didático para a formação de professores que atuam na EPT.

O conteúdo do produto educacional será produzido ao longo do processo de pesquisa e a cartilha digital trará reflexões quanto as novas exigências formativas para os(as) nossos(as) estudantes em uma perspectiva emancipatória, além de reunir uma série de estratégias para a realização de discussões críticas por parte dos docentes para a abordagem do trabalho enquanto um atributo emancipatório.

Portanto, nosso produto técnico se pretende enquanto um material didático de apoio, direcionado à orientação docente de como trabalhar de forma transversal à temática do trabalho enquanto atividade essencialmente humana, responsável por formar o ser social, ordenar as dinâmicas sociais e promover transformações, tanto da natureza quanto da cultura.

6.2 DESCRIÇÃO DA CARTILHA “EDUCAÇÃO E TRABALHO”

A **cartilha Educação e Trabalho** (Apêndice A) busca aprofundar a relação entre formação humana e mundo do trabalho na EPT da Rede Estadual da Bahia. Estruturada como um instrumento didático para docentes, a cartilha não se limita à formação técnica voltada ao

mercado, mas propõe uma abordagem crítica e emancipatória. Seu objetivo é possibilitar uma compreensão ampliada do trabalho como princípio educativo, superando a visão restrita da capacitação profissional e promovendo a atuação cidadã. Essa perspectiva dialoga diretamente com as reflexões de Paulo Freire, que enfatiza a necessidade de uma educação libertadora, na qual o aprendizado não se reduz à mera transmissão de conhecimento, mas se estrutura como um processo dialógico e crítico (Freire, 2011).

Na primeira parte, a cartilha discute as correlações entre formação humana e trabalho, destacando como a educação deve estar conectada ao desenvolvimento social e histórico. A formação humana, segundo o material, não é um processo isolado, mas ocorre em interação com a sociedade e suas transformações. Esse pensamento se alinha com a concepção freireana de educação como prática da liberdade, em que o indivíduo aprende a "ler o mundo" antes de simplesmente absorver conteúdos escolares (Freire, 2006). Além disso, a cartilha reforça a ideia do trabalho como um elemento estruturante da existência humana, indo além de sua função econômica e incorporando aspectos sociais, culturais e políticos.

A segunda parte aborda a conexão entre trabalho e educação, enfatizando que a formação profissional não deve ser dissociada da reflexão crítica sobre o papel do trabalho na sociedade. Segundo Antunes (2009), citado na cartilha, o trabalho tem um papel central no desenvolvimento humano, sendo um processo dinâmico que molda a experiência social. Freire (2011) corrobora essa visão ao afirmar que o aprendizado só se efetiva quando os sujeitos são protagonistas do conhecimento, compreendendo sua realidade e transformando-a por meio da ação. Dessa forma, a cartilha incentiva uma formação que não apenas prepare o estudante para o mercado, mas que também o capacite a questionar as condições do mundo do trabalho e atuar na construção de alternativas mais justas e igualitárias.

Na terceira parte são apresentadas orientações metodológicas para a EPT na Bahia, destacando a importância da integração curricular, da valorização dos diferentes saberes e da autonomia dos estudantes. O material propõe uma abordagem pedagógica baseada na resolução de problemas e na reflexão crítica, em oposição ao ensino tradicional baseado na memorização e na reprodução de conteúdos. Esse método está alinhado com a proposta freireana de um ensino que estimula a curiosidade, o diálogo e a autonomia do educando (Freire, 2006). Além disso, a cartilha enfatiza o papel do professor como mediador do conhecimento, promovendo práticas pedagógicas que incentivem a colaboração e o pensamento crítico.

Assim, no contexto da EPT, a cartilha assume um papel essencial ao propor uma formação que transcende a qualificação técnica e incorpora valores como ética, justiça social

e cidadania. Ao compreender o trabalho como um direito e um meio de emancipação, o material se aproxima das ideias de Freire, que defende uma educação voltada para a transformação social e a superação das desigualdades. Assim, a cartilha não apenas orienta a prática docente, mas também contribui para o fortalecimento de uma educação crítica e libertadora, capaz de formar sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais equitativa.

6.3 VALIDAÇÃO DO PRODUTO: RODA DE CONVERSA

Para a validação do manual enquanto um produto educacional, que além de cumprir os requisitos essenciais para a conclusão do referido Mestrado e para a obtenção do título profissional pretendido, ansiamos por torná-lo útil à comunidade que compõe a EPT da Rede Estadual de Educação da Bahia, tanto aos docentes quanto aos discentes.

Desse modo, após a confecção de sua primeira versão, apreciada inicialmente pela autoridade competente por orientar este trabalho e feitos os devidos ajustes que eventualmente serão sugeridos, realizaremos uma bateria de testes, contando com a colaboração de professores(as) que atuam na EPT na Rede Estadual da Bahia, a fim de colhemos entre eles as principais impressões sobre a utilidade, a conformidade, as potencialidades e as deficiências do produto educacional proposto.

Cabe ressaltar que, esse experimento teve como público-alvo os docentes que atuam na rede estadual de educação, que se voluntarie para a avaliação, cujas impressões colhidas poderão ou não fazer parte dos resultados apresentados no texto dissertativo. Suas participações serão voluntárias, o critério de participação será unicamente atuar na referida rede, independentemente de seu vínculo profissional, cujo número total de participantes ficará a critério da pesquisadora. Informamos ainda que a identidade e os dados dos participantes não serão em momento nenhum divulgados, sendo, portanto, essa uma etapa que não compõe os procedimentos metodológicos desta pesquisa, podendo ou não ser realizado, dependendo somente da sugestão do orientador.

Caso esta etapa complementar seja realizada, utilizaremos as impressões colhidas no experimento para refinarmos o produto educacional, de modo a torná-lo mais aplicável a realidade e as necessidades da EPT ofertada pela Rede Estadual de Educação da Bahia.

6.3.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DA VALIDAÇÃO A PARTIR DA RODA DE CONVERSA

Para validar o produto educacional, foi aplicado previamente um termo de consentimento (Apêndice B), onde todos os participantes anuíram em contribuir com a pesquisa e, posteriormente, foi aplicado um questionário (Apêndice C), contendo três perguntas iniciais para caracterizar os participantes, buscando saber o gênero, em qual disciplina lecionam e qual o tempo de atuação profissional na EPT. Além dessas, foram aplicadas mais cinco perguntas subjetivas com o propósito de saber dos participantes como eles caracterizavam o produto educacional, quais conteúdos poderiam ser abordados a partir do produto educacional, quais estratégias poderiam ser implementadas tendo o produto como recurso pedagógico, qual a relevância do conteúdo apresentado pelo produto na prática pedagógica dos professores da EPT e os pontos positivos e negativos visualizados por eles em relação ao produto. Os resultados obtidos são apresentados nos próximos parágrafos.

A validação do produto educacional Educação e Trabalho foi realizada com a participação de oito professores da EPT da Rede Estadual da Bahia, sendo quatro homens e quatro mulheres, quatro licenciados da Base Comum e quatro bacharéis da Base Técnica. O grupo avaliador possuía tempos de atuação variando entre um e dez anos, o que garantiu diversidade de perspectivas na análise do material. Os resultados indicaram que a cartilha foi bem recebida pelos docentes, sendo caracterizada como um recurso educativo relevante, inovador e bem fundamentado. Os avaliadores destacaram seu potencial para provocar reflexões sobre o papel do professor na educação profissional, incentivando uma abordagem formativa que vá além da capacitação técnica e promova a emancipação dos estudantes.

Em relação aos conteúdos abordados, a cartilha foi elogiada por tratar de temas essenciais para a EPT, como a relação entre formação humana e trabalho, a crítica à visão reducionista do ensino voltado exclusivamente ao mercado e a importância do trabalho como princípio educativo. Os professores apontaram que o material permite uma compreensão ampliada da educação profissional, articulando teoria e prática e promovendo uma formação mais crítica e reflexiva. Além disso, a cartilha sugere metodologias ativas e estratégias pedagógicas que valorizam a autonomia dos estudantes, como debates, estudos de caso, aprendizagem baseada em projetos e o uso de tecnologias educacionais, o que foi considerado um diferencial positivo.

Outro ponto levantado pelos avaliadores foi a versatilidade do material, que pode ser utilizado em diversas áreas do ensino, independentemente do curso ou disciplina. Alguns

professores mencionaram que a cartilha serve como uma orientação essencial para educadores que estão ingressando na EPT, funcionando como um guia para estruturar suas práticas pedagógicas. O material também foi reconhecido por fortalecer a formação continuada dos docentes, podendo ser utilizado em Jornadas Pedagógicas e encontros formativos, o que amplia seu impacto dentro da rede de ensino. A aplicabilidade do produto educacional foi considerada ampla, permitindo sua adaptação para diferentes contextos e metodologias.

No que diz respeito às estratégias pedagógicas que podem ser implementadas com base no material, os professores sugeriram abordagens como projetos interdisciplinares, rodas de conversa sobre a relação entre trabalho e educação, e estudos de caso sobre trajetórias profissionais e o impacto da educação na inserção no mundo do trabalho. O incentivo ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) também foi apontado como um aspecto positivo, pois possibilita a diversificação das práticas pedagógicas e amplia o alcance das discussões propostas pela cartilha. Além disso, alguns docentes sugeriram a realização de mentorias para apoiar os professores na aplicação das metodologias indicadas.

Embora o material tenha sido amplamente elogiado, algumas sugestões de melhorias foram apontadas. Os avaliadores sugeriram a inclusão de exemplos práticos de aplicação das metodologias propostas, tornando a cartilha ainda mais acessível para os docentes. Além disso, foi mencionada a necessidade de ajustes na linguagem em alguns trechos para torná-la mais didática, especialmente para professores sem formação específica na área educacional. Outro ponto levantado foi a diagramação, que poderia ser mais adaptada ao formato de cartilha para facilitar a leitura e consulta rápida. Essas sugestões indicam que, embora o produto já seja um recurso valioso, há espaço para aprimoramentos que podem torná-lo ainda mais eficiente e acessível.

No geral, os resultados da validação demonstraram que a **cartilha Educação e Trabalho** representa um avanço significativo para a EPT, oferecendo um suporte teórico e metodológico sólido para os docentes. O material contribui para a qualificação da prática pedagógica ao promover uma educação profissional crítica e integrada, que não se limita à capacitação técnica, mas busca formar cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Ao destacar o trabalho como princípio educativo e incentivar metodologias inovadoras, a cartilha reforça a importância de uma educação transformadora, alinhada às demandas contemporâneas. Dessa forma, sua implementação pode fortalecer a formação docente e impactar positivamente a trajetória dos estudantes da EPT.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que a relação entre educação e trabalho na EPT da Rede Estadual da Bahia ainda enfrenta desafios na consolidação de uma formação que vá além da capacitação teórica. A análise das matrizes curriculares revelou que, embora haja a presença de componentes que buscam integrar conhecimento técnico e formação cidadã, a abordagem predominante ainda tende a priorizar as exigências do mercado de trabalho. A pesquisa evidenciou que a construção de um ambiente educacional crítico e reflexivo depende de práticas pedagógicas que considerem o trabalho como princípio educativo e não apenas como meio de inserção no mundo produtivo.

Ao analisar a matriz curricular do curso técnico em Administração do CEEP Régis Pacheco, constatou-se a incorporação de diretrizes da EPT nacional, com componentes curriculares que contemplam a formação técnica e humana. No entanto, identificou-se a ausência de disciplinas específicas que aprofundem a valorização das diversidades e dos processos de inclusão social, elementos fundamentais para a formação cidadã. Apesar disso, os documentos que orientam a EPT na Bahia demonstram alinhamento com os princípios nacionais, ainda que possam ser aprimorados para fortalecer a integração entre teoria e prática e fomentar uma perspectiva mais crítica sobre o mundo do trabalho.

A reflexão sobre os fundamentos teóricos que sustentam a prática educativa evidenciou a necessidade de atualização constante dos conteúdos e metodologias de ensino. A investigação recorreu aos aportes de autores como Paulo Freire, Saviani e Frigotto para demonstrar que, apesar da base teórica robusta que fundamenta a EPT, os desafios contemporâneos exigem inovações pedagógicas. A pesquisa indicou que a articulação entre teoria e prática, aliada à formação continuada dos docentes, é essencial para construir uma educação que não apenas prepare os alunos para o mundo do trabalho, mas que também os capacite para a leitura crítica da realidade e para a transformação social.

A pesquisa também ressaltou a importância da formação continuada dos professores como um dos fatores centrais para a qualificação do ensino na EPT. Os dados apontaram que a atualização constante e o aprimoramento de metodologias pedagógicas são indispensáveis para que os docentes consigam adequar suas práticas às demandas do século XXI. Quando os professores participam de programas de capacitação e refletem sobre suas metodologias, tornam-se agentes ativos de mudança, capazes de estimular o protagonismo estudantil e a construção de um ambiente de ensino mais dinâmico e inclusivo.

A adaptação dos currículos às realidades locais foi outro aspecto central identificado na investigação. A pesquisa demonstrou que a padronização excessiva das matrizes curriculares pode limitar a eficácia das práticas educacionais, desconsiderando as especificidades culturais e socioeconômicas dos estudantes. A incorporação de saberes tradicionais e acadêmicos favorece a construção de um currículo contextualizado, que dialogue diretamente com a vivência dos educandos, fortalecendo sua identidade cultural e promovendo uma formação mais inclusiva e significativa.

A relação entre trabalho e formação técnica foi analisada de forma ampla, evidenciando a necessidade de superar a visão reducionista do ensino voltado apenas à empregabilidade. A pesquisa indicou que o currículo deve permitir que os alunos compreendam criticamente as transformações do mercado e as condições sociais que o cercam. Dessa forma, uma formação que integre aspectos técnicos e humanísticos pode não apenas qualificar os estudantes para o exercício profissional, mas também prepará-los para o exercício da cidadania e para a atuação ativa na construção de uma sociedade mais justa.

A análise dos documentos legais e das diretrizes curriculares apontou desafios para a implementação de uma educação transformadora na EPT. Os resultados demonstraram que, para que o currículo se torne um instrumento de emancipação social, é necessário um compromisso contínuo dos gestores, professores e da comunidade escolar na revisão e adaptação das práticas pedagógicas. Apenas dessa forma as diretrizes curriculares poderão se concretizar em ações reais e eficazes, que atendam às necessidades dos estudantes e do contexto educacional atual.

A pesquisa reforçou a importância de uma educação que compreenda o trabalho não apenas como qualificação técnica, mas como um processo de formação crítica e social. A pesquisa demonstrou que, ao integrar o trabalho ao currículo de maneira crítica, os alunos podem desenvolver uma percepção mais ampla sobre as relações de poder e as condições de produção na sociedade. Essa abordagem fortalece sua capacidade de transformar a realidade, reafirmando o papel da educação na promoção da justiça social e na construção de um ambiente mais equitativo.

Foram identificados desafios relacionados à rigidez das avaliações e à estrutura tradicional das práticas pedagógicas, que nem sempre acompanham as mudanças tecnológicas e sociais. A pesquisa apontou que a superação desses desafios depende da construção de um ambiente educativo que estimule a criatividade, a reflexão crítica e a colaboração entre os estudantes. A adoção de metodologias inovadoras e ativas mostrou-se essencial para tornar o

ensino mais significativo e alinhado às necessidades do século XXI, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos alunos.

O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa consistiu em uma cartilha digital voltada para docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) da Rede Estadual da Bahia. O material foi elaborado com o objetivo de fortalecer a articulação entre educação e trabalho, promovendo uma abordagem crítica que transcenda a visão instrumental do ensino técnico. Fundamentada em autores como Paulo Freire, Saviani e Frigotto, a cartilha apresenta reflexões teóricas sobre o trabalho como princípio educativo e sugere estratégias metodológicas para que os professores possam integrar formação técnica e humanística em suas práticas pedagógicas. Além disso, o material enfatiza a necessidade de uma formação cidadã, considerando o contexto social e econômico dos estudantes da EPT, para que eles não apenas ingressem no mercado de trabalho, mas também compreendam suas relações e desigualdades estruturais.

A validação do produto foi realizada com oito professores da EPT (homens e mulheres), sendo quatro licenciados da Base Comum e quatro bacharéis da Base Técnica, com tempos de atuação variados. Os avaliadores reconheceram a cartilha como um recurso educativo inovador, bem fundamentado e essencial para a prática docente. Os principais pontos positivos indicados foram a consistência teórica, a abordagem crítica e a aplicabilidade do material em diferentes áreas do ensino profissionalizante. Como sugestões de aprimoramento, destacaram-se a necessidade de exemplos práticos mais detalhados e ajustes na linguagem para torná-la ainda mais acessível a docentes sem formação específica na área da educação. No geral, a validação demonstrou que o produto contribui significativamente para a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas na EPT, fortalecendo o papel do professor na construção de uma educação crítica e emancipatória.

Por fim, a pesquisa evidenciou a necessidade de repensar o currículo da EPT como um instrumento dinâmico e integrador, capaz de promover a formação integral dos estudantes. Os resultados demonstraram que uma educação que combine qualificação técnica e formação crítica é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Dessa forma, reforça-se a importância da inovação pedagógica, da valorização dos saberes locais e da capacitação contínua dos profissionais da educação como elementos fundamentais para a construção de um sistema educacional que efetivamente contribua para a transformação social e para a promoção da justiça educativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Carina Cruz do Nascimento de. **Educação profissional e tecnológica quilombola: uma proposta para formação integral e intercultural**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Salvador: IFBA, 2021.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BAHIA. **Decreto nº 10.955/2000**, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 21 de dezembro de 2007. Disponível em <https://www.ba.gov.br/egba/>. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BAHIA. **Decreto nº 11.355/2008**, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 04 de dezembro de 2008. Disponível em <https://www.ba.gov.br/egba/>. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio (DCRB): leis, pareceres e resoluções**. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. 05 de jan. de 2025.

BAHIA. Volume 2. Salvador: Secretaria Estadual de Educação, 2022. Disponível em: http://dcrb.educacao.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2023/04/documento_curricular_da_etapa_d_o_ensino_medio_29-03_.pdf. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BAHIA. **Educação Profissional**. Salvador: Secretaria de Educação, 2023. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional1>. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BAHIA. **Cartilha de Orientações sobre o Ensino Técnico de Nível Médio**. 2021. SEC/SUPROT. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/ementas-dos-cursos>. 05 de jan. de 2024.

BAHIA. **Plano Estadual de Educação (2016-2026)**. Secretaria de Educação, 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/ementas-dos-cursos>. 05 de jan. de 2024.

BAHIA. **Estado investe mais de R\$ 1,8 bilhão em colégios estaduais e reduz 50% da evasão dos estudantes na Bahia**. Governo da Bahia, 2024. Disponível em: <https://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/estado-investe-mais-de-r-18-bilhao-em-colégios-estaduais-e-reduz-50-da-evasao-dos-estudante>. Acessado em: 10 de dez. de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BORGES, Ricardo Henrique de Jesus. **As práticas pedagógicas de articulação com o mundo do trabalho na Educação de Jovens e Adultos: experiências do PROEJA no Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP Newton Sucupira / Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BRASIL. **Lei n. 9/394, de 1996 (LDB)**. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 15 de fev. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acessado em: 15 de jan. de 2025.

CARNEIRO, Ana Carolina Santos. **Proposta de inovação no currículo do PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional de Feira de Santana-BA: uma estratégia para o reconhecimento social dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2018.

CARNEIRO, Eudite Fernandes. **A recontextualização do currículo no Ensino Médio: estudo de caso do Ensino Médio com Integração Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Educação Básica) – Programa de Educação em Ensino. Vitória da Conquista: UESB, 2019.

COSTA, Rosemeyre Alvaia Pinho. **Estágio na educação profissional técnica de nível médio: a formação no mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação. Salvador: UFBA, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: 155 Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 270-271, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **A alternativa pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2000 6v.

IBGE. **Estados e Cidades: Bahia. Censos 2022, 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acessado em: 10 de dez. de 2024.

JEQUIÉ. **Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Administração**. Secretaria de Educação, 202a. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/ementas-dos-cursos>. 05 de ago. de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: volume 1. São Paulo: Ed. Nova Cultural, [1867] 1988.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. **Elementos do materialismo histórico e dialético**. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

PEREIRA, Ildevânia de Jesus. **Trabalho como princípio educativo e educação integral nas matrizes curriculares da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Salvador: IFBA, 2020.

PIMENTEL, Celeste Aparecida. **A Lei n. 10.639/03 e as questões étnico-raciais no currículo do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – Caetité/BA**: um estudo no curso técnico de Secretariado – PROEJA. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2016.

SÁ, Genivaldo Ferreira. **A inserção dos alunos do PROEJA, egressos de um Centro de Educação Profissional, no mundo do trabalho por meio do Programa Primeiro Emprego do Governo Estadual em Cícero Dantas-BA**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2019.

SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva. Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma visão histórica da educação profissional. In: **Cem anos de educação profissional no Brasil**: história e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009). Vera Lúcia Bueno Fartes, Virlene Cardoso Moreira, organizadoras. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 15-27. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/memorial/arquivos-memorial/cem-anos-de-educacao-compressed.pdf>. Acessado em: 15 de dez. de 2024.

SANTOS, Jársia de Melo. **A presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das políticas de qualificação profissional (PRONATEC)**: descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro de Freitas-BA. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2018.

SANTOS, Maria Candeias Conceição. **Entre o prescrito e o praticado**: um estudo de caso sobre o currículo da EJA na Escola Professor George Fragoso Modesto, Complexo Penitenciário Lemos de Brito, em Salvador – Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em

Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2017.

SANTOS, Valdir dos. **Trajetórias formativas de jovens estudantes do PROEJA no CEEP PIO XII – Jaguaquara/BA**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Salvador: UNEB, 2021.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan.-abr. 2007.

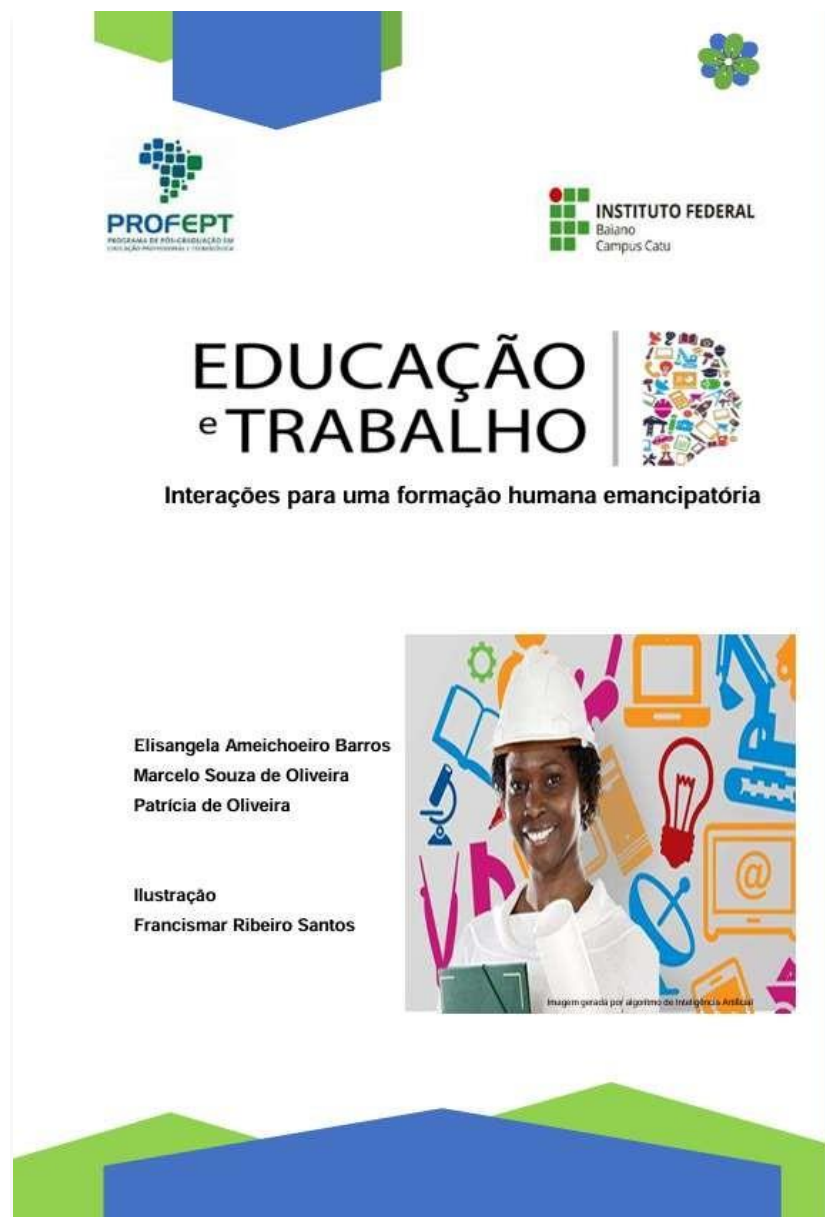
SAVIANI, Demerval. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SILVA, Naiaranize Pinheiro da. **Juventude e escola**: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas. Tese (Doutorado em Políticas e Gestão da Educação) – Programa de pós-graduação em Educação. Salvador: UFBA, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Dirceu da Silva Daniel Bueno. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL (CARTILHA “EDUCAÇÃO E TRABALHO”)



APRESENTAÇÃO

Esta cartilha foi elaborada para auxiliar a prática pedagógica dos docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica – EPT na Rede Estadual de Educação da Bahia e ao mesmo tempo configura o produto educacional que é parte da dissertação de mestrado intitulada: “Interações entre trabalho e emancipação humana: considerações acerca do currículo da Educação Profissional e Tecnológica da rede pública estadual da Bahia”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) na instituição associada Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano.

A cartilha se torna uma ferramenta de conhecimento para questões sobre os sentidos atribuídos ao trabalho e a dimensão da formação humana, além de trazer orientações metodológicas, considerando que a EPT deve extrapolar o conceito de competência restrito ao mercado de trabalho e proporcionar às pessoas o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que possibilitem a compreensão do mundo do trabalho, a inserção crítica e atuante na sociedade, inclusive nas atividades produtivas. O trabalho deve ser focado como princípio educativo, no sentido de superar a dualidade trabalho manual/trabalho intelectual e incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo.

O oferecimento da educação integrada – educação básica e educação profissional – visa garantir aos estudantes – adolescentes, jovens e adultos – o direito a uma formação que os possibilite a ler o mundo e atuar como cidadão, mas também se inserir no mundo do trabalho com capacidade de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, de compreender a gênese do processo produtivo e atuar com competência técnica e ética, comprometendo-se com as transformações políticas, sociais, ambientais e culturais para esse novo milênio.

Seja bem-vindo (a) à EPT!
Boa leitura!

SUMÁRIO

1. Correlações entre formação humana e trabalho.....	04
• Formação humana.....	04
• Trabalho.....	05
2. A conexão entre trabalho e educação.....	06
3. Orientações metodológicas: possibilidades na Educação Profissional e Tecnológica – Rede EPT Bahia.....	07
4. Referências.....	09



Imagem gerada por algoritmo de inteligência Artificial

1. Correlações entre formação humana e trabalho

Para garantir coerência no desenvolvimento de uma prática educativa, é fundamental definir conceitos que sirvam de base e orientação para a práxis e para a construção do conhecimento. Esses conceitos estabelecem princípios essenciais que atravessam todas as etapas do processo, guiando a leitura, a escrita, a aplicação prática, bem como a busca e a análise dos dados.

Dessa forma, afirmam-se as categorias centrais dessa prática educativa: Trabalho e Formação Humana, tanto como finalidade quanto como referência para compreender a perspectiva adotada. Isso se deve ao propósito de inspirar a prática pedagógica e a construção do conhecimento, ancoradas em uma maneira de compreender o trabalho e a formação de indivíduos.

• Formação Humana

A formação humana é uma condição essencial ao homem e possui características que a estabelecem como um processo histórico e social. Nesse sentido, as diversas formas de educação se alicerçam em uma estrutura social, buscando atender às demandas de uma sociedade em determinado período histórico. É importante destacar que há múltiplas configurações de formação, cada qual com princípios e fundamentos que as distinguem.

Conforme Brandão (2007, p. 9) salienta: “em mundos diversos a educação existe de maneira diferente”, evidenciando a íntima relação entre educação e sociedade. Dessa forma, a diversidade de configurações sociais resulta em diferentes modos de pensar e concretizar a formação humana.

Freire (1983) ressalta que:

“A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p. 46).





5

• Trabalho

Iniciaremos nossa reflexão sobre a categoria **Trabalho como Princípio Educativo** a partir de seu sentido ontológico. O trabalho constitui uma parte intrínseca do ser humano, que, ao estar no mundo, constrói sua própria existência a partir de sua relação com outros seres humanos e com a natureza. Nesse processo de interação, ele produz sua existência enquanto transforma a natureza e, simultaneamente, se transforma.

Conforme Saviani (2007, p. 154), o ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas, é o que conhecemos como trabalho. A necessidade de produzir sua própria existência é uma característica da natureza humana; sem essa produção, a sobrevivência torna-se inviável. Assim, o ser humano deve agir sobre a natureza e relacionar-se com outros, criando e produzindo sua própria vida.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que:

"O trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana e constitui sua especificidade. Por isso mesmo, não se reduz à atividade laborativa e ao emprego. Na sua dimensão mais crucial, ele aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários à vida biológica dos seres humanos. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva." (FRIGOTTO et al., 2005, p. 2)



Imagem gerada por algoritmo de Inteligência Artificial



6

2. A conexão entre trabalho e educação

A relação entre trabalho e educação é um campo amplamente investigado por estudiosos. Nas reflexões de Antunes (2009) o trabalho possui duas características principais que o tornam um agente de desenvolvimento humano: a capacidade de iniciar o processo formativo e a de assegurar sua continuidade à medida que a realidade se torna mais complexa. Esse entendimento se apoia nos estudos de Mészáros¹, para quem o trabalho atende às necessidades humanas enquanto também gera novas demandas, tornando a sociedade mais complexa.

A concepção de trabalho como princípio educativo deve permear as práticas educacionais, de modo que os estudantes se desvinculem da visão capitalista-histórica do trabalho, que o reduz a uma mercadoria necessária à subsistência, mas, sobretudo, aos interesses do mercado. Se a escola não possibilitar essa reflexão e não se constituir como um espaço de resgate do trabalho enquanto parte ontológica do ser humano, continuaremos a reproduzir o discurso capitalista acerca do trabalho, vivenciando as suas dores e pesares, bem como seu sentido negativo, uma vez que a possibilidade de usufruir do nosso trabalho nos é negada.



Imagem gerada por algoritmo de Inteligência Artificial

¹ Mészáros (2008) em seus estudos ampara-se no aprofundamento das prévias categorias analíticas: Trabalho, Experiência, Prática Social a partir do qual a discussão é introduzida e direcionada, alicerçando-se na visão do mesmo sobre a essência do saber e formação construída nos espaços não escolares.



3. Orientações metodológicas: possibilidades na Educação Profissional e Tecnológica – Rede EPT Bahia

Os cursos na Rede EPT Bahia fundamentam-se na concepção de formação humana, onde os sujeitos são construtores de conhecimento, refletem sobre sua prática e produzem conhecimento. Nesse sentido, a formação deve estar centrada no estudante, sujeito ativo de sua aprendizagem.

A EPT na forma de articulação integrada ao ensino médio, fundamenta-se nos princípios pedagógicos: integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade; formação para emancipação humana; valorização dos diferentes saberes no processo educativo; compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; desenvolvimento de práticas pedagógicas vinculadas à realidade dos sujeitos de modo a estimular a autonomia e a colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino; trabalho como princípio educativo.

Os cursos oferecidos priorizam a utilização de recursos tecnológicos interativos, como mediadores do trabalho colaborativo de construção do conhecimento, cuja base deve assentar-se na perspectiva reflexiva investigativa e na resolução de problemas. Nesse processo de construção do conhecimento o professor passa a ter um papel fundamental, o de exercer a função de criador, participe e avaliador de situações didáticas que satisfaçam as necessidades e interesses dos estudantes e possam, assim, mobilizá-los para lidar com problemas, projetos, temas e situações de aprendizagem em qualquer situação.

A adoção de metodologias ativas, projetos integradores, práticas interdisciplinares, estudo de caso, ensino por investigação, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e outras abordagens inovadoras tem se mostrado eficaz para promover o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, éticas e sociais. Essas estratégias ampliam as possibilidades pedagógicas e contribuem para ressignificar o papel da escola como espaço de produção de saberes comprometidos com a realidade dos sujeitos e dos territórios.



Assim, a formação humana que se pretende desenvolver vincula-se ao desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual numa perspectiva reflexiva investigativa. Portanto, fundamenta-se em uma proposta de educação mais aberta e flexível, que leve em consideração o contexto sociocultural e as diversidades dos estudantes, concebidos como agentes do processo de aprendizagem e da construção do conhecimento.

Não se pode deixar de levar em consideração o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC –, sobretudo como uma ferramenta que facilita em grande medida a comunicação, a troca e a aquisição de informação. Refletir sobre essas possibilidades metodológicas é essencial para qualificar o fazer docente na EPT, garantindo a formação de sujeitos autônomos, críticos e preparados para atuar de maneira ética e inovadora na sociedade.



Imagem criada por alunos do curso de Integração Social



4. Referências

ANTUNES, Ricardo. Excurso sobre a Centralidade do trabalho: a polêmica entre Lukacse Habermas. In: ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel. **O direito do trabalhador à educação**. In: GOMEZ, Carlos Minayoet al. (Org.). Trabalho e conhecimento. Dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995. p. 75-91.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educações? Educação**: aprender com o índio. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6440512-Carlos-rodrigues-brandao-o-que-e-educacao.html>. Acesso em: 31 agosto. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Formação da Cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1982.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **O Capital** – Crítica à economia política. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 188-220.

MESZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12, n. 34 jan./abr. 2007.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

Termo de Consentimento e participação em Pesquisa Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia

Prezado (a) _____. Convidamos você para participar como voluntário(a) na pesquisa intitulada INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA, de autoria e responsabilidade da mestrandia Elisângela Ameichoeiro Barros, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como orientador o Dr. Marcelo Souza Oliveira, professor e pesquisador do IF Baiano. A pesquisa tem como objetivo investigar de que forma as proposições e matrizes curriculares contribuem para a formação dos educandos, não apenas como preparação técnica para o mercado, mas como meio de promover a autonomia e a transformação social. Nessa direção, o trabalho busca suscitar questões sobre a temática proposta de forma a contribuir na avaliação crítica dos aspectos formativos relacionados à orientação para o mundo do trabalho e à promoção de uma educação humanista e emancipatória. Cabe destacar que a sua participação é de consentimento livre e esclarecido e que é possível a desistência ou retirada de consentimento sem qualquer prejuízo. O trabalho não é remunerado nem implicará em gastos para as/os participantes. Os resultados obtidos de forma consolidada tornar-se-ão públicos nos meios acadêmicos e científicos e a pesquisa seguirá todos os preceitos éticos necessários para a garantia do anonimato dos(as) participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, peço que assine ao final deste documento, que apresenta-se em duas vias, sendo uma via sua e a outra, da pesquisadora coordenadora e responsável pela pesquisa. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, na Rua Claudelino Alves Badaró, n.º 56, Ipiaú, Bahia, CEP 45570-000, ou pelo celular (73) 98134-4428, ou ainda por e-mail elis.abrj@gmail.com.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Declaro que fui informada(o) que a pesquisa pretende analisar de que maneira as proposições e matrizes curriculares da EPT da rede pública estadual da Bahia refletem o caráter educativo do trabalho e as mudanças curriculares, à luz do materialismo histórico dialético, dentro de uma política de educação integral para os(as) estudantes, bem como de que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente.

Ipiaú, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Participante: _____.

Assinatura da Pesquisadora: _____.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO VALIDAÇÃO RODA DE CONVERSA**Qual o seu gênero?**

- ☐ Masculino.
- ☐ Feminino.
- ☐ Outro. _____.

Você é professor de qual área?

- ☐ Professor(a) Licenciado(a) da Base Comum.
- ☐ Professor(a) Bacharel(a) da Base Técnica.

Qual o seu tempo de atuação na EPT?

Resposta:_____.

1. Como caracterizaria o produto apresentado?

Resposta:_____.

2. Quais conteúdos podem ser abordados a partir deste produto?

Resposta:_____.

3. Quais estratégias que podem ser implementadas tendo o produto como recurso pedagógico?

Resposta:_____.

4. Qual a relevância do conteúdo apresentado pelo produto na prática pedagógica dos professores da EPT?

Resposta:_____.

5. Pontos positivos e negativos do produto.

Resposta:_____.

Documento Digitalizado Público

Dissertação de Elisangela - versão final

Assunto: Dissertação de Elisangela - versão final
Assinado por: Reinaldo Aguiar
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Reinaldo Pereira de Aguiar, SECRETARIO EXECUTIVO**, em 18/08/2025 15:26:15.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/08/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1130184

Código de Autenticação: a7ffd906a8

